

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Débora Jucely de Carvalho

O empoderamento da mulher na agricultura familiar de  
Carvalhópolis-MG



NITERÓI, RJ  
2012

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

C331 Carvalho, Débora Jucely de.  
O empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de  
Carvalhópolis-MG / Débora Jucely de Carvalho . – 2012.  
134 f. ; il.  
Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.  
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal  
Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.  
Bibliografia: f. 123-128.

1. Agricultura. 2. Agricultura familiar. 3. Trabalho feminino. 4.  
Minas Gerais. I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade  
Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 338.10981

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS – MODALIDADE MINTER**

**O EMPODERAMENTO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DA CIDADE  
DE CARVALHÓPOLIS-MG**

1

*Débora Jucely de Carvalho*

MACHADO – MG

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL**  
**MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS – MODALIDADE MINTER**

**O EMPODERAMENTO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DA CIDADE  
DE CARVALHÓPOLIS-MG**

Débora Jucely de Carvalho

2

---

Dissertação apresentada à banca  
examinadora do Programa de Estudos  
Pós-Graduados em Políticas Sociais da  
UFF.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas – Professora Adjunta da UFF

MACHADO – MG

2012

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Lucas e Ana Flávia que tiveram paciência em minhas ausências em casa para a realização do mestrado, tanto as ausências com as horas dedicadas ao estudo, quanto com as viagens à cidade de Niterói-RJ.

A minha mãe que esteve sempre ao meu lado me incentivando a lutar por meu objetivo de ser mestre e foi “mãe-avó” de meus filhos em minhas ausências, cuidando com muita dedicação e amor de minha prole. Obrigada minha mãe.

Ao meu pai que também deu sua contribuição em minhas ausências colaborando na educação de meus filhos. Obrigada meu pai.

Amo todos vocês.

A professora Rita, que com orgulho digo, “minha orientadora”, que em todos os momentos cumpriu muito bem com sua função, me encaminhando com destreza e dedicação para a finalização do curso, e não mediu esforços para me ajudar e me acalmar em minhas ansiedades, que foram muitas. Muito obrigada. Deus lhe pague.

## AGRADECIMENTO

Muitas pessoas passaram por minha vida durante a realização do curso de mestrado, e gostaria de agradecer a todas elas, pois tenho a certeza que cada uma, com suas especificidades, contribuiu para deixar frutos positivos em minha vida.

À Deus pela oportunidade que me foi dada, onde agarrei com unhas e dentes para tornar o sonho de ser mestre em realidade.

À minha linda família, pais e filhos, que nunca me desanimaram e estiveram presentes comigo em todos os momentos, sejam eles de alegria, de cansaço, de ansiedade, enfim, em todas as fases do curso.

À professora Rita de Cássia Freitas, que me acompanhou durante todo o percurso, sempre de forma singela e serena, sendo a pessoa ideal ao meu lado para frear minhas idéias e conter minha ansiedade.

Aos professores Lenaura, Mônica, Rita, Nívia e João Bôsko que com tanta dedicação e disponibilidade se deslocaram de seus lares até a cidade de Machado-MG para nos possibilitar a realização do curso.

As professoras Rita, Nívia e Cenira que, na cidade de Niterói, foram exímias anfitriãs, não deixando que nada nos faltasse. Cenira recebendo-nos tão bem em sua residência. Nívia e Rita, seguindo-nos de carro até o hotel. Lindas! Nunca mais esquecerei esse carinho e cuidado. Obrigada.

Aos amigos de classe do MINTER que se empenharam ao máximo para que, com muita dedicação, formássemos um grupo unido e responsável com nossas obrigações com o curso. Saudades.

As mulheres de Carvalhópolis que contribuíram para a finalização desse trabalho deixando-me adentrar em seus lares e conhecer suas realidades.

Obter a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres (DEERE e LEÓN, 2002, p. 53).

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I: TEMPOS DE MUDANÇA: GENERO E FEMINISMOS</b>	<b>22</b>
1.1 Gênero e Movimento de Mulheres	<b>24</b>
1.2 Mulheres e Trabalho	<b>32</b>
1.3 Políticas Sociais, Gênero e Empoderamento	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO II: A MULHER RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>53</b>
2.1 A Mulher Rural – distribuição da terra e propriedade rural	<b>53</b>
2.2 Conceituando a Agricultura Familiar	<b>64</b>
2.3 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – e as mulheres rurais	<b>70</b>
2.4 A situação da Mulher Rural dentro da Agricultura Familiar – algumas considerações	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO III: AS MULHERES DE CARVALHÓPOLIS</b>	<b>85</b>
3.1 A cidade de Carvalhópolis-MG	<b>85</b>
3.2 Reflexões metodológicas: a aproximação do projeto e sujeitos da pesquisa	<b>89</b>
3.2.1 A busca pelos sujeitos da pesquisa	<b>89</b>
3.2.2 A construção dos instrumentos da pesquisa	<b>90</b>
3.2.3 O primeiro contato com as entrevistadas	<b>90</b>
3.3 Os resultados da pesquisa: análise das entrevistas	<b>91</b>
3.3.1 O perfil das mulheres entrevistadas	<b>91</b>
3.3.2 Diário de campo	<b>94</b>
3.3.3 Dimensões de análise das entrevistas	<b>101</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>123</b>
<b>ANEXOS</b>	
Anexo I – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido	
Anexo II – Roteiro de Entrevista	



## RESUMO

O papel da mulher na sociedade contemporânea vem desafiando a família patriarcal, dando maior poder de decisão a elas, abrindo as portas para que estejam cada vez mais no mundo público, diminuindo assim o hiato existente nas relações de gênero. As mulheres rurais não ficaram para trás, mesmo com um processo lento de construção de sua cidadania. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a participação das mulheres na agricultura familiar em Carvalhópolis buscando identificar a existência ou não de processos de empoderamento no cotidiano destas. A pesquisa está voltada para a análise das relações de gênero existentes, junto às transformações sofridas ao longo do tempo, envolvendo a entrada da mulher no mercado de trabalho e na vida pública. Adotou-se como metodologia o levantamento bibliográfico e histórico sobre os principais aspectos conceituais pertinentes ao assunto, seguido por uma investigação de experiências do cotidiano, a partir da observação participante da realidade em estudo, e de entrevistas com questões abertas e semi-estruturadas. Para análise dos resultados, foi levada em consideração a relação dialógica entre pesquisadora e entrevistadas, através da interação positiva que foi estabelecida. E assim concluiu-se que as identidades dessas agricultoras familiares ainda estão sendo construídas, envolvendo uma participação mais ativa dessas no processo decisório de suas propriedades, enfatizando também uma melhora nos conhecimentos referentes à área agrícola por parte dessas mulheres, que estão procurando ocupar seus espaços, resultando em mudanças no desenvolvimento de processos de empoderamento expressados através da elevação de sua auto-estima, aquisição de novos conhecimentos e, conseqüentemente, melhoria em suas habilidades práticas e conhecimento das políticas de crédito. Essas passam a se assumir como trabalhadoras rurais, revelando uma melhoria em sua consciência crítica, embora não possamos ignorar que uma cultura patriarcalista ainda permeia essas relações familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Empoderamento; Agricultura Familiar; Mulher Rural.

## ABSTRACT

The role of women in contemporary society is challenging the patriarchal family, giving greater discretion to them, opening the door for them to be increasingly in the public world, thus reducing the gap in gender relations. The rural women left behind, even with a slow process of building citizenship. Thus, this study aimed to analyze the participation of women in family farming in Carvalhópolis seeking to identify the presence or absence of empowerment processes in these everyday. The research is focused on the analysis of existing gender relations, together with the transformations over time, involving the entry of women into the labor market and public life. Adopted as the methodology and historical literature on key conceptual issues relevant to the subject, followed by an investigation of experiences of everyday life, from the participant observation of reality under study, and interviews with open questions and semi-structured. For data analysis, was taken into account the dialogic relationship between researcher and respondents, through positive interaction has been established. And so it was concluded that the identities of these family farmers are still being built, involving a more active participation in these decision-making process of their properties, emphasizing also improvement in knowledge relating to the agricultural area by those women who are seeking to occupy their spaces resulting in changes in the development process of empowerment expressed by raising their self-esteem, acquire new knowledge and, consequently, improved their practical skills and knowledge of credit policies. These are to take over as rural workers, revealing an improvement in their critical consciousness, although we can not ignore that a culture still permeates patriarchalist these family relationships.

**KEYWORDS:** Gender, Empowerment, Family Farming, Rural Women

## INTRODUÇÃO

### ADMISSÃO NO CURSO DE MESTRADO

Quando entrei na rede federal, em 2008, ocupando o cargo de pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado, não conhecia o mundo dos professores dessa rede envolvendo o progresso profissional que poderia ser alcançado através da realização dos cursos de pós-graduação strictu-sensu, mestrado e doutorado.

Meu mundo era outro antes dessa etapa, convivendo com professores da rede municipal e estadual, atuando como professora da 1ª fase do ensino fundamental e como orientadora educacional atendendo a alunos da 2ª fase do ensino fundamental. Quase não se falava em mestrado e doutorado nesses grupos, sendo considerado como algo quase impossível de se alcançar devido a falta de apoio e as baixas condições para tal.

Então, ao ingressar no meio federal, comecei a compreender a importância de buscar ampliar meus conhecimentos, de melhorar minhas capacidades, de procurar aprofundar em alguma área específica. Desde então, iniciei o meu currículo lattes, do qual também só tomei conhecimento após meu ingresso na rede, e comecei a tentar me inserir em cursos de capacitação. Um dos resultados disso foi a construção de projetos de pesquisa no próprio Campus Machado. Assim, participei do projeto de Bolsa de Iniciação Científica Júnior – BIC JR. Esse é um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, voltado para pesquisas dentro do universo da instituição, visando tornar os alunos pesquisadores. Inscrevi minhas propostas de pesquisa nesse projeto em 2008 e 2009, sendo aceito, e me tornei orientadora de alunos do Campus Machado nos projetos intitulados de: “Sistema de Monitoria do IFSULDEMINAS – Campus Machado, como forma de recuperação”, e “Estudo comparativo da evolução do número de matrículas do sexo feminino no curso de Agropecuária do IFSULDEMINAS – Campus Machado, ao longo dos anos”. O primeiro projeto foi desenvolvido no ano de 2008, que pretendeu verificar se o sistema de monitoria do campus realmente trazia resultados positivos aos alunos com dificuldades em algumas disciplinas. Esse sistema era formado por alguns alunos que tinham facilidade em disciplinas curriculares do ensino médio e faziam o papel de monitores,

atuando no auxílio a alunos com dificuldades, procurando recuperá-los. O segundo projeto foi desenvolvido em 2009, procurando conhecer os principais motivos do aumento do número das mulheres no curso de técnico em agropecuária, que envolveu desde a abertura de empregos no mercado de trabalho até a questão de cuidar do sítio, das terras da família – posso dizer que começava, assim, minha aproximação aos estudos de gênero – ainda que embrionariamente.

Em 2010, surgiu a oportunidade do nosso Instituto - IFSULDEMINAS - realizar um convênio com a CAPES para a abertura de um Mestrado – Modalidade Minter – junto a Universidade Federal Fluminense – UFF, Mestrado em Políticas Sociais. Em maio de 2010 foi aberto o edital. Passei, então, a pesquisar sobre as linhas de pesquisa existentes no curso e me identifiquei com a linha “Gênero, orientação social, raça e política social”, pertencente à área de concentração de “Sujeitos sociais e proteção social”. Nesse sentido, considerei importante refletir acerca do empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de Carvalhópolis-MG, já que o aumento das mulheres na agricultura familiar dessa região vem ficando muito evidente nos encontros realizados pela FADEMA, como veremos mais adiante.

Concluí meu pré-projeto de pesquisa, anexei os demais documentos necessários e fiz minha inscrição no Núcleo Institucional de Pesquisa - NIP - do Campus Machado, tendo a certeza de que minha chance estaria naquele bloco de papéis entregues à secretária responsável por realizar as inscrições. Aguardei por vários dias aquele resultado com muita ansiedade, já que das inscrições realizadas, algumas seriam selecionadas para entrevista. Mas tivemos a notícia de que todos os projetos inscritos haviam sido selecionados para a entrevista, que se realizou no dia 5 de julho de 2010. Os *campi* que compõe o IFSULDEMINAS foram cordiais conosco, pois cada um contribuiu de uma forma para que pudéssemos comparecer às entrevistas na cidade de Niterói-RJ. E foi um momento muito gostoso, onde conhecemos todos os colegas do grupo e estabelecemos um vínculo de afeto.

Quando saiu o resultado dos alunos selecionados para o curso, fiquei imensamente feliz por minha seleção, me propondo a estudar dia e noite para a finalização do curso. Claro, fiquei chateada por alguns colegas terem sido excluídos do curso, mas agradei por ter conseguido entrar, e pedi forças para conseguir sair com o título de Mestre em Política Social.

## DESENVOLVIMENTO DO CURSO

As disciplinas estudadas durante o curso me fizeram refletir muito sobre o mundo em que vivemos, mostrando os “dois lados da moeda”, dos dominantes e dos dominados, abrindo minha compreensão para enxergar além dos muros da simples política social assistencialista a qual visualizava superfluamente.

Inicialmente, no 2º semestre de 2010, estudamos as disciplinas de Avaliação de Políticas Sociais, com a professora Lenaura Lobato, e Estado Sociedade e Cidadania com a professora Mônica Senna. Ao recebermos os programas das referidas disciplinas, ficamos todos perdidos e assustados, pois os processos de avaliações registravam prova, sendo que os assuntos eram completamente novos para a turma. Líamos os textos que nos foram enviados, mas ficávamos mais “perdidos” ainda. Conseguimos clarear os conhecimentos somente após os primeiros encontros, com as explicações das professoras citadas, que com docilidade e competência nos motivaram cada vez mais para superarmos nossas próprias expectativas.

No 1º semestre de 2011, estudamos as disciplinas de Política Social no Brasil, com o professor João Bôsko Hora Góis, e Sujeitos Sociais e Proteção Social, com a professora Rita de Cássia Santos Freitas. Também foram professores que nos auxiliaram e nos compreenderam. Com o professor João Bôsko aprendi muito sobre o processo de desenvolvimento da política social no mundo e no Brasil. E a professora Rita, nos envolveu com o assunto de sua disciplina, que foi muito agradável, em minha opinião, pois postulou assuntos que mexeram com nossos brios como, por exemplo, a questão feminina, relações de gênero, discriminação, que são temas polêmicos e que não concordamos em perpetuar – e que tem relação direta com minha pesquisa. Aprendizado excelente para nossa vida como seres humanos, pode-se dizer.

No mês de julho de 2011, fizemos a disciplina optativa Direitos Humanos e Família, com as professoras Rita de Cássia Santos Freitas e Nívia Valença Barros, cumprindo parte dos 6 (seis) créditos contados para as atividades programadas obrigatórias do curso, sendo também um assunto importante dentro de nosso curso, onde estudamos a questão dos Direitos Humanos para crianças, jovens, idosos, negros, homossexuais, e as relações familiares da atualidade.

No 2º semestre de 2011, realizamos duas disciplinas optativas no

IFSULDEMINAS – Campus Machado, que foram as disciplinas de Metodologia de Pesquisa em Política Social, novamente com o professor João Bosco Hora Góis, nos auxiliando muito em nosso processo de desenvolvimento da dissertação; e a disciplina de Direitos Humanos e Segurança Pública, com a professora Nívia Valença Barros, onde aprendemos muito também sobre as políticas voltadas para a segurança pública em nosso país e as lacunas existentes.

Nesse mesmo semestre, procurei escrever vários artigos para enviar aos congressos nacionais existentes e cumprir o restante dos créditos de atividades programadas. Fui aprovada no 6º Encontro Nacional de Política Social que aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2011, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, onde apresentei, de forma oral, o artigo intitulado de “As influências do capitalismo na vida das mulheres”. Enviei o artigo intitulado “A conquista da cidadania feminina” para publicação no periódico Revista Saber Acadêmico, obtendo resultado positivo, que foi a publicação de nº 11 de junho de 2011. Também fui aprovada na Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, para apresentação em forma de pôster do trabalho intitulado “A conquista da cidadania feminina: a ruralidade em questão”, que aconteceu de 11 a 15 de novembro de 2011, em Recife-PE, mas apenas tive meu artigo publicado nos anais do encontro, pois não pude comparecer ao mesmo. Com isso finalizei meus créditos de atividades programadas.

## **SURGIMENTO DO TEMA**

O IFSULDEMINAS – Campos Machado até o final de 2008 era uma Escola Agrotécnica tendo como carro-chefe os cursos voltados para o ramo da agropecuária. Em 1979 foi criada a Cooperativa Escola dos Alunos – COETAGRI, por iniciativa própria dos mesmos que estudavam no antigo Colégio Agrícola, apresentando-se com fins lucrativos e econômicos. Essa cooperativa, em 9 de fevereiro de 1999, instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado – FADEMA.

A Fundação é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com autonomia financeira e administrativa e seu controle finalístico estando a cargo do IFSULDEMINAS – Campos Machado. Em seu

estatuto, capítulo III, artigo 5º, encontram-se as finalidades da Fundação que, dentre elas cito algumas:

- Promover, exercer e apoiar o desenvolvimento, ensino, pesquisa e extensão;
- Promover, exercer e apoiar o ensino profissionalizante;
- Apoiar as atividades da Escola Agrotécnica Federal de Machado;
- Promover exercer e apoiar as atividades científicas e culturais;
- Realizar serviços técnicos científicos para instituições interessadas e para a comunidade, etc.

Essas finalidades são alcançadas diretamente ou em forma de contratos, convênios e parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras seguindo a legislação vigente.

A FADEMA tem como objetivo apoiar as atividades do IFSULDEMINAS – Campus Machado, auxiliando através da adesão a projetos sociais, procurando contribuir para que o instituto possa cumprir sua missão que é “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região”.

Desde 1997, o Campus Machado tem aberto suas portas à agricultura familiar<sup>1</sup>, através da promoção de eventos, além de outras atividades que marcam sua opção política e ideológica com os agricultores familiares da região. Assim, a FADEMA vem, nos últimos anos, participando de muitos projetos contribuindo para favorecer a missão citada acima, dentre eles a promoção do “Encontro da Agricultura Familiar”.

O “I Encontro da Agricultura Familiar de Machado e Região” aconteceu no dia 16 de Maio de 2009 e contou com a participação de 450 produtores familiares de 22 municípios da região. O “II Encontro da Agricultura Familiar de Machado e Região” aconteceu no dia 22 de Maio de 2010 e contou com a participação de 483 produtores familiares de 27 municípios da região. O evento, organizado pela FADEMA e pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), com o apoio do Banco do Brasil, tem como objetivo reunir os produtores familiares para discutir temas de interesse dos mesmos, como por exemplo:

---

<sup>1</sup> Falaremos melhor acerca da agricultura familiar no capítulo II.

- Linhas de crédito – PRONAF;
- Desenvolvimento regional sustentável;
- Organização dos produtores em associações e cooperativas;
- Geração de emprego e renda;
- Fomento da economia solidária no município e região;
- Capacitação em empreendedorismo;
- Gestão financeira de empreendimentos.

Esses assuntos são discutidos através de grupos de discussões e oficinas, tendo apoio de palestrantes do Campus Machado, EMATER e demais colaboradores. O encontro, que acontece anualmente, pretende reunir cerca de 500 Agricultores Familiares em Machado, objetivando também uma apresentação das Linhas de Crédito do Banco do Brasil. Paralelo ao encontro, realiza-se uma feira de exposição de produtos da agricultura familiar da região, dando oportunidade para os mesmos de expor, divulgar, trocar experiências e até mesmo comercializar sua produção.

O Encontro da Agricultura Familiar promovido pela FADEMA vem acontecendo todos os anos. Nestes, pude perceber que a participação feminina veio aumentando, mostrando que a mulher está presente também no ramo da agropecuária, levantando a possibilidade de uma análise sobre até onde vai essa participação feminina, as discriminações sofridas no meio rural e suas relações de poder. No ano de 2009, dos 450 produtores familiares cadastrados no encontro, 74 eram mulheres; no ano de 2010, dos 483 produtores familiares cadastrados, 102 eram mulheres, revelando assim um aumento significativo da participação feminina. Nesses encontros, a cidade de Carvalhópolis apresentou um número razoável de mulheres participando e expondo seus trabalhos e produtos nos standers, o que incentivou a realização da pesquisa neste município. Em 2009, foram 17 mulheres cadastradas no encontro; em 2010, foram 30 mulheres cadastradas.

## **AS MULHERES DE CARVALHÓPOLIS - MG**

Percebe-se que as mulheres desse município vêm conquistando seu espaço no mercado de trabalho, alcançando respeito e visibilidade, como também vem acontecendo no país e no mundo. Elas estão contribuindo para melhorar a qualidade de vida de suas famílias, estando elas ao lado de seus esposos ou sendo chefes de



família. Encontram-se mulheres nas áreas de prestação de serviço, comércio, indústria e principalmente na agropecuária, que é o forte da região.

Existe, assim, uma quantidade muito grande de mulheres deste município participando da agricultura familiar, contribuindo para a melhoria de sua propriedade, procurando participar de forma ativa da geração de renda de sua família, como nos “Encontros de Agricultores Familiares” promovidos pela FADEMA, no IFSULDEMINAS – Campus Machado, onde a participação feminina foi muito expressiva. Com esse encontro, percebeu-se que, cada vez mais as mulheres estão assumindo posições importantes na atividade rural, mas será que estão sendo reconhecidas legalmente como agricultoras e reembolsadas pelo seu trabalho? Sofreram algum tipo de discriminação neste meio? Até onde vai seu empoderamento<sup>2</sup> dentro da agricultura familiar? E se são empoderadas, de que forma isso aconteceu?

São muitas as agricultoras familiares existentes no município, todas se dedicando a cuidar de sua propriedade, sozinhas ou ao lado de seus esposos, além de cumprir suas tarefas domésticas e ser mãe, sendo necessário verificar até onde vai sua visibilidade e valorização. Importante será também perceber o modo como essa vivência impacta – ou não – nos papéis de gênero.

## **PROBLEMA DA PESQUISA**

A dissertação teve como questão central as condições vividas pelas mulheres na agricultura familiar do município acima citado, sustentando-se em situações reais vividas pelas mesmas, especificamente nas relações de gênero, enfocando as relações de poder.

A pertinência dessa problemática se funda no fato de que as mulheres vêm conquistando o mercado de trabalho, inclusive na área rural, procurando lutar para conseguir acesso aos seus direitos e sair da condição de invisibilidade de seu trabalho, diminuindo a inferioridade do papel feminino atribuído por longos anos em nossa sociedade, ainda marcada pelo patriarcalismo.

Observando-se os diferentes lugares públicos ao nosso redor, hospitais,

---

<sup>2</sup> No capítulo I discutiremos a noção de empoderamento.

shopping, repartições públicas, percebe-se que existem muitas mulheres atuando nesses setores, o que é bem diferente do passado. Houve uma mudança nos hábitos e costumes da sociedade, principalmente com relação às mulheres, que passaram a ser vistas com outros olhos, não sendo mais tão recriminadas por estarem participando da vida pública, ao lado dos homens. Tudo isso graças às conquistas alcançadas pelo movimento feminista, embora seja importante dizer que ainda existe um longo caminho a ser trilhado pelas mulheres e pelo movimento destas<sup>3</sup>.

A mulher sempre esteve presente na sociedade tentando lutar pela sua cidadania, mas isso ficou mais visível a partir do século XX. Participar dessa esfera significava a idéia de liberdade e igualdade, participação na “polis” ou cidade, e às mulheres esse direito não era reservado. As mulheres nunca estiveram ausentes do mundo público, mas essas incursões muitas das vezes geraram culpa e arrependimento, uma vez que eram marcadas pelos papéis de gênero<sup>4</sup>.

O processo de construção da cidadania feminina não foi um trabalho fácil e rápido, e sim um processo (ainda inacabado) árduo e de longos anos. A busca pela igualdade de gênero está atrelada a esse processo, que envolveu muitas lutas pelo reconhecimento dos direitos femininos. Nos últimos anos, o crescente aumento dos movimentos feministas vem alcançando resultados positivos na vida das mulheres.

A relevância desse trabalho é mostrar as peculiaridades de uma realidade social – a agricultura familiar – a partir do enfoque de gênero. Sendo a agricultura muitas vezes considerada como um espaço masculino, devido a este ser responsável pelas atividades de produção, é importante refletir acerca da contribuição do trabalho das mulheres no manejo sustentável, na medida em que demonstram manter uma prática sustentável na produção agrícola para a família, e também, para a própria localidade, envolvendo um estudo sobre o empoderamento, as discriminações sofridas e seus reflexos. Contraditoriamente, se a agricultura é um espaço masculino, a família é socialmente vista como o espaço das mulheres. Essa visão faz parte da tradição de nossa sociedade patriarcalista que considera que as atividades do homem devem estar ligadas ao âmbito da produção, enquanto as da mulher estão ligadas a reprodução.

Assim, foi importante analisar as construções sociais de gênero no cotidiano

---

<sup>3</sup> Cf. Swain (2001).

<sup>4</sup> Conceito que também aprofundaremos no capítulo I.

dessas mulheres e homens. Um dado empírico é que a inserção dessas vem crescendo a cada dia. Por outro lado, a agricultura familiar vem sendo considerada uma atividade fundamental tanto para a empregabilidade das pessoas envolvidas, favorecendo a permanência dessas no meio rural, quanto para a produção de alimentos básicos para o abastecimento dos comércios locais e também envolvendo o autoconsumo da própria família, contribuindo para a geração de renda.

Devido o município de Carvalhópolis ser uma região completamente voltada para a agropecuária, foi importante conhecer e compreender suas especificidades concretas, sendo fundamental a valorização do conhecimento dos agricultores, envolvendo as mulheres e suas particularidades. Nesse sentido, a reflexão em torno desse trabalho buscou analisar a participação da mulher na agricultura familiar da localidade de Carvalhópolis. Portanto, pretendi indagar sobre o empoderamento da mulher neste município a partir da experiência vivida por cada uma delas, de acordo com as condições de sua dinâmica familiar. Assim, esta dissertação teve o propósito de identificar quais as características da participação da mulher na Agricultura Familiar da região de Carvalhópolis, especificando as condições que possibilitaram ou não seu empoderamento.

## **OBJETIVOS**

Esta pesquisa pretendeu analisar a participação das mulheres na agricultura familiar em Carvalhópolis buscando identificar a existência ou não de processos de empoderamento no cotidiano destas, procurando traçar seus perfis, identificando as características de sua participação e investigando os possíveis efeitos dessa participação na Agricultura Familiar no empoderamento ou não dessas mulheres e nas formas de inserção familiar, procurando analisar também as estratégias utilizadas por elas buscando identificar a integração – ou não – entre os mecanismos informais de proteção social e as políticas sociais.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa direcionou-se para analisar e compreender os espaços das mulheres dentro da agricultura familiar do município de Carvalhópolis, incorporando suas temáticas no interior de lutas pelo seu empoderamento. O meu objeto de estudo envolveu sujeitos que se encontram no meio rural desse município e fazem parte do grupo de agricultores familiares, estando todas cadastradas na EMATER local.

O recorte espacial desta pesquisa delimitou-se nas propriedades rurais, na cidade de Carvalhópolis, onde há uma predominância de agricultores familiares e de mulheres que ajudam nos negócios da família. Tomei como referência para a delimitação temporal o ano de 2009 e 2010 em que se registraram os “Encontros de Agricultores Familiares” organizados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado – FADEMA, e realizados no IFSULDEMINAS – Campus Machado, percebendo-se um aumento gradativo de mulheres rurais tanto ao lado de seus maridos como a frente de suas propriedades.

A pesquisa esteve voltada para a análise das relações de gênero existentes, junto às transformações sofridas ao longo do tempo, envolvendo a entrada da mulher no mercado de trabalho e na vida pública, procurando investigar principalmente o ramo agrícola, onde as mulheres sempre estiveram presentes, mesmo que de forma invisível.

Esta pesquisa teve uma abordagem de estudo de aspecto qualitativo, que permitiu o acesso a realidade social, já que, segundo Neto:

Em ciências sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo (1994, p. 51).

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados, a pesquisa foi iniciada a partir de um levantamento bibliográfico e histórico sobre os principais aspectos conceituais pertinentes ao assunto, visando um conhecimento mais a fundo da situação das mulheres ao longo dos anos, as relações de gênero, da entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado e da agricultura familiar, envolvendo a mulher rural.

A pesquisa abrangeu o estudo da participação das mulheres em Carvalhópolis, necessitando, assim, de um trabalho de campo junto a essas para a captação de suas falas. A partir dos dados coletados, foi possível traçar um perfil da participação das mulheres na agricultura familiar e nestes encontros. A seguir, realizei os contatos com as agricultoras, sujeitos dessa pesquisa. O procedimento metodológico utilizado para a pesquisa foi de natureza qualitativa conduzida por uma investigação de experiências do cotidiano, a partir da observação participante da realidade em estudo. Além disso, realizei também entrevistas<sup>5</sup>. Para isso, construí um roteiro (ANEXO II) com questões abertas e semi-estruturadas.

O recurso a fonte oral foi possibilitado pela metodologia da história oral, que, segundo Alberti (2005, p. 18), *“é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”*. As entrevistas semi-estruturadas, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75) *“combinam perguntas abertas e fechadas (...) O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”*. A partir desses instrumentos de pesquisa, foi possível construir as perguntas que orientaram essa pesquisa.

Seguindo os objetivos da pesquisa, escolhi as entrevistadas de modo que realmente pudessem oferecer depoimentos significativos, pois, como ressalta Alberti (2005, p. 31), *“a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”*.

Assim, através destas entrevistas, levei em consideração as experiências vividas junto ao conhecimento adquirido por cada indivíduo pesquisado, possibilitando a construção de um conhecimento histórico acerca desses sujeitos sociais, tradicionalmente esquecidos pela chamada “história oficial”.

Segundo Neto (1994, p. 52), *“a relação do pesquisador com os sujeitos a serem estudados é de extrema importância”*. Por isso, busquei as mulheres de minha pesquisa nos registros da EMATER local, onde fiz uma pré-seleção dessas, delimitando as 30 mulheres que participaram dos Encontros de Agricultores

---

<sup>5</sup> Para a realização das entrevistas, construí um termo de consentimento a ser discutido com essas mulheres (Anexo I),

Familiares promovidos pela FADEMA, IFSULDEMINAS - Campus Machado nos anos de 2009 e 2010. Com a ajuda do responsável pelo departamento, consegui os dados necessários (nome, endereço, telefone) para contactar com elas e realizar as entrevistas. Não consegui entrevistar as 30 mulheres, mas tive esse número como marco inicial para a busca destas.

Neto (1994, p. 55) ainda ressalta que *“é preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade”*. Assim, é importante lembrar que a aproximação com as pessoas escolhidas para a pesquisa foi fundamental, onde tive respeito com as informações que foram coletadas porque fazem parte de histórias de vida, e procurei mostrar as entrevistadas, de forma transparente, a proposta da pesquisa, conquistando confiança.

Pretendi, com isso, realizar um primeiro contato com as mulheres selecionadas e explicar claramente o objetivo da pesquisa, procurando, de forma amigável, que assinassem o termo de consentimento, marcando a próxima visita já para a realização das entrevistas. A partir dessas entrevistas, foi possível traçar um mapa de algumas mulheres que se destacam na organização local.

As entrevistas foram realizadas na própria casa das entrevistadas e aconteceu de forma individual, procurando garantir a intimidade entre entrevistada e pesquisadora, suscitando as idéias de forma a acolher os relatos para obtenção de um diálogo favorável, dentro de um ambiente agradável, sem constrangimento e com garantia de privacidade.

As mulheres que vivem no meio rural, especialmente no caso das que vivem na cidade de Carvalhópolis, onde se deu essa pesquisa, não podem ser entendidas verificando-se apenas as relações de subordinação ao homem, mas foi preciso ouvi-las para conhecer suas identidades, sonhos, significações, percebendo assim até onde vai o seu empoderamento. Esse foi o objetivo central da pesquisa.

## **EXPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS**

Assim, nesta dissertação, no capítulo I intitulado “Tempos de mudança: gênero e feminismos”, meu objetivo foi o de referenciar um breve histórico da situação das

mulheres ao longo dos anos, envolvendo as relações de gênero e o movimento de mulheres, junto a conquista da cidadania feminina, procurando conceituar empoderamento e identificar as políticas sociais voltadas para as mulheres especialmente a partir de 1970.

No capítulo II, “A mulher rural e a agricultura familiar”, o objetivo foi o de analisar a situação da mulher rural, levantando um pequeno histórico da distribuição de terras no Brasil, especificando como acontecia esse processo e como a discriminação das mulheres nesse ramo é um problema antigo, envolvendo a questão do direito de propriedade da mulher rural; procurei conceituar a agricultura familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, enfocando também a situação da mulher rural dentro da agricultura familiar, pois a imagem tradicional da mulher agricultora sempre esteve invisível.

E no capítulo III, “As mulheres de Carvalhópolis” o objetivo foi apresentar a cidade de Carvalhópolis e a agricultura familiar dentro desse município. Neste capítulo apresento também os resultados da pesquisa e trago algumas considerações acerca da realidade das mulheres entrevistadas.

## CAPÍTULO I

### TEMPOS DE MUDANÇA: GÊNERO E FEMINISMOS

Nossa sociedade, com todas as modificações, ainda vive nos marcos do modelo patriarcal, onde o homem (pai) é tido como a maior autoridade

O patriarcalismo é uma das estruturas sob as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que tem sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 1999, p. 169).

O modelo de família patriarcal perdurou durante vários séculos, colocando o homem no topo da estrutura familiar. Historicamente, o poder foi exercido pelos homens, pois as mulheres sempre foram consideradas subalternas, devendo obediência e respeito às pessoas do sexo masculino. Mas é importante enfatizar que isso não quer dizer que não existisse poder por parte das mulheres<sup>6</sup>. Essa realidade envolve relações de gênero, carregando uma forma de dominação dos homens sobre as mulheres<sup>7</sup>, modelo masculino de dominação, tanto na esfera privada (ambiente familiar), quanto na esfera pública (organizações que envolvem o trabalho).

Pensando na realidade brasileira, vemos que a mulher, desde o período colonial, deveria ser preparada para o casamento, sendo obediente ao seu marido, reverenciando-lhe, não podendo fazer coisa alguma sem seu conselho, usando sempre vestimentas “honestas”, cobrindo o corpo, até mesmo os pés. Sempre é importante ressaltar que existia resistência por parte de algumas mulheres com relação a isso, que tinham coragem de enfrentar tal situação, mas estas quase sempre eram discriminadas pela sociedade e reprimidas pela família. O padrão era que elas não deviam discordar do marido, podendo este castigá-las caso isso ocorresse – desejava-se *“fechar a mulher na armadura da aparência para que ela não seja a imagem falaciosa de si mesma”* (PRIORE, 1994, p. 16).

---

<sup>6</sup> Cf. Rocha-Coutinho (1994).

<sup>7</sup> Mas também das mulheres sobre as mulheres e dos homens sobre os homens.



Até o século XIX, a Igreja Católica manteve o dogma da intensidade dos laços entre as mulheres e a religião, envolvendo atitudes disciplinares e o dever da mulher perante a sociedade patriarcal, pesando como uma chapa de chumbo em seus ombros. Por outro lado, servia também de consolo e auxílio; as mulheres encontravam na religião uma espécie de força para carregar sua cruz (PERROT, 1999).

As mulheres, neste mesmo século, eram enclausuradas em suas casas e excluídas de certas atividades (criação literária e artística, produção, a política e a história), como forma de conter seu poder crescente a cada dia (PERROT, 1999). Sabe-se que o patriarcalismo se sustentou, até o século XIX, especificamente por causa da família patriarcal, que foi fortemente contestada a partir do século XX pela transformação cada vez maior do trabalho feminino e pela conscientização da mulher.

As forças propulsoras desses processos são o crescimento da economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado, três tendências observadas a partir do final da década de 60 (CASTELLS, 1999, p. 170).

As condições que se encontravam as mulheres ao longo da história colocam as questões de gênero em evidência, pois essa relação não envolve apenas diferenças sexuais, mas envolve as condições a que foram submetidas social e historicamente, condições essas pautadas nas hierarquias de gênero e diferenciação de poder. Para acontecer mudanças, é necessária uma transformação no empoderamento da mulher, sendo uma condição que pode transformar as relações de gênero e viabilizar a igualdade entre os sujeitos.

Esse capítulo procura refletir sobre as relações de gênero advindas do modelo patriarcal, envolvendo o desenvolvimento feminino dentro dos movimentos de mulheres, sua relação com o trabalho remunerado, a partir do momento que elas começam a ingressar nesse tipo de labor, refletindo sobre as políticas sociais voltadas para as mulheres, principalmente após as lutas e conquistas travadas pelos movimentos feministas, envolvendo a busca pela cidadania e libertação da dominação masculina, chegando até ao possível processo de empoderamento, como uma forma de dominar e dirigir os rumos de sua própria vida.

## 1.1 GÊNERO E MOVIMENTO DE MULHERES

As sociedades são construídas a partir de várias relações que influenciam as desigualdades construídas socialmente: são as relações de classe social, gênero, etnia, geracional e outras. É impossível a compreensão da realidade vivida se esqueçamos dessas relações que perpassam a sociedade, e por implicação, a vida dos sujeitos que a compõe.

Os privilégios masculinos e as desigualdades entre homens e mulheres são visíveis em todos os âmbitos da sociedade. O poder dado aos homens envolvendo as questões de gênero vem sendo perpetuados desde o surgimento da humanidade. Essa dominação vai desde o controle do trabalho das mulheres pelos homens até o acesso restrito das mesmas aos recursos econômicos e sociais, envolvendo decisões políticas, perpassando pela violência masculina e controle da sexualidade.

No contexto institucional (a Família ou o Estado), as relações de gênero são os aspectos das relações sociais que criam e reproduzem diferenças na posição social entre mulheres e homens, em relação a processos e resultados institucionais. Ainda que essas instituições possam funcionar com suas diferentes ideologias e seus próprios procedimentos, elas compartilham certas normas e pressupostos comuns, que levam a criar e reforçar as desigualdades sociais (HERNANDEZ, 2009, p. 50).

A igualdade jurídica entre homens e mulheres vem sendo conquistada, melhorando as possibilidades e opções de vida a elas. Mesmo com as políticas de igualdade de oportunidades para homens e mulheres que se veem na atualidade, as condições de desigualdades de gênero ainda não foram totalmente superadas. Busca-se com isso um novo modelo de desenvolvimento, mais aberto, sem preconceitos, que respeite as diferenças, sejam elas quais forem, mas que, infelizmente, ainda encontra-se muito arraigado às discriminações.

Para se reconhecer as diferenças entre homens e mulheres, fala-se em aspectos biológicos e em aspectos socioculturais. O primeiro argumento baseia-se nas características anatômicas e cerebrais dos indivíduos, que são próprias de cada sexo. O segundo argumento se apoia na forma esses aspectos biológicos são representados socialmente. Segundo Santos (2002, p. 42) *“gênero é uma categoria explicativa das características específicas, ou seja, cada cultura impõe*

*representações ao masculino e ao feminino, a partir do lugar social e cultural construído hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos”. Reforça assim a explicação sociocultural, que gênero é “produto de determinações sociais”.*

A perspectiva de gênero como uma construção sociocultural, histórica e simbólica permite uma visão crítica e explicativa das relações de gênero, identificando elementos que permitem analisar e entender as características que definem a condição e a posição de homens e mulheres nos aspectos de produção e reprodução, além de entender as mudanças sociais na vida cotidiana (HERNANDEZ, 2009, p. 26).

A desigualdade de gênero ainda é visível em nossa sociedade, colocando as mulheres em desvantagens em relação os homens, trazendo conseqüências negativas para suas vidas, que se entregam a suas obrigações domésticas e familiares, sem esperar algo a mais do mundo. *“A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens”* (WELZER-LANG, 2001, p. 461). As diferenças de gênero são aspectos que fazem parte da história do mundo, envolvendo desigualdades de poder.

Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

A dominação masculina ainda se encontra bem evidente dentro de nossa sociedade e repercute na vida das mulheres, se exercendo nas esferas pública e privada, atribuindo aos homens privilégios materiais e culturais (WELZER-LANG, 2001). É importante destacar aqui o conceito de violência simbólica, construído por Pierre Bourdieu e também discutido por Welzer-Lang. Esta violência é pouco percebida, pois não se efetiva de forma agressiva, mas está ligada as relações de poder existentes, que impedem as mulheres de fazer muitas coisas porque a sociedade recrimina, não aprova, ficando sempre a mercê desse tipo de violência, que não é visível (embora seja extremamente cruel), mas é suave, insensível e age de forma sutil, de forma naturalizada.

Bourdieu (2005), em seu livro “A dominação masculina” ressalta que as

próprias instituições sociais como família, igreja, escola, reproduzem em seu interior as desigualdades de gênero, reforçando, claramente, o papel do masculino e do feminino.

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, ela inculca explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. A escola continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança). Ela é, ao mesmo tempo, um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz. Finalmente o papel do Estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica (BOURDIEU, 2005, p.105).

Nossa sociedade reforça essa dominação, discriminando assim as mulheres. Mas esse quadro de dominação vem sendo modificado. As mulheres vieram ganhando espaço a cada dia e mostrando que são capazes de sair da esfera privada para a pública com igual capacidade, procurando alcançar sua cidadania através de uma construção e lutas constantes.

Segundo Mesquita (2005, p. 19), “o processo de construção da cidadania, nas sociedades ocidentais, proporcionou significativos avanços e conquistas para os seres humanos.” Mas não atingiu da mesma forma as mulheres. Em 1789, quando aconteceu a Revolução Francesa, nascem pensamentos relevantes para todo o mundo, envolvendo a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade, sinalizando que se iniciava a construção de um novo cidadão, com direitos e sem opressão. Mas com isso as diferenças de gênero foram intensificadas, pois essa liberdade, igualdade e fraternidade estavam firmadas somente para o modelo universal de seres humanos, que se baseava nas seguintes características físicas: homens brancos, heterossexual e de posses. Os sujeitos que apresentavam essas características, que faziam parte da elite dominante, consideravam que as mulheres não poderiam usufruir dos benefícios dessa revolução, pois exerciam um papel social importante no âmbito doméstico, como mães, boas cuidadoras do lar e

esposas. Esse acontecimento fortaleceu ainda mais as questões de gênero, recolocando a mulher atuando somente dentro da esfera privada.

Apesar de todo o conteúdo revolucionário contido nas ideias da Revolução Francesa, ele não trouxe em si propostas de inserção das mulheres dentro da igualdade real, tão esperada pelas mulheres na época, que estiveram envolvidas no processo, referindo-se apenas aos homens. Foram poucos os pensadores da época que absorveram estes argumentos e passaram a defender a ampliação do papel feminino. A grande maioria defendia as visões tradicionais sobre as mulheres, que reafirmavam que estas eram inferiores aos homens nas faculdades cruciais da razão e da ética, devendo por sua vez ser subordinadas a eles. A ideia de que as mulheres deveriam ser modestas, silenciosas, castas, subservientes era amplamente divulgada. (MESQUITA, 2005, p. 31).

Também no Brasil, a cidadania das mulheres foi construída de maneira desigual, com diferenciações baseadas nas questões de gênero, recebendo influências das particularidades históricas que envolvem a trajetória feminina até os tempos atuais. Vemos em Mesquita (2005) que *“a Constituição de 1824, mesmo declarando que a lei seria igual para todos, excluía os escravos, as mulheres e aqueles que não tinham renda para se habilitarem como eleitores ou concorrerem a cargos eletivos”* (p. 36). Na verdade, só tinham direito à cidadania e participação política os homens que fossem brancos e que apresentassem bom status sócio-econômico. Nem mesmo com a promulgação da Constituição de 1889, inspirada na Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), houve alterações nesse processo excludente, mantendo o privilégio das mesmas pessoas.

Somente quando foi criado o primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, que o ideário de igualdade para todos começou a ser tratado de forma legal. Até então vigorava no país as Ordenações Filipinas, que era uma legislação civil construída pelos portugueses no ano de 1603, a qual diferenciava as pessoas embasadas nas desigualdades de classe, raça, envolvendo também as questões de gênero, conceituando todas as mulheres como incapazes, sejam elas casadas, viúvas, honestas, deficientes...

Percebe-se que o sujeito universal masculino sempre esteve à frente da arena de decisões, sejam elas políticas, sociais, domésticas. Ou seja, uma exclusão das mulheres de dentro da arena dos direitos civis. Esse foi um argumento importante para o surgimento dos movimentos femininos na luta por direitos, fazendo

emergir debates na arena pública em defesa da cidadania feminina.

Com a entrada da sociedade brasileira na ordem capitalista, sociedade burguesa e moderna, a partir do início do século XX, inicia-se uma luta contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais, recaindo essa obrigação sobre a família, fixando mais uma vez o papel da mulher com responsabilidades acerca do comportamento pessoal e familiar desejado pela sociedade, colocando-a com a obrigação de educar sua prole dentro dos padrões exigidos pela sociedade, com valores respeitados pela nova ordem. Acaba, assim, por subordinar, mais uma vez, a mulher ao sexo oposto, restringindo seus direitos. Ou seja, a família ficou marcada, nessa época, pela importância do papel da mãe como responsável pela manutenção de um ambiente familiar acolhedor, com filhos educados, relação conjugal com respeito, sendo sempre dedicada e atenciosa. As mulheres deveriam ser ainda apenas do lar, da casa, voltadas para a maternidade e feminilidade.

Mas a partir do momento que ela compreendeu que poderia sair dessa situação de subordinação e passou a conquistar seu espaço através do trabalho ou da participação em movimentos e associações, inicia-se o rompimento da condição da mulher como receptora passiva, passando a ser mais participativa e valorizada, principalmente como ser humano, todos iguais perante a lei<sup>8</sup>.

Essa realidade foi sentida pelas mulheres da classe popular que não eram somente dedicadas ao lar como esposas, mães e donas de casa. Essas trabalhavam fora de casa para ajudar no sustento da família, mas passaram a sofrer com a representação de “mulher pública”, pois não eram admiradas pela jornada dupla, tripla, mas eram discriminadas, desmoralizadas, passavam por constrangimentos de assédio sexual, eram desrespeitadas. Até porque as mulheres pobres sempre trabalharam, sempre estiveram nas ruas defendendo o seu pão.

Desta forma, pode-se afirmar que a cidadania das mulheres estava interligada com o espaço que elas ocupavam na sociedade, sendo este o espaço da casa. Existia uma grande diferença entre as mulheres das camadas populares e das classes médias. A cidadania das mulheres da classe média estava baseada na relação de dependência aos seus maridos e estava restrita a esfera doméstica, na casa. Já nos casos das mulheres pobres, nem a casa era considerado como lócus de cidadania, porque a mesma passava boa

---

<sup>8</sup> Cf. PERROT, Michelle (1999).

parte do seu tempo fora de casa buscando o seu sustento e o da sua família (MESQUITA, 2005, p. 46).

Reforça-se, com isso, a inexistência de cidadania para a mulher, não tendo, até esse momento, seus direitos garantidos e muito menos autorização para sua participação nas decisões públicas. Muitas mulheres foram excluídas e discriminadas. Mas persistiram em suas lutas procurando auxílio de pessoas da família para ingressar em atividades remuneradas, transferindo a responsabilidade da maternidade a terceiros, como avós, irmãs, filhas mais velhas.

Se isso é uma verdade em relação ao meio urbano, é mais complicado ainda em relação ao mundo rural, pois as mulheres desse meio ainda sofrem discriminações, envolvendo principalmente preconceitos arraigados na família que procura manter o homem na posição de chefe da mesma. Essas mulheres, culturalmente preparadas para a vida no campo, com um papel social ligado à reprodução e ao trabalho doméstico, tiveram o processo de construção de sua cidadania ainda mais lento do que as mulheres do meio urbano. A elas sempre foi atribuído o trabalho doméstico, cuidar da casa e dos filhos, dos pequenos animais, horta, envolvendo tudo aquilo que é feito para uso e consumo da família, sendo pouco valorizado devido à escassa ou nenhuma participação na geração de renda. As atividades das mulheres rurais<sup>9</sup>, diferentemente dos homens, como ficam restritas ao âmbito doméstico, não é reconhecido como trabalho. Assim, se sentem discriminadas quanto ao gênero e exploradas enquanto classe, se veem excluídas socialmente, sofrendo de ausência de poder, sentindo-se, junto às suas famílias, no limite da sobrevivência.

A partir da década de 70, a sociedade civil passou a se organizar contra o Estado autoritário brasileiro objetivando recuperar a democracia, a liberdade de expressão social e política e o cumprimento pelo Estado dos direitos políticos da população. Foram lutas travadas para a busca de políticas públicas que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida de todos, incluindo-se aí políticas públicas voltadas para a mulher.

Os progressos alcançados pelos movimentos feministas buscaram sensibilizar as pessoas para com a cidadania das mulheres e com a igualdade de direitos, garantindo as mesmas oportunidades a homens e mulheres na sociedade brasileira.

---

<sup>9</sup> Mas não apenas delas, é claro. Na verdade, o trabalho doméstico é um trabalho desvalorizado historicamente, pois é apresentado como “auxiliar” ao dos homens.

Mas essa igualdade choca-se também com o conceito de equidade, onde esse movimento não buscou lutar somente para se igualar aos homens, mas também para se equiparar a eles, onde seus direitos fossem imparcialmente reconhecidos e as mulheres passassem a ter acesso equitativo aos mesmos direitos proporcionados aos homens. Como ressalta Araújo (2001, p. 95) *“investir e demandar equidade na presença de homens e mulheres é questão necessária de reparação e de justiça”*.

De acordo com Castells (1999, p. 171), *“as idéias feministas tem estado presentes há pelo menos um século, se não mais, embora em versões históricas específicas. Por que pegaram fogo em nosso tempo?”* O autor sugere quatro situações importantes para responder essa questão:

- Transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação;
- As transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, controlando a reprodução humana;
- Com as transformações citadas acima, o patriarcalismo entra em decadência em consequência do desenvolvimento do movimento feminista, originado dos movimentos sociais da década de 60;
- Rápida difusão de idéias na cultura globalizada, conscientizando a todas as mulheres do planeta sobre a sua condição, numa espécie de reconstrução da identidade feminina.

Basicamente, essas quatro situações contribuíram para elevar a temperatura das lutas femininas nas últimas décadas do século XX, retornando com resultados positivos sobre a condição social feminina, diminuindo as diferenças de gênero, elevando o papel social da mulher tanto na vida privada como na vida pública, transformando também a estrutura familiar e a personalidade das pessoas.

Os diferentes setores da sociedade civil brasileira vieram sofrendo mudanças devido a globalização, o que acarretou transformações de ordem social e política no país, colocando os movimentos sociais em auge e fazendo emergir atores importantes no processo de reivindicações de direitos. Com isso, nascem os movimentos feministas e de mulheres procurando defender a igualdade de gênero através de ações que repercutem diretamente nas agendas governamentais, fazendo emergir novas políticas públicas voltadas a elas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Esses movimentos sociais (mulheres, sindicatos, negros), nessa época, participaram da construção histórica das políticas sociais brasileiras exercendo o papel importante na construção da Constituição Federal de 1988.



O processo de redemocratização do Estado brasileiro possibilitou a participação popular na gestão da coisa pública ao fundar os princípios para a introdução de algumas experiências que contribuíram para a ampliação da esfera pública no país, local em que as questões que afetam o conjunto da sociedade são expressas, debatidas e tematizadas pelos diferentes atores sociais. Esses espaços possibilitaram um exercício do controle público sobre a ação governamental, como tornou público os interesses da sociedade (MESQUITA, 2005, p. 62).

E os movimentos feministas também estavam nessa luta, ganhando cada vez mais militantes. As mulheres se organizaram para que sua voz fosse ouvida, lutando para melhorar sua qualidade de vida, suas condições de trabalho, contra as diferenças de sexo, enfim, para se afirmarem na sociedade civil como pessoas de direito e públicas.

Assim, promulga-se a nova Constituição Federal em 1988, restabelecendo o Estado democrático, tornando a todos os cidadãos plenos de direitos, iguais perante a lei, passando também a garantir e ampliar os direitos políticos, civis e sociais, o que foi uma grande conquista dos diversos movimentos sociais. Esses movimentos reivindicatórios, com isso, passaram a serem atores do debate político, tendo legitimidade social e sendo ouvidos pelo Estado, passaram a ser interlocutores das instituições governamentais e da sociedade.

E os movimentos feministas deixaram para trás a tradição conservadora do papel da mulher na sociedade e passaram a buscar uma mulher mais ativa social e politicamente, como cidadã portadora de direitos. Passa-se a visualizar as questões femininas na esfera pública, e não somente na privada, visando sempre o reconhecimento da condição da mulher como um problema social. Esses movimentos surgiram visando a emancipação das mulheres, procurando incorporá-las no processo de desenvolvimento da cidadania, abrindo caminhos para que fizessem parte do mundo produtivo, envolvendo a entrada das mulheres no mercado de trabalho remunerado, já que o valor atribuído ao trabalho, em nossa sociedade, é alto.

E o movimento das trabalhadoras rurais não ficou atrás. Elas vieram também construindo seus próprios movimentos sociais, procurando buscar reconhecimento e valorização de seu trabalho no campo, e muitas de suas reivindicações foram aceitas, como o direito previdenciário, a pensão por viuvez e o salário maternidade. Segundo Paulilo (2000, p. 04), “o Movimento de Mulheres Agricultoras, surgido em

*1981, foi um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresenta trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos”.*

Deere e Léon (2002) discorrem que a inclusão das mulheres como beneficiárias da reforma agrária e a possibilidade de um título conjunto de posse da terra para marido e mulher foi conquistado no Brasil a partir das lutas desse movimento, sendo tal fato único na América Latina.

## **1.2 MULHERES E TRABALHO**

Sabe-se que, em nossa sociedade, os indivíduos são “definidos” pelo trabalho que exercem, a identidade do sujeito é fixada pelo status profissional que ocupa, sendo um aspecto fundamental para elevar a auto-estima e o bem-estar psicológico de uma pessoa. O valor do trabalho para os homens vai desde sua colocação na sociedade até sua manutenção, provendo as necessidades da vida. Como diz o ditado, o trabalho “enobrece o homem” (não necessariamente as mulheres), formando seu caráter de “homem trabalhador”.

Os sujeitos que não conseguem trabalhar são oprimidos pela sociedade, e acabam sendo taxados de “vagabundos, imorais”. Perdem sua referência e identidade, sendo mal vistos pelas pessoas que os rodeiam. Vivemos em uma sociedade do trabalho, o que faz com que todos os homens, de uma forma ou de outra, procurem estar sempre na labuta, desejando um desenvolvimento pessoal como homem digno e provedor do sustento de si e de sua família. Ainda que hoje essa imagem possa ser contestada, não se pode dizer que tenha perdido seu poder, principalmente entre as classes mais empobrecidas, onde o valor do trabalho continua ainda muito forte.

No século XX foi criada e enfatizada a imagem do operário viril, sendo vedado às mulheres este espaço. Por conta disso, as operárias seriam a antítese da feminilidade. Junte-se a isso o fato de que seus salários são inferiores ao dos homens, sendo vistos apenas como um “suplemento” somado ao orçamento da família. Não existiria espaço para as mulheres se não o de mãe ou dona de casa (PERROT, 1999).

Mas aos poucos essa imagem e esse papel da mulher na sociedade foram sendo redefinidos, principalmente em nossa sociedade, capitalista, que como

nenhuma outra deu abertura ao trabalho feminino oportunizado pela industrialização. E isso foi motivo de debate, pois acreditava-se que isso poderia interferir em suas funções maternas e familiares. Questionavam se elas deveriam trabalhar por salário, se o trabalho era adequado, enfim, chegaram até a dizer que as mulheres poderiam trabalhar apenas por um tempo, devendo abandonar o mesmo quando se casassem ou tivessem filhos e podendo retornar caso ficassem viúvas ou o marido ficasse inválido. As conseqüências desse ato é sentido até hoje. *“Esta forma de pensar no trabalho feminino foi responsável pelo confinamento das mulheres em empregos precários, não especializados, com baixos salários, priorizando as obrigações domésticas e maternas em detrimento da identificação profissional”* (MESQUITA, 2005, p. 45).

Até meados do século XX, o homem era considerado o provedor do lar. As mulheres não precisavam trabalhar fora de casa, apenas deveriam cumprir suas funções domésticas e de esposa dedicada. A partir da década de 1970, as mulheres transpõem cada vez mais as barreiras e conquistam espaço no mercado de trabalho. Elas invadem todos os guetos masculinos de trabalho. E isso veio acontecendo em todo o mundo, não somente no Brasil. Mas infelizmente esse processo vem sendo acompanhado por uma enorme discriminação entre mulheres e homens.

A mão-de-obra feminina passou a ser empregada nas fábricas, com a consolidação do capitalismo no século XX, envolvendo um vasto desenvolvimento tecnológico e crescimento de maquinaria e um relativo aumento do poder das mulheres

A incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado aumentou seu poder de barganha *vis-à-vis* o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Além disso, colocou um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido) (CASTELLS, 1999, p. 170).

Como afirma Michelle Perrot (1999), a saída das mulheres do meio privado para enfrentamento do meio público, modificando suas vidas e das pessoas ao seu redor, envolve dois tipos de saídas, sendo uma fisicamente, procurando construir um novo ambiente social, e outra moralmente, procurando deixar de lado os papéis tradicionais colocados sobre seus ombros, tarefas domésticas que lhes foram

atribuídas pela sociedade patriarcal, sendo que essas atividades auxiliam para que as mulheres possam movimentar e transformar a realidade a sua volta e também a si mesmas. Ou seja,

as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder (...) Tentaram também sair para terem, finalmente, lugar em toda parte. Sair fisicamente: deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos, um café, um comício, viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público quanto no privado (PERROT, 1999, p. 503).

As mulheres iniciaram suas saídas de casa nessa época, principalmente para fazer caridade, antigo dever cristão, realizando visitas aos pobres, aos prisioneiros, aos doentes, procurando realizar visitas que fossem consideradas permitidas e abençoadas (filantropia), sendo consideradas como uma extensão das tarefas domésticas, a inserção pública das mulheres (PERROT, 1999). Sob o nome de maternidade social, as mulheres se aproveitaram de todas as oportunidades para se sentirem úteis perante a sociedade, almejando visibilidade e valorização de suas atividades, procurando conquistar seu espaço gradualmente, buscando seu reconhecimento e lutando por seus direitos.

Sob o nome de maternidade social, assiste-se a uma verdadeira mobilização feminina em todo o Ocidente. Movimento de fundo, acelerado pelas epidemias, as guerras e os seus feridos, as crises econômicas e os seus desempregados, e amplificado ainda pela gravidade endêmica dos problemas urbanos: alcoolismo, tuberculose e prostituição (PERROT, 1999, p. 504).

A filantropia foi uma das primeiras situações em que as mulheres burguesas do século XIX aparecem no meio público. Através dela, essas mulheres passaram a enxergar um outro mundo, iniciando-se em atividades de gestão administrativa e financeira, na comunicação, participação em inquéritos, passando a acumular saberes e práticas que a tornavam uma especialista potencial, profissionalizando-se através do trabalho social. Através do campo social, suas atividades de vocação e voluntariado são legitimadas envolvendo uma tripla missão: ensinar, tratar, assistir (PERROT, 1999).

Mesmo as mulheres burguesas tomando frente das ações sociais do século XIX, os homens é que se tornaram as grandes figuras da filantropia desse século,

sendo essas exercendo atividades de auxiliares (enfermeiras, assistentes sociais). E com isso a filantropia serviu para plantar a semente da consciência de gênero, abrindo as portas para o feminismo (PERROT, 1999). Para se chegar até o ingresso formal da mulher no mercado de trabalho, um longo caminho foi percorrido, pois elas sempre trabalharam, mas não foram reconhecidas, não foi imputado o devido valor as atividades desenvolvidas por elas.

Apesar de as mulheres estarem relegadas à esfera privada, são incorporadas à esfera pública sempre que sua presença se faça necessária para o desenvolvimento capitalista e/ou para as relações de dominação. Em função disso, os valores ideológicos do capitalismo e seus desdobramentos culturais se transformam, na medida em que mudam as relações de produção que lhes deram origem: a organização social da produção e a distribuição. Mãos que "nasceram para o lar", de repente, e quase por um passo de mágica, se encontram na fábrica, no escritório, na escola, no parlamento, enfim "fora do lar" (COSTA, 1998, p. 11).

A conquista e o avanço dos direitos da mulher foi fruto de muitas lutas reverenciadas através da organização de movimentos feministas e de seu ingresso no mercado de trabalho, lutas essas que foram constantes em todas as etapas da humanidade, sempre buscando formas de sobrevivência política frente ao regime ditatorial. Com a criação do Tratado de Versailles, em 1919, o Brasil passou a ser um dos países signatários responsáveis em garantir medidas legislativas ao trabalhador, criando também normas específicas para o trabalho feminino<sup>11</sup>.

O progresso feminino foi visível. Muitas conquistas foram alcançadas pelas mulheres nos últimos tempos, desde o reconhecimento do voto feminino no Código Eleitoral de 1932, e nesse mesmo ano foi regulamentado o trabalho feminino, até algumas conquistas dentro da Constituição de 1934, em decorrência de lutas femininas<sup>12</sup>. Segundo Melo (2002), os avanços da mulher brasileira nos últimos dez

---

<sup>11</sup> A partir desta Conferência, normas específicas foram criadas para as mulheres trabalhadoras, sendo elas: a Convenção nº 3 que se referia a "Proteção à Maternidade" foi revisada em 1952 passando a ser denominada por "Amparo à Maternidade" e foi aprovada pelo Brasil apenas em 1965 (transformada na Convenção nº 103); e a Convenção nº 4 sobre o trabalho noturno das mulheres que foi revisada em 1934 e 1948 (atual Convenção nº 41), mas assinada pelo Brasil apenas em 1956. Anos depois, outras convenções foram criadas e ratificadas para as trabalhadoras, como: Convenção nº 45 que propõe medidas sobre o emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas, aprovada em 1938; Convenção nº 100 propõe "Salário igual para trabalho de igual valor entre o homem e a mulher", em 1956; Convenção nº 111 "Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação", em 1964 (MESQUITA, 2005, p. 50).

<sup>12</sup> As mulheres apresentaram propostas feministas que foram discutidas e aprovadas nos Congressos Feministas por Bertha Lutz. Algumas conquistas que os movimentos feministas conseguiram inserir na Constituição de 1934 foram o direito da mulher de votar e serem votadas em situação de

anos são inegáveis. Em todas as áreas ocorreram progressos consideráveis, apesar de ainda persistirem enormes desigualdades, como mostra o quadro 1.

**QUADRO 01 – Distribuição das/os ocupados/os por setor de atividade econômica, segundo sexo Brasil 2009 (em %)**

Setor de atividade econômica	Homens	Mulheres	Total
Agrícola	20,5	12,2	17,0
Outras atividades industriais	1,3	0,3	0,8
Indústria de transformação	14,9	12,4	13,8
Construção	12,6	0,5	7,4
Comércio e reparação	18,5	16,8	17,8
Alojamento e alimentação	3,2	4,8	3,9
Transporte, armazenagem e comunicação	7,2	1,5	4,8
Administração pública	5,4	4,8	5,1
Educação, saúde e serviços sociais	3,9	16,7	9,4
Serviços domésticos	0,9	17,0	7,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,0	5,9	4,2
Outras atividades	8,3	7,0	7,7
Atividades mal definidas	0,4	0,0	0,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pnad/Elaboração DIEESE, 2011

Mesmo com as mulheres conquistando espaço nos diferentes setores de atividades econômicas, observando o quadro acima, percebe-se que ainda existe disparidades entre homens e mulheres. Apenas em alguns setores as mulheres ultrapassam os homens. E analisando quais são esses setores, verifica-se que isso acontece devido à tradição arraigada em nossa sociedade de que algumas atividades ainda são especificamente deliberadas ao sexo feminino.

Costa (1998) ressalta que as mulheres vêm assumindo um papel de provedoras e de chefes de família, sobretudo por deterem em suas mãos o poder aquisitivo e contribuir efetivamente para o orçamento doméstico.

Sabe-se que, historicamente, chefe de família é aquele homem varão da família, que possui a autoridade maior dentro da mesma e que impõe respeito, não precisando ser, necessariamente, o provedor da família, mas seria aquela pessoa que todos escutam e obedecem. Essa definição é uma construção cultural e social advinda da nossa sociedade patriarcalista.

Como já dito, esse modelo tradicional de família patriarcalista vem sendo alterado, modificando também suas configurações, onde o provedor da mesma já

---

igualdade aos homens; de conservarem a nacionalidade e transmitirem aos filhos se casadas com estrangeiros; pagamento igual para o trabalho igual; salário mínimo, limite de oito horas de trabalho diário; férias remuneradas; licença maternidade; direito de acesso das mulheres a funções públicas; participação das mulheres na direção e administração de programas de assistência e bem-estar social relativos à maternidade e à infância (MESQUITA, 2005, p. 54).

não se firma mais somente na figura masculina, podendo também ser a figura feminina. Como afirma Santana (2010, p. 82):

Cabe salientar que na contemporaneidade, não se concede mais a idéia de analisar a questão de chefia de família simplesmente pela ótica masculina, visto que são múltiplos os paradigmas de família existentes hoje, em decorrência da nova postura incorporada pela mulher num processo contínuo de redescoberta do seu espaço, seja ele intrafamiliar, seja na sociedade.

As lutas femininas sempre se basearam no alcance de condições de igualdade, mas a própria organização política era baseada em um modelo masculino e patriarcal de igualdade. Somente após as conquistas dos direitos civis, nos anos 30, que as condições de igualdade da mulher foram legalizadas. Mas percebeu-se que apenas referendar esse tópico em lei não bastava, não seria suficiente para modificações na estrutura social, sendo necessário um trabalho mais profundo para que transformações fossem realmente incorporadas à sociedade.

A mulher pobre sempre saiu de suas casas para laborar de maneira informal em prol de seu sustento e de sua família. A partir de então, passou a colaborar com a renda familiar, o que, infelizmente, não gerou sua autonomia como sujeito feminino, acarretando uma sobrecarga de trabalho, jornadas duplas de responsabilidades, como profissional e como dona de casa.

A mulher teve seus direitos assegurados pela Constituição de 1988, mas não totalmente efetivados. A falta de equidade social ainda era bem forte e as discriminações bem visíveis, principalmente envolvendo o mercado de trabalho. Na década de 90, com a implantação do sistema neoliberal no país, muitas conseqüências foram sentidas principalmente nas relações trabalhistas e no processo produtivo. As mulheres foram quem mais sofreram com a globalização, principalmente dentro do contexto de pobreza e desamparo social.

Neste final de século, mesmo diante de todos os direitos que as mulheres conquistaram em lei, em especial no que se refere ao trabalho, elas se inserem no mercado de trabalho nas piores condições. Pois, são as principais a responder a essa nova demanda de mercado reestruturado e globalizado. As trabalhadoras estão em sua grande maioria inseridas em maior número nos setores informais, precários, estão propícias ao desemprego, recebem salários inferiores aos homens entre outros fatores que estabelecem uma precária inserção no mercado de trabalho (MESQUITA, 2005, p. 65).

Se as mulheres do meio urbano tinham sua cidadania tolhida, as mulheres do meio rural sofriam essas interferências urbanas de forma mais intensa, pois sempre estiveram ao lado de seus esposos auxiliando nas tarefas da propriedade, mas de forma invisível, sem direitos e sem reconhecimento. No século XIX, os homens migravam do interior para o urbano para trabalhar nas obras de construção civil ou para pequenas profissões urbanas, e suas esposas permanecem nas aldeias, cuidando do cultivo da terra (PERROT, 1999, p. 517). Desde essa época, as mulheres já se apoderavam dos serviços agrícolas, mas sempre sem visibilidade.

A situação da mulher com relação a terra ainda é um assunto pouco discutido, pois sua exclusão não se encaixa somente nessa área. A exclusão de seus direitos é datada há muitos séculos atrás, em todos os aspectos da sociedade. Como afirma Hernandez (2007, p. 06),

No meio rural, estas desigualdades são muito visíveis, sobretudo no âmbito da divisão sexual do trabalho, já que ainda, é comum encontrar que esta divisão parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, tudo aquilo que é associado ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, além da reprodução familiar). Essas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários.

Mas, a partir de meados do século XX, verifica-se que essa realidade veio modificando. Segundo Falcão e Almeida (2003, p. 4), *“aos poucos e com muita resistência e luta, este cenário começa a ter novas configurações. Atualmente, o que presenciamos é uma mudança no padrão de vida societária, que vem invadindo a zona rural onde muitas vezes, são elas, as mulheres, que sustentam unicamente a família.”*

A década de 1990 para as mulheres foi muito importante, viabilizando seu ingresso mais intenso no mercado de trabalho e aumentando as famílias chefiadas por mulheres, o que, conseqüentemente, favoreceu a melhoria de seu poder aquisitivo, seu nível de instrução e também a diminuição das diferenças salariais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dois estudos com o balanço dos ganhos e as dificuldades enfrentadas pelas brasileiras ao longo dos anos 90. A renda média das trabalhadoras passou de R\$ 281,00 para R\$ 410,00. As famílias comandadas por mulheres passaram de 18% do total para 25%. A



média de escolaridade dessas “chefes de família” aumentou em um ano de 4,4 para 5,6 anos de estudos. A média salarial passou de R\$ 365 para R\$ 591 em 2000. Uma dificuldade a ser vencida é a taxa de analfabetismo, que ainda está 20%. Outra característica da década foi consolidar a tendência de queda da taxa de fecundidade iniciada em meados da década de 60. As mulheres têm hoje 2,3 filhos. Há 40 anos, eram 6,3 filhos (PROBST, 2005, p. 6).

Somente se conseguirá uma igualdade de condição entre os gêneros e a emancipação feminina a partir do momento de sua inclusão no trabalho produtivo social, dando-lhe a oportunidade de sair do âmbito doméstico e praticar atividades que a remunere e a valorize como profissional, seja em qualquer ramo.

Na verdade, a inserção das mulheres no mundo de trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos caracterizados pela inferioridade hierárquica, salários menores e por atividades de acordo a suas capacidades “inatas”, estabelecendo para elas a dupla e às vezes tripla jornada de trabalho (HERNANDEZ, 2009, p. 46).

Sabe-se que as mulheres sofrem discriminação nas relações sociais, principalmente quando o assunto é o mercado de trabalho, onde os homens, geralmente, são mais valorizados, o que acaba por colocar em evidência as questões de gênero e desvalorizar o trabalho feminino. *“O domínio do homem e a subordinação da mulher não se baseiam unicamente em diferenças biológicas, mas também, nas relações sociais. É através dessas relações que a diferença biológica aparece como diferença humana”* (HERNANDEZ, 2009, p. 48).

Como afirma Bourdieu (2005), a divisão sexual do trabalho é uma das dimensões que assegura a dominação masculina, e está presente na vida das pessoas, cotidianamente. Assim, acabam as mulheres ficando relegadas ao espaço doméstico cumprindo as funções de esposas, mães e reprodutoras. *“Este trabalho invisível também constitui um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e a família como uma de suas principais instituições”* (PAULILO, 2004, p. 235).

Sabe-se que a mulher sempre “saiu” de seus lares para exercer atividades públicas, sejam elas mulheres pobres, que saíam para trabalhar e ajudar no sustento da casa, sejam elas mulheres burguesas, que saíam para praticar filantropia. Mas essas “saídas”, até se tornarem reconhecidas, um longo caminho foi percorrido. As mulheres sempre trabalharam, mesmo que em seu lar, mas pouco valor foi imputado

em suas atividades.

A conquista e o avanço dos direitos da mulher foi fruto de muitas lutas reverenciadas através da organização de movimentos feministas e de seu ingresso no mercado de trabalho, lutas essas que foram constantes em todas as etapas da humanidade. A saída das mulheres da esfera privada para a pública através do trabalho foi um dos principais responsáveis pelo seu empoderamento, pois para a mulher sair de casa para trabalhar é a principal condição para sua transformação.

Segundo Cachapuz (2004), a família do século XXI transformou-se, modificou seus ideais e pensamentos, e não pode mais ser comparada a de outrora. O espaço conquistado pelas mulheres torna evidente, que não mais se encontram presas ao marido e ao cuidado do lar e dos filhos, mas que se encontram em todas as áreas produtivas, requerendo espaço no mercado de trabalho. “*Os meios de comunicação, mídia, globalização, todos avançam de forma mais rápida, deixando para trás os velhos paradigmas de uma família baseada na figura do pater*” (p. 75). Na verdade, a utilização do termo família no plural é cada vez maior para dar conta da multiplicidade de arranjos familiares que pululam na sociedade.

### **1.3 POLÍTICAS SOCIAIS, GÊNERO E EMPODERAMENTO**

As mulheres, até algum tempo atrás, não eram consideradas como parte integrante do poder público, ficando relegadas apenas ao poder privado, e mesmo assim sob o comando do marido. Elas também pouco foram lembradas como beneficiárias dos recursos do poder público, envolvendo programas públicos ou sociais até a década de 70.

Mas no final dos anos 1970, segundo Hernandez (2009), ocorre o aumento da pobreza da população e, conseqüentemente, muitos problemas sociais, como o desemprego, evidenciando uma sociedade cada vez mais desigual.

Estes problemas foram acentuados com a crise econômica dos anos 1970 e 1980, de forma que foram impostas, pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), políticas de ajuste estrutural de corte neoliberal, orientadas principalmente ao mercado, que tem repercutido, sobretudo, nos setores mais pobres da população do meio rural (HERNANDEZ, 2009, p. 54).

Até esse momento, a questão de gênero estava imersa à sociedade, encoberta, onde as mulheres se encontravam presas ao passado e sem direitos.

A questão de gênero não era considerada nas estratégias de desenvolvimento orientado ao crescimento econômico, pois foi apenas nos anos 1970 que ocorreu certa preocupação com as condições de necessidades básicas, a produtividade rural e as atividades no setor informal, na qual foi incluído o papel da mulher no contexto do desenvolvimento, sobretudo com os aportes de Boserup (1970), que argumentava que as mulheres são atores econômicos, mas que em termos de políticas públicas estão sujeitas aos programas que se fundamentam no enfoque de bem-estar social (KABEER, apud HERNANDEZ, 2009, p. 54).

Na década de 1970, são desenvolvidos enfoques teóricos com a perspectiva de Mulher em Desenvolvimento (MED) e de Gênero em Desenvolvimento (GED), colocando a situação das mulheres à vista por terem sido excluídas do processo de desenvolvimento ao longo dos anos, sendo necessário legitimar sua igualdade legal, política e social através de sua inclusão em políticas públicas que incidam nos interesses práticos e estratégicos para melhorar sua posição (desigualdade) na relação com os homens e permitir seu empoderamento (HERNANDEZ, 2009).

Surgem assim – frutos de amplos processos reivindicatórios –, políticas desenhadas para solucionar os principais problemas desses grupos vulneráveis, incluindo-se aí as mulheres que se encontravam em condições de pobreza.

Desde o final dos anos 1970, ocorreram importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, sob impacto de dois condicionantes principais: a democratização e a crise fiscal. Ao lado da mudança de regime, após mais de 20 anos de regime ditatorial, os anos 1980 foram também marcados pela crise do nacional-desenvolvimentismo, de origens mais antigas, assim como por mudanças nas políticas públicas, estabelecidas ao longo das décadas anteriores (FARAH, 2004, p. 49).

A partir dessa época nasce a necessidade de ampliação das pessoas envolvidas nas decisões das políticas públicas, participação da sociedade civil na formulação e implementação dessas políticas<sup>13</sup>, devendo também fazer a inclusão de novos segmentos entre os beneficiários das mesmas.

---

<sup>13</sup> Participaram da constituição dessa agenda movimentos sociais, constituídos desde os anos 70, em torno da luta pela democratização do regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, especialmente nos centros urbanos. Já nesse primeiro momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes (FARAH, 2004, p. 50).

Com isso, as mulheres passam a ser vistas como sujeito coletivo, atuando no setor público através dos movimentos de mulheres, passando também a, cada vez mais, olhar para sua condição na sociedade, lutando pelos seus direitos, objetivando uma modificação visível para a sua situação na sociedade, tentando amenizar as desigualdades de gênero. *“Sob impacto desses movimentos, na década de 80, foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero”* (FARAH, 2004, p. 51), envolvendo as mais diferentes áreas, como se pode ver:

- Em 1983, o estado de São Paulo cria o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, e em 1985, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher;
- Em 1983 acontece a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM);
- Em 1985 o Ministério da Justiça cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
- Em 1985, a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAMs;
- Em 1988, a Constituição incorporando muitas das reivindicações femininas.

Fleury (2003) diz que *“a cidadania requer uma participação ativa na comunidade política”*. Mas mesmo com as lutas, a mulher ainda faz parte dos grupos mais vulneráveis de ações do sistema de proteção social, principalmente aquelas que se encontram em situação de pobreza. E esse quadro só pode ser mudado a partir da construção de políticas de combate à discriminação, envolvendo um aumento da representação desse grupo nos espaços de poder. Passou-se, com isso, a reivindicar a inclusão das mulheres não somente como beneficiárias dos programas, mas como *“atores”* participando também da formulação, implementação e controle das políticas públicas voltadas a elas.

Assim, *“a incorporação generalizada de uma perspectiva de igualdade de gênero na formulação de políticas sociais, responde, também, as pressões internacionais no contexto de um crescente multilateralismo nas relações entre os países”* (GOLDANI, 2000, p. 2). A própria ONU, em suas reuniões na década de 90, considerou ser de fundamental importância manter boas relações entre os sexos; dessa forma, *“se expandiu, internacionalmente o consenso de que a igualdade entre os sexos é um pré-requisito da justiça social e do efetivo desenvolvimento econômico e social de um país”* (GOLDANI, 2000, p. 3).

Durante a passagem para o século XXI, a agenda de gênero se torna fundamental, de acordo com ações definidas na Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Beijing em 1995, passando a focar aspectos como violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infra-estrutura urbana e habitação, questão agrária, acesso ao poder político, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (FARAH, 2004).

Hoje, a legislação brasileira é bem definida com relação à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mas ainda não é suficiente, pois os aspectos histórico-culturais com relação a gênero estão enraizados em nossa sociedade, as vantagens dos homens sobre as mulheres ainda permanecem nítidas, mesmo com as profundas mudanças estruturais das últimas décadas.

Sabe-se que a participação das mulheres na esfera pública ainda é muito restrita, mas essa pequena conquista já é motivo de orgulho, pois alcançaram espaços de decisões importantes, colaborando para influenciar nas decisões das políticas públicas. Para a mulher, sua participação política veio ganhando espaço e envolve um trabalho de emancipação onde, através de lutas dos grupos feministas, levou o Estado a desenvolver políticas de combate às desigualdades reproduzidas pelo sistema, principalmente de gênero, sendo importante a presença e mobilização cada vez mais de mulheres para alcançar representatividade e serem ouvidas.

A participação da mulher nos movimentos sociais rompe com sua condição de invisível perante a sociedade, tornando-a uma legítima cidadã, possuidora de deveres e direitos, mesmo sendo esse um processo recente, uma verdadeira busca pelo resgate da cidadania.

Com a implantação de políticas públicas priorizando as questões de gênero, entra em ação a busca pelo empoderamento feminino, retirando o estigma de que as mulheres são apenas boas cuidadoras e zelosas de suas famílias, colocando-as como sujeito atuante politicamente. O PRONAF Mulher<sup>14</sup> é um exemplo desse tipo de política, que procura valorizar e reconhecer a mulher como sujeito ativo e autônomo capaz de contribuir na gestão e nos negócios de sua pequena propriedade.

É difícil romper com o papel tradicional depositado nas mulheres ao longo dos

---

<sup>14</sup> O PRONAF (Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar) será discutido no próximo capítulo.

anos, sistema esse que empoderou mais os homens, dando-lhes condições para comandarem todas as esferas, mas a questão feminina vem sendo estudada por pesquisadores que pretendem conhecer os motivos que levaram a mulher a assumir o controle de sua vida. Segundo León (2001, p. 98), “o verbo ‘*empoderarse*’ significa que *“las personas adquieran el control de sus vidas, logren la habilidad de hacer cosas y definir sus propias agendas”*. A mulher vem avançando em seu empoderamento. A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mundo tem apresentado uma espantosa progressão.

Costa (1998) ressalta que as mulheres vêm assumindo um papel de provedoras e de chefes de família, sobretudo por deterem em suas mãos o poder aquisitivo e contribuir efetivamente para o orçamento doméstico. As diferenças de gênero sempre estiveram presentes em nossa sociedade, são aspectos que fazem parte da história do mundo, envolvendo centrais desigualdades de poder.

Ainda hoje, pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais (COSTA, 2000, p. 3).

Em 1985, em Nairobi, foi preparado um documento por um conjunto de pesquisadoras acadêmicas e ativistas feministas para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU que referendou o **empoderamento** como *“uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isto gera um processo de transformação social, o principal objetivo do movimento das mulheres”* (DEERE e LEÓN, 2002, p. 53).

Assim, chegamos a um tema central nesse estudo. A discussão acerca do empoderamento surgiu nos Estados Unidos, na década de 70, junto às lutas dos movimentos por direitos civis, envolvendo a conquista pela cidadania plena. Os movimentos feministas também se aproveitaram do termo, na mesma década, para redução da posição de subordinação que as mulheres viviam perante a sociedade machista.

Mas não é fácil definir empoderamento. O termo é algo ainda hoje de muita

polêmica. Segundo Stromquist “os parâmetros do empoderamento são: a) construção de uma auto-imagem e confiança positiva, b) desenvolvimento de habilidades para pensar criticamente, c) construção de coesão de grupo, e d) promoção de tomada de decisões para determinadas ações” (apud HERNANDEZ, 2009, p. 25).

A palavra empoderamento significa dar poder a alguém (bem como pode significar o processo de se conseguir poder individualmente, ou seja, se auto-empoderar), onde cada um tem autonomia para decidir sobre sua própria vida. Para Costa (2000, p. 7), “empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.” Esse termo começou a ser usado por volta da década de 70 pelos movimentos feministas da época:

As áreas em que tem sido aplicada a metodologia do *empowerment* são muito variadas: minorias étnicas e migrantes, mulheres, desempregadas, sem-abrigo, doentes mentais, vítimas de violência ou abuso sexual, promoção de direitos e cidadania, desenvolvimento sustentável, e intervenção comunitária. O objetivo do *empowerment* é fortalecer em direitos e em participação, grupos, pessoas ou populações sujeitos a discriminação e exclusão, e por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses econômicos, e lutar contra a opressão. Pretende favorecer a efetiva participação dos cidadãos na vida social, econômica, política e cultural, e uma distribuição mais equitativa dos recursos. Para atingir este objetivo tem que haver também um processo de distribuição de poder (FAZENDA, 2006, p. 2).

Deere e Léon (2002) dizem que o empoderamento pode ser considerado, baseado nas perspectivas feministas, como uma mudança radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher, e no âmbito do desenvolvimento, o termo é sinônimo de participação ou integração das pessoas no planejamento e desenvolvimento.

O momento atual a que vivemos, conhecido como globalização econômica, veio transformando a sociedade e deixando-a cada vez mais desigual; e as pessoas tem muitas dificuldades para conviver com as pluralidades e com as diferenças sociais e culturais, pois nossa sociedade contemporânea é muito heterogênea. Mas esse multiculturalismo existente desafia as pessoas em sua aceitação e, cada vez mais, os grupos sociais procuram, de alguma forma, maneiras de alcançar seu

empoderamento, se impondo dentro da sociedade e mostrando que suas lutas não são em vão. E com os movimentos feministas também foi assim, quebrando com os padrões culturais definidos pela sociedade patriarcal.

As relações de poder se mantêm porque os vários atores – tanto os dominadores como os dominados – “aceitam” as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades, que afirmam ser estas desigualdades resultantes de desgraça pessoal ou da injustiça social. Esta aceitação é construída através dos mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças religiosas, etc (COSTA, 2000, p. 3).

Havendo o processo de empoderamento por parte das mulheres, as relações patriarcais são ameaçadas, pois os privilégios de gênero que perpetuaram durante tanto tempo em favor dos homens são desconstruídos, gerando autonomia às mulheres para controle de toda a sua vida, destruindo a dominação tradicional dos homens – por isso, a força potencialmente revolucionária desse fenômeno. Quando se fala nas relações desiguais existentes entre homens e mulheres, percebe-se que tal relação dificulta o empoderamento das mesmas, pois parece que essas já estão “acostumadas” a viverem subordinadas – o entendimento desse processo nos remete, necessariamente, ao conceito de violência simbólica construído por Bourdieu (2005). O empoderamento seria exatamente uma forma de desconstrução dessa violência. Segundo Deere e León (2002, p. 55), *“o empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero”*.

Partindo desse pressuposto, o empoderamento é analisado como sendo um motivo para resistência masculina ou para emancipação feminina, recebendo apoio de diferentes atores e grupos sociais para que realmente se constitua como forma de emancipação. Para Deere e León (2002, p. 53), empoderamento remete à:

Noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica.

O empoderamento envolve o aprendizado de novas atitudes, uma tomada de consciência do sujeito com relação a sua situação de subordinado, preconizando a decisão de agir em seu benefício, para sair da situação de exclusão e falta de poder,



fazendo um levantamento de competências e recursos necessários para maior controle de suas vidas.

A posição social da mulher vem sendo modificada, exigindo-se uma maior liberdade para encontrar seu espaço na sociedade, formando uma identidade pessoal feminina, onde possam *“auferir uma renda independente, ter possibilidades de emprego, direitos de propriedade, tomada de decisões dentro e fora da família, entre outros aspectos”* (HERNANDEZ, 2009, p. 63).

O papel da mulher na sociedade contemporânea vem desafiando a família patriarcal, dando maior poder de decisão a elas, abrindo as portas para que estejam cada vez mais empoderadas, diminuindo assim o hiato existente nas relações de gênero. Acredito que o empoderamento das mulheres tem ultrapassado os muros da esfera privada e enraizado na esfera pública, sendo que essa participação vem se tornando fundamental, já que as mulheres estão contribuindo para o desenvolvimento de uma determinada região através de suas ideias contemporâneas e seu esforço nato.

O empoderamento efetivo das mulheres deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações). Tais aspectos, correspondem às alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, sobretudo, as de baixa renda, pois levam demandas do âmbito privado para os espaços públicos, influenciando nos processos de tomadas de decisões (MACEDO FILHO; REGINO, 2006, p. 2).

A participação das mulheres em movimentos vem contribuindo para que busquem o reconhecimento de suas lutas e a visibilidade de seu trabalho, conscientizando-as de que são sujeitos de direitos, e que a permanente luta em prol das causas feministas deve ser constante para que se alcance cada vez mais progressos. *“O movimento de mulheres tem conseguido romper a condição de receptoras passivas, levando para o espaço público discussões antes vistas como inferiorizadas e encaradas negativamente como de competência doméstica”* (MACEDO FILHO; REGINO, 2006, p. 3).

Para as mulheres que vivem no meio rural, que realizam as tarefas domésticas, cuidam dos filhos e ainda auxiliam seus maridos nas tarefas da lavoura, e que não tem suas atividades consideradas como produtivas, sem nenhum

reconhecimento, a participação nesses movimentos é muito importante para o desenvolvimento de sua conscientização, auxiliando na conquista de mais respeito pelas atividades desenvolvidas tanto dentro quanto fora de casa, na lavoura

O empoderamento das mulheres é possível desde que estejam presentes as condições necessárias, tanto na lógica de formulação, execução e operação das políticas públicas, quanto na intervenção dos diversos agentes de mediação envolvidos, que ao mesmo tempo cumprem a função de mediadores (HERNANDEZ, 2009, p. 25).

A partir do desenvolvimento dos movimentos feministas, as mulheres saíram do meio doméstico para atuar no meio público, sendo muitas vezes a responsável pela manutenção financeira de sua família. Sua emancipação econômica e seu empoderamento tornaram-se fundamentais para o processo de desenvolvimento de uma determinada região. As mulheres passaram a buscar alternativas de sobrevivência pessoal e para suas famílias, gerado pela reformulação e desconstrução da cultura de subordinação feminina, patriarcal, levando-as a se sentirem sedentas de participação ativa em movimentos, associações, além da conscientização da sociedade em geral.

48

---

As relações de gênero podem ser percebidas como complexos e instáveis processos que se constituem através de partes que se inter-relacionam e são interdependentes. Ou seja, dois tipos de pessoas foram criados, homem e mulher, e estes, além de ocuparem espaços diferentes, são categorias excludentes variando, na época e na cultura. A autora aponta que as principais relações entre estes se dão pela dominação, dos seus aspectos interrelacionados (MACEDO FILHO; REGINO, 2006, p. 5).

O empoderamento da mulher está atrelado a pessoas e situações, conhecidas como mediadoras, agentes de mudança, que contribuem para seu sucesso, viabilizando o desenvolvimento de seu poder e repercutindo nas relações sociais.

Alcançar a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso tanto aos bens (crédito, terra, entre outros) quanto ao poder. Esta transformação depende de um processo de empoderamento da mulher que, por sua vez, tem um efeito na transformação das relações de gênero e, portanto, é uma pré-condição para a obtenção dessa igualdade (DEERE e LEÓN, 2002, p. 52).

As diferenças de gênero sempre estiveram relacionadas com a hierarquia determinada pela família patriarcal. Para transformação desse quadro, é necessário que, segundo Deere e León (2002), a mulher passe a ter acesso aos bens econômicos e também passe a exercer algum tipo de poder, tornando-as empoderadas, já que essa é uma pré-condição para que se formalize efetivamente a igualdade de gênero.

Com o desenvolvimento dos movimentos feministas, tornou-se fundamental a incorporação das questões de gênero nas agendas das políticas públicas e sociais, já que para se alcançar um bom desenvolvimento humano, deve-se favorecer esse empoderamento, proporcionando condições para a transformação nas relações de gênero, repercutindo na melhoria da igualdade (HERNANDEZ, 2009).

O termo empoderamento tem sido utilizado para especificar vários sentidos, e nem sempre esses estão relacionados a emancipação. De acordo com Deere e León (2002, p. 52), *“no campo do desenvolvimento é as vezes usado como sinônimo da participação ou integração das pessoas no planejamento e desenvolvimento e confundido com bem-estar social ou redução da pobreza”*. Mas, de forma implícita, empoderamento tem sentido de pessoas obtendo poder e coordenando suas próprias vidas – esse é um sentido que queremos guardar como importante para nosso projeto.

O empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres (DEERE e LEÓN, 2002, p. 53).

O sentido da palavra empoderamento está atrelado ao sentido da palavra poder, o que significa que alguém detém esse poder e, no caso das mulheres, ou é uma fonte de opressão, ou de emancipação. No primeiro caso, vem da dominação sofrida pelas mulheres por seus pais, maridos. No segundo caso, reverte-se na busca por seu empoderamento, liberdade de expressão, busca pela transformação social de suas vidas, procurando direcioná-las conforme suas vontades.

Procurando enfatizar melhor o conceito de empoderamento, Jo Rowlands (apud DEERE e LEÓN, 2002, p. 53) discorre que existem quatro tipos de poder: poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro. O “poder sobre”, refere-se

que alguém exerce poder sobre outra pessoa, o que diminui o poder de outrem. Já os demais poderes, constituem-se em uma soma de poderes. O “poder para” e o “poder com” são poderes compartilhados, que abrem várias possibilidades de ações sem dominação, sem o uso do “poder sobre”, procurando apenas somar forças. O “poder de dentro” está relacionado com a auto-estima da pessoa e vem de dentro dela, levando-a a resistir ao poder de outros, rejeição ao que não querem.

É importante lembrar que, para o empoderamento da mulher acontecer de fato, percorre-se um longo caminho, não ocorrendo da noite para o dia, mas envolvendo aí um longo trabalho para a criação de uma consciência da discriminação de gênero, levando-a a mudar sua autopercepção, que geralmente está negativa, visualizando-se melhor e reconhecendo-se como sujeito de direitos e possuidora de capacidades produtivas.

Não há fórmulas mágicas ou projetos infalíveis, receitas únicas ou modelos prescritivos. O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história (DEERE e LEÓN, 2002, p, 55).

Muitas mulheres podem desejar sentir-se empoderada. Mas as vezes podemos estar empoderadas em uma parte e não estar em outra, principalmente porque, segundo Fridemann (apud OLIVEIRA, 2005), a tríade de empoderamento envolve o social, o político e o psicológico. Para Oliveira (2005), o empoderamento social refere-se ao conhecimento que a pessoa tem, envolve as possibilidades de acesso à informação, níveis educacionais, ser constituinte de organizações sociais; o empoderamento político referenda a capacidade da pessoa de tomar decisão, considerando-se capaz de ter vez e voz; o empoderamento psicológico está diretamente ligado ao comportamento autoconfiante do ser, a valorização de sua auto-imagem, considerando-se uma pessoa capaz, qualificada, com boa auto-estima.

A partir do momento que as relações familiares tradicionais são colocadas de lado, abre-se caminhos para uma nova relação, sem dominação do homem sobre a mulher, onde essas passam a ter controle de suas próprias vidas, seus bens, suas opiniões, sua sexualidade, as formas de decisões também se modificam, deixando de ser unilaterais, envolvendo aí também alterações na divisão de

responsabilidades, principalmente com o sustento da família, onde muitas mulheres são, atualmente, as grandes majoritárias.

Após as constantes lutas das mulheres por igualdade de direitos, a que passaram a ter consciência de suas capacidades e potencialidades, elas passaram da fase de subalternidade para a fase de autonomia, deixando progressivamente de depender dos homens. Elas passaram a ir e vir por conta própria, ao aprender a dirigir, passaram a se sustentar através do trabalho remunerado, procuraram melhorar seu nível de escolaridade aproveitando as oportunidades de estudo que surgiram ao longo dos anos, ganharam espaço nos cargos de chefia em algumas unidades, passaram a ocupar cargos públicos, enfim, cada item alcançado envolve a busca por sua autonomia e, conseqüentemente, um certo empoderamento. Sabe-se que a discriminação ainda existe, mas em menor grau que antes. Existe melhora em alguns setores e em outros não, mas já é um progresso visível.

A questão do empoderamento das mulheres relaciona-se com o acesso das mesmas a cidadania. Desde o início dos movimentos feministas na década de 1970 reivindicando seus direitos e buscando igualdade perante a lei que as mulheres passam a inserir-se nos processos decisórios em todas as esferas, sejam elas privadas ou públicas, procurando tomar frente das decisões de suas vidas e também demais decisões, ressignificando seus espaços, alcançando visibilidade e poder.

A busca por empoderamento pelas mulheres veio transformando-se em uma prática social que se concretizou a partir de uma construção histórica, ao longo dos anos, alcançada pelos movimentos feministas, buscando sua libertação e a conquista da cidadania, procurando combater a injustiça e a exclusão social, abrindo as portas para que as mulheres tenham sua identidade reconhecida. A mulher, a partir do momento que busca modificar os rumos de sua vida e alcança autonomia, seja ela política, econômica ou social, passa a ver o mundo de outra maneira, e a enxergar a si mesma dando-se mais importância. *“A apropriação do conhecimento gera criticidade, amplia horizontes, traz independência”* (OLIVEIRA, 2005, p. 166).

A figura feminina não é mais representada pela figura da mulher cuidando dos filhos, realizando as tarefas domésticas, e sim vem sendo representada por figuras que mostram progresso, sucesso profissional, busca por autonomia, emaranhadas nas diversas áreas produtivas. Podemos lembrar aqui das “saídas” estudadas por Michelle Perrot e que contribuem para modificação do cotidiano das mulheres.

As mulheres estão buscando conhecimento, procuram qualificar-se, assumem

uma postura crítica diante das situações enfrentadas por elas, visando sempre melhorar suas condições de vida, sem deixar de cumprir suas obrigações como mães e como mulheres. Elas agem como sujeitos sociais almejando um processo de transformação em suas vidas, procurando se incluir na sociedade como cidadãs de direitos.

Dentro desse grupo de mulheres supostamente empoderadas, que vem mostrando sua força perante a sociedade e buscando libertação e visibilidade, aparecem as mulheres rurais, que vivem no campo, laboram na terra participando da agricultura familiar, ao lado ou não de seus esposos, contribuindo para a produção econômica e social da família, que será o assunto do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II**

### **A MULHER RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR**

A situação da mulher dentro do meio rural não é muito diferente da mulher que vive no meio urbano devido a nossa sociedade seguir o modelo de cultura patriarcal. Existe um grande contingente feminino no meio rural desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, colaborando para a produção dentro da agricultura familiar, mas que infelizmente, pouca visibilidade alcança.

Este capítulo procura elucidar sobre a mulher rural, historicizando sua situação ao longo dos tempos, envolvendo os aspectos da distribuição de terra e direito à propriedade e os progressos obtidos, conceituando a agricultura familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, evidenciando algumas considerações sobre a mulher dentro da agricultura familiar.

#### **2.1 A MULHER RURAL – DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E PROPRIEDADE RURAL**

53

---

Sabe-se que em nosso país existe uma má distribuição de terras que, historicamente, vem sendo perpetuada desde sua descoberta. Uma distribuição marcada por um viés de classe, mas também de gênero. Se a população pobre se manteve distante da posse de terra, essa ausência é ainda mais cruel quando pensamos nas mulheres pobres. Marcado por uma cultura patriarcal, as mulheres do campo geralmente não tiveram acesso ao direito à terra.

Até o início do século XX, um dos principais fatores que limitavam a posse da propriedade por parte da mulher era a natureza restrita dos direitos de propriedade da mulher casada. A luta para expandir estes direitos foi uma das principais conquistas da primeira onda feminista na América Latina e estava intimamente ligada à luta para garantir outros direitos civis e políticos à mulher. Na maioria dos países da América Latina, ela obteve maiores direitos de propriedade e de voto apenas de modo fragmentário durante a primeira metade desde século (DEERE e LEÓN, 2002, p. 27).

As Reformas Agrárias realizadas antes da década de 1990, não davam oportunidade para que as mulheres fossem beneficiárias diretas. Essas reformas

tinham a intenção de beneficiar preferencialmente famílias cujo chefe era uma figura masculina: *“Pressupunha-se que as famílias camponesas fossem representadas por um chefe homem e que, ao beneficiar os chefes de família, todos os membros desta seriam também beneficiados”* (DEERE e LEÓN, 2002, p. 100). Esse chefe de família era encarregado de administrar a propriedade e de representá-la perante a comunidade externa, estando a mulher ainda em situação de plena desigualdade e completamente invisível em suas atividades. A tradição de que terra deve ser propriedade do homem e de que a agricultura é uma atividade masculina é muito antiga. A distribuição de terras com exclusão das mulheres veio acontecendo devido a diferentes fatores, dentre eles a dominação masculina, as relações de gênero e a patrilinealidade<sup>15</sup> existente.

Tomando como marco nossa sociedade, entende-se os anos 20 como definidores de um novo padrão social, com o advento da industrialização e a vivência de um país agrário que se torna rural. Dentro desse tempo, os interesses da burguesia industrial entram em conflito com os interesses dos grandes fazendeiros de café, o que acaba contribuindo para a reforma agrária, já que democratizando o acesso à terra e fortalecendo economicamente os produtores, o capitalismo ganharia forças, pois esses se tornam consumidores de produtos industrializados. Em 1930, inicia-se um processo de modernização no país. O mercado de trabalho se torna capitalista, deixando a população em geral fragilizada, trazendo precárias condições de vida e trabalho na cidade. Essa vulnerabilidade será ainda mais sentida no mundo rural. Como afirma Silva, *“as inovações ocorridas na organização do trabalho assalariado deixaram a maioria dos trabalhadores rurais desvinculados de qualquer sistema de proteção social, colocando mais um fosso na luta pelo direito à terra e pela igualdade social entre os cidadãos brasileiros”* (2009, p. 6).

Os anos 60 também serão anos importantes para essa questão. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), acirram-se as lutas pela terra, e as discussões para melhorias na Reforma Agrária são intensificadas, o que foi um dos estopins para o golpe militar de 1964, levando milhões de pessoas a se submeterem

---

<sup>15</sup> Deere define patrilinearidade como *“a lógica de reprodução da família camponesa. (...) a herança da terra é uma condição fundamental de reprodução da família camponesa, pois o acesso à terra é o que garante a continuidade da unidade de produção e a reprodução entre as gerações”*. Significa que, nessas sociedades, para que a família camponesa mantenha a tradição de continuar perpetuando seu sangue e a produção em suas terras, procura alocar seus filhos homens casados por perto, produzindo em terras da família, recebendo essas como herança” (apud DEERE e LEÓN, 2002, p. 333).



aos mandos e desmandos do Governo Federal. Em relação ao campo, isso não foi diferente: *“No Brasil, até o final da década de 80, os esforços para a realização da Reforma Agrária foram extremamente limitados e discriminatórios contra a mulher”* (SILVA, 2009, p. 10).

Em 1964, é criado o Estatuto da Terra, Lei 4.504, estipulando que o Estado tem o dever de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Outros órgãos surgem no período, conforme historiciza Silva (2009, p 6): o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Em 04.11.1966, o Decreto nº 59.456 institui um Plano Nacional de Reforma Agrária que não consegue ser efetivado, e em 1970, a fusão do IBRA e do INDA, instituindo o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para Silva, este órgão surge *“mais como um instrumento de colonização de áreas novas do que para uma reforma da estrutura fundiária do país”* (2009, p. 6). O “Estatuto Agrário” estabeleceu que para ser beneficiário da Reforma Agrária, deveria ser seguido alguns critérios:

- a) o proprietário cuja terra havia sido desapropriada e que desejava cultivar uma parcela com trabalho familiar; b) os trabalhadores na propriedade que tinham uma parcela de terra em usufruto ou eram trabalhadores assalariados; c) os camponeses cujas propriedades eram menos do que o necessário para a agricultura familiar na região e insuficientes para a subsistência na família; e d) aqueles com experiência em cultivo (DEERE E LEÓN, 2002, p. 128).

Observa-se com isso que continuou-se a dar prioridade aos chefes de família com maior número de familiares e com experiência na agricultura, ratificando a exclusão da mulher ao acesso à propriedade, já que tinha-se como prioridade o homem chefe de família e acreditava-se que as mulheres não apresentavam experiência na agricultura. Mesma lógica, na verdade, da desigualdade no mercado de trabalho para homens e mulheres.

Outro dado importante é que nessa mesma época, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para escolher os beneficiários, organizou um sistema de pontos onde os homens “valiam” mais que as mulheres, incluindo-se nesse caso também as crianças do sexo masculino e feminino, sempre colocando a mulher e as crianças femininas em desvantagem, pois sempre valiam menos. *“Esta norma discriminava claramente as mulheres chefes de família, assim como todas as famílias com um grande número de meninas”* (DEERE e LEÓN, 2002, p. 129).

As mulheres também eram discriminadas com relação ao tempo de exercício na agricultura e encontravam dificuldades para comprovar este conhecimento, pois eram poucas as mulheres que estavam cadastradas nos sindicatos rurais e, como sempre tiveram suas atividades encobertas, não conseguiam visibilidade para tal.

A discriminação contra a mulher era tanta que, de fato, por ocasião da distribuição de lotes em projetos de colonização ou Reforma Agrária, as mulheres sozinhas, embora mães de família, não eram contempladas, a menos que tivessem um filho mais velho que pudesse tutelar tal concessão. Da mesma maneira, quando falecia o cônjuge, perdiam o direito à cessão de uso e eram obrigadas a deixar os projetos ou assentamentos ou então a arrendar seu lote, passando muitas vezes a cultivá-lo na condição de “bóia-fria” (LAVINAS, 1991, p. 6).

Com o fim do Regime Militar e início da Nova República, em 1985, a questão da reforma agrária ganha força novamente. Com o retorno da democracia, aumenta-se o número de conflitos por terra, pois ganha forças a organização de trabalhadores rurais sem-terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, lutando pela reforma agrária.

Durante o governo civil, que iniciou em 1985 com José Sarney, teve-se como objetivo igualar o sistema de distribuição de terras entre os gêneros, sem discriminação entre homens e mulheres, vindo a ser confirmado tal ato na Constituição de 1988, que em seu artigo 189, estabeleceu que as terras a serem distribuídas na Reforma Agrária poderiam ser concedidas tanto ao homem, quanto a mulher, ou a ambos, independente do estado civil. *“Este artigo é digno de nota porque foi pela primeira vez explicitado que as mulheres poderiam ser beneficiárias da reforma agrária”*<sup>16</sup> (DEERE e LEÓN, 2002, p. 129).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, que iniciou em 1995 e terminou em 2002, cogitou-se a ideia de se estruturar a maior reforma agrária que o Brasil já efetivou. Esse governo tinha a intenção de conceder terra a 280.000 (duzentos e oitenta mil) famílias, tornando esses beneficiários agricultores produtivos de fato. Em 1996, ainda sob o governo de Cardoso, existe a aprovação de várias leis federais para forçar os proprietários de terra ao uso efetivo delas e também a venda de terras

---

<sup>16</sup> Ao se analisar a temática da família, não podemos nos esquecer que, foi também nessa constituição, que temos a ampliação na definição de família. A constituição passa a definir família não apenas pelos laços do casamento, mas também legitima a família monoparental, chefiada por qualquer dos cônjuges.

improdutivas para fins de reforma agrária, aumentando os impostos sobre essas, forçando os proprietários a se desfazerem delas. Também procurou estabelecer parceria com o Banco Mundial para que esse financiasse o projeto-piloto “Programa Cédula da Terra<sup>17</sup>”. Na gestão de Luis Inácio “Lula” da Silva percebe-se uma valorização do aprimoramento dos assentamentos, deixando de realizar medidas efetivas para a melhoria da reforma agrária, mas foi instaurado sempre diálogo para resolver os conflitos e busca de soluções conjuntas para o problema da reforma agrária.

Muitas famílias, atualmente, estão recebendo terras do Governo Federal através da desapropriação de propriedades improdutivas para a reforma agrária, graças a Constituição de 1988 que garante esse direito de desapropriação de latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social. Essas famílias são assentadas com intuito de promover a justiça social, o aumento da produtividade, proporcionando a redistribuição das propriedades rurais.

Contudo, se hoje se registram avanços no acesso a posse da terra para trabalhadores rurais, e esse tema será melhor desenvolvido ao final desse capítulo ao nos voltarmos para a discussão da agricultura familiar, é necessário pensarmos aqui nesse item, como essa distribuição atinge as mulheres do campo, que se caracteriza por ser uma sociedade tradicionalmente mais conservadora.

O fato é que a inserção das mulheres rurais na vida política participando de sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos, fortalece os grupos e as reivindicações destas, ganhando visibilidade perante o mundo e buscando uma conscientização de cada vez mais pessoas. Conforme aponta Sales (2007, p. 438):

Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada. As principais reivindicações foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. Somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizam em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. Nos anos posteriores, houve um maior envolvimento das trabalhadoras rurais em encontros, seminários, campanhas sobre violência contra as mulheres, sobre mortalidade materna, sobre direitos

---

<sup>17</sup> Programa de Reforma Agrária instituído em 1997 que tinha como objetivo beneficiar 15.000 famílias pobres de áreas rurais da região nordeste brasileira através da compra de propriedades por meio da negociação direta entre uma organização de trabalhadores rurais associados e o proprietário da terra. A intermediação ficava a cargo do Governo Estadual, que avaliava o imóvel, definia seu valor de mercado e o teto para financiamento.

constitucionais. Na década de 1990 inicia-se um período de adesão das instituições às desigualdades de gênero, com o enfoque na mulher.

Historicamente, as mulheres rurais, por todo um cotidiano de gênero que coloca suas atividades como complementares a dos homens, não podiam ser beneficiadas pelos planos e projetos de Reforma Agrária, uma vez que todos esses utilizavam como beneficiário a figura masculina da propriedade, deixando as mulheres de lado.

Nas décadas de 1980 e 1990, surgiram muitas organizações de mulheres rurais procurando integrar a mulher aos direitos trabalhistas dos homens rurais. Elas começaram a exigir os mesmos benefícios dados a eles, pois tinham pouca representação dentro dos sindicatos. Inclusive, em 1985, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – realizou seu quarto congresso que discutiu e defendeu, pela primeira vez, as questões relativas às mulheres rurais, pensando-se em aumentar o número de associadas e também medidas para acabar com a discriminação.

A década de 1980 representa um período de mudança, pois, além da participação crescente e mais visível da mulher rural na força de trabalho assalariado, as secretarias e as comissões de mulheres começaram a aparecer dentro das organizações camponesas e dos sindicatos rurais mistos. Na década de 1970, poucas das organizações nacionais de camponeses tinham secretarias e de mulheres; no final da década de 1980, quase todas as principais organizações camponesas e sindicatos rurais tinham algum tipo de secretaria de mulheres (DEERE e LEÓN, 2002, p. 176).

É bom lembrar que o Brasil, por volta do final da década de 1980, estava disposto a aceitar a distribuição e a titulação de terra para os casais<sup>18</sup>, sendo um dos países pioneiros da América Latina. Pode-se considerar que essa medida foi um grande progresso com relação à equidade de gênero, onde colocou tanto o homem quanto a mulher que formam um casal em pé de igualdade, possuindo ambos o direito à propriedade<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Foi uma medida conquistada pelo movimento de mulheres junto a Constituição de 1988 para que o processo de distribuição de terras pelo Estado através da reforma agrária tivesse titulação conjunta, deixando de ser somente o marido o representante legal da família e o administrador de seus recursos, dando esse direito também a esposa, sendo essa também participante em qualquer decisão sobre a propriedade e resguardando-a em caso de testamento.

<sup>19</sup> Hoje isso é uma discussão que também atinge os casais homossexuais.

O Brasil foi um dos pioneiros em instituir a possibilidade de distribuição e titulação de terra para os casais através da reforma agrária. Além disso, a distribuição e a titulação tornaram-se possíveis independente do fato de um casal ser casado ou unido em uma união consensual. Entretanto, a titulação conjunta não foi estipulada como obrigatória, mas antes foi introduzida como uma opção que poderia ser solicitada por um casal; como resultado, tal medida não demonstrou ser muito eficaz. Apesar disso, as mudanças introduzidas na Constituição Brasileira em 1988 – as quais estabeleceram que a terra a ser distribuída na reforma agrária poderia ser concedida para homens, mulheres e casais – aumentou provavelmente o percentual de mulheres beneficiadas através dos esforços da reforma agrária ao final da década de 1990 (DEERE e LEÓN, 2002, p. 247).

É no artigo 189 da Constituição Federal de 1988 que se encontra referendada essa medida, abrindo caminhos para que o direito à terra pelas mulheres fosse obtido através das terras designadas para a reforma agrária, expondo que *"o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil"*. Mas ainda existe uma lacuna muito grande até que a mulher consiga chegar ao acesso à propriedade, seja ela urbana ou rural, percebendo-se que as desigualdades de gênero dentro das várias esferas sociais como a família, o Estado e o mercado, ainda persistem.

O principal modo pela qual a posse de terra pode ser adquirida inclui herança, adjudicação por parte do Estado e compra no mercado. (...) a desigualdade de gênero na posse de terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras e à desigualdade entre gêneros no mercado de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem (DEERE e LEÓN, 2002, p. 28).

Foi apenas em 2003 que foi feita uma Portaria (981/2003) do INCRA, passando a ser obrigatório colocar a propriedade rural tanto em nome do homem como também no da mulher quando casados ou com união estável.

Como afirmamos, a Constituição de 1988 colaborou para diminuir as práticas e costumes sexistas, principalmente em seu artigo 226, §5º, colocando as mulheres como iguais perante os homens no âmbito familiar, e no artigo 189, § único, que estabeleceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de Reforma Agrária. No entanto,

pesquisa realizada pela FAO/Unicamp no ano de 2002 revelou que 87% dos títulos da terra emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) destinavam-se aos homens, o que indica a manutenção da situação dos anos 90. O acesso das mulheres rurais à terra é ainda menor, quando se trata do Programa Cédula da Terra. Neste programa, 93% dos títulos emitidos tinham os homens como beneficiários diretos (BRASIL, 2005, p. 13).

Não negamos que essas conquistas expressam as lutas das mulheres rurais dentro dos sindicatos, associações, contribuindo para diminuir as relações sexistas e fortalecer seus direitos, mas ainda são precárias, percebendo-se que ainda faltam oportunidades de acesso aos recursos econômicos, falta a garantia de sua cidadania plena através do direito à documentação civil e trabalhista promovido pelo Estado, estando muitas mulheres rurais ainda em condição de sub-registro.

Se o Código Civil de 1916 referendava que os bens da mulher casada deveriam ser administrados pelo seu marido e que esta devia-lhe obediência, o Estatuto da Mulher Casada, criado em 1962, ainda que continue vendo a mulher na função de “colaboradora” do homem, traz alguns direitos, garantindo que os bens adquiridos por ela por sua própria renda fossem reservados, sem a exigência de que esses fossem divididos com o marido, recebendo autonomia para administrá-los. Mesmo este Estatuto mantendo a liderança familiar como responsabilidade masculina, já foi um avanço, pois a mulher teria seus bens reservados podendo administrá-los.

---

60

Nos últimos anos, a maioria dos países latino-americanos adotou normas de igualdade entre os gêneros, que estabelecem que a família pode ser representada de forma conjunta, pelo marido e pela esposa, ou por qualquer um dos cônjuges, e que a propriedade comum pode ser administrada de forma conjunta (DEERE e LEÓN, 2002, p. 86).

Seguindo um padrão internacional, atualmente essa realidade mudou, pois o código civil prevê igualdade entre todos os herdeiros, sejam eles homens ou mulheres, constituindo-se em mais uma conquista pelos Direitos Humanos de nossa sociedade.

Várias Conferências Mundiais da Mulher foram realizadas pela Organização das Nações Unidas – ONU em prol da igualdade de gêneros e o respeito à mulher. A Primeira Conferência aconteceu na Cidade do México (1975), coincidindo com o Ano

Internacional da Mulher, onde pretendeu-se elaborar objetivos para acabar com a discriminação da mulher e contribuir para seu avanço social envolvendo-as no desenvolvimento sustentável; pretendia-se assegurar garantias constitucionais e legislativas contra a discriminação da mulher e a favor da igualdade de direitos, envolvendo também o direito à paridade dentro do casamento e da cidadania.

Recomendava-se que fossem tomadas medidas legislativas para garantir que mulheres e homens desfrutem de capacidade civil plena com relação a seus direitos pessoais e de propriedade, incluindo o direito de adquirir, administrar, herdar bens e deles desfrutar e dispor (DEERE e LEÓN, 2002, p. 160).

A Segunda Conferência aconteceu em Copenhague (1980), abrindo os caminhos para uma real igualdade entre homens e mulheres, procurando dar condições para o acesso à educação, trabalho, cuidados especiais com a saúde da mulher. Nessa conferência, reconheceu-se a importância do empoderamento da mulher buscando igualdade de gênero. A Terceira Conferência deu-se em Nairobi (1985), e contribuiu para o fortalecimento das redes de mulheres para a luta dos interesses de gênero e busca de seus direitos, dando real importância na participação das mulheres tanto no meio social quanto nas decisões políticas. Já a Quarta Conferência ocorreu em Beijing, na China (1995), sendo considerada a de maior impacto mundial tanto em termos de participação como de reflexo positivo sobre o problema da desigualdade de gênero. Nessa conferência foi bastante debatido as questões indígenas e da mulher rural, que pouco havia sido debatido nas conferências anteriores.

O direito da mulher à terra constituía um componente importante dos objetivos estratégicos da Plataforma de Ação. Além disso, o direito da mulher à terra havia deixado de ser apenas um elemento nos argumentos de eficiência, uma estratégia para aumentar a produtividade da mulher, para ser tratado como um direito econômico, com o claro reconhecimento da importância dos direitos à terra para o empoderamento e a busca de autonomia econômica da mulher rural (DEERE e LEÓN, 2002, p. 160).

Em 1979, a ONU lançou a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher”, o que levou os Estados latino-americanos a revisarem suas Constituições procurando garantir legalmente igualdade explícita entre homens e mulheres, instituindo também em seus

códigos civis a família com chefia compartilhada, colocando sobre as mãos tanto dos homens quanto das mulheres as responsabilidades pela administração das propriedades pertencentes àquela família. Seria assim o início de uma formalização da igualdade de propriedade entre os sexos, abrindo caminhos para os direitos de propriedade da mulher rural<sup>20</sup>, envolvendo posse e controle da terra. Mas mesmo com essas medidas, a situação da mulher rural com relação ao direito de propriedade continuou sendo falha, porque

Os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade tem sido culturais, estruturais e institucionais. São interrelacionados e tem como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidade e feminilidade e na divisão de trabalho adequada entre as esferas pública e privada e dentro destas (DEERE e LEÓN, 2002, p. 30).

Todos esses mecanismos voltam-se para integrar a mulher ao desenvolvimento rural, procurando evitar qualquer tipo de discriminação, concedendo-lhes direitos civis diversos. Percebe-se assim quão grande é a importância de se dar oportunidades as mulheres de acesso a recursos, à terras, e proporcionar formas de empoderamento para estas. A ausência de oportunidades econômicas e de autonomia gera pobreza, uma das grandes consequências no mundo de hoje e que leva milhões de famílias chefiadas por mulheres a passarem dificuldades sócio-econômicas.

A partir desses dados, o Governo Federal veio implantando políticas de promoção da igualdade de gênero direcionadas para a mulher rural. Da I Conferência de Políticas para as Mulheres, que aconteceu em julho de 2004, resultou o I Plano de Políticas para as Mulheres, contendo um conjunto de ações para favorecer a sua inserção na economia nacional. “*O Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, criado no ano de 2004, já emitiu mais de 80 mil documentos civis e trabalhistas para mulheres acampadas, assentadas e agricultoras familiares*” (BRASIL, 2005, p. 14).

A luta das mulheres pelos direitos e pela posse de terra teve resultados positivos devido às ações de diferentes grupos de agentes sociais, dentre eles as

---

<sup>20</sup> Direitos de propriedade da mulher rural envolve a posse de terras associadas a diferentes graus de liberdade de arrendar, hipotecar, legar ou vendê-las, envolvendo assim reivindicações legal e socialmente reconhecidas reforçadas por uma autoridade externa legitimada como a comunidade ou o Estado (AGARWAL, apud DEERE e LEÓN, p. 29).



próprias mulheres, enquanto sujeitos sociais, que participavam de movimentos, que estavam integradas no Estado, que faziam parte da esfera política e que participavam dos órgãos internacionais. Esses atores sociais procuravam realizar ações voltadas para a valorização de políticas públicas de gênero e para reconhecer que as mulheres rurais também deveriam ter acesso à terra.

Tanto os chefes de família de agricultores, quanto as próprias mulheres dessas famílias, sempre consideraram que a função social desempenhada pelas mulheres dentro de seus lares como sendo uma atividade fundamental, cumprindo um papel que visava a organização de toda a vida familiar e a reprodução. Essas eram preparadas pela mãe, desde jovem, para cumprir essa função social, o que demandava subordinação e sujeição a dominação masculina. Não existia o hábito das mulheres saírem do espaço rural doméstico para trabalhar em outros locais, pois deveriam ser as organizadoras do lar e as responsáveis pela reprodução, exercendo uma função que não era reconhecida. Para que a mulher assumisse o papel de chefe de sua unidade produtiva, tendo autoridade dentro de sua família, somente em caso de ausência ou invalidez do esposo e também de não possuir filhos em idade adulta.

Mas essa situação vem sendo modificada ao longo do tempo, tentando-se construir uma relação mais igualitária entre os casais, trazendo consequências para as relações sociais de gênero e, no caso de nosso estudo, de uma nova forma de se entender o acesso à terra e à propriedade. E mesmo se firmando como um país industrializado e capitalista, o investimento em reforma agrária e agricultura familiar não foi deixado de lado, como vimos acima, dando incentivo aos pequenos e médios produtores para a valorização da produção nacional. O PRONAF foi um desses programas, visando apoio aos agricultores familiares. Mas antes de chegar ao PRONAF será importante refletirmos um pouco sobre a definição da agricultura familiar. É importante, contudo, enfatizar que nosso estudo não versa diretamente sobre a agricultura familiar. Esta, podemos dizer que será o panorama onde nosso estudo se insere. Por isso, fazemos uma discussão muito preliminar acerca da agricultura familiar, tema ainda alvo de polêmicas – que não pretendemos aprofundar.

## 2.2. CONCEITUANDO A AGRICULTURA FAMILIAR

Desde o início da colonização das terras brasileiras, o Brasil vem cedendo suas terras para o cultivo de plantações e garantindo a sobrevivência das pessoas que dela dependiam, índios, portugueses, holandeses. Primeiro veio o cultivo de cana-de-açúcar, depois do café e, atualmente, é uma das maiores exportadoras de frutas e cereais do mundo. A agricultura sempre esteve presente influenciando a vida econômica dos brasileiros. Mas com a chegada da Revolução Industrial no Brasil, na década de 30, a transferência dos recursos da cafeicultura para as indústrias, trouxe graves conseqüências para o meio rural, aumentando, a partir da década de 60, o êxodo rural, em busca de melhores condições de vida.

A partir da década de 60, a modernização da agricultura brasileira, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, modificou as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, na terra e no trabalho, agravando suas condições de inserção no mercado, pois com a expansão do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades. Assim os incentivos em créditos e pesquisas foram direcionados, em grande parte, para a agricultura empresarial moderna (SILVA e MENDES, 2009, p. 9).

Com isso, o setor agrícola fica desfalcado, o sistema capitalista brasileiro junto à modernização se expande, afetando diretamente a agricultura, agravando a situação dos pequenos agricultores de nosso país. *“Diante dessa realidade os pequenos produtores ficaram impossibilitados de usufruírem de financiamentos que pudessem contribuir para a melhoria de suas condições de sobrevivência e permanência nas áreas rurais”* (SILVA e MENDES, 2009, p.10). Esses evadem do meio rural em busca de uma vida melhor, devido à falta de incentivos no campo e em busca do sonho de “crescer de vida”. Enquanto isso, os grandes proprietários eram beneficiados com créditos rurais para melhoria de seus maquinários, aumentando ainda mais as desigualdades no campo.

Mas o que nos interessa aqui é a pequena propriedade, mais especificamente, o que atualmente estamos chamando de agricultura familiar. Esta denominação é muito recente, tendo sua origem nos grupos de camponeses de nossa antiguidade. Segundo Cardoso (1987), a agricultura familiar apresenta algumas características básicas que se encontram relacionadas ao conceito clássico

de camponês:

- a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional;
- c) Auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente;
- d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Com isso percebe-se que tanto a antiga produção camponesa quanto nossa atual agricultura familiar são denominações muito parecidas, sendo aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.

Para Portugal (2004), a chamada agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores e representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais, chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

Sabe-se que a agricultura familiar é um termo recente no Brasil<sup>21</sup>. Esta deve ser reconhecida como um importante segmento produtivo da sociedade, já que envolve a produção dos principais produtos que são colocados à mesa dos brasileiros, devendo ter um ambiente favorável para o desenvolvimento de suas atividades.

A dimensão característica que diferencia a Agricultura Familiar é o trabalho. Faz parte da identidade da Agricultura Familiar a semeadura, o cuidado, a colheita, a partilha, não apenas mecanicamente como forma de sustento, mas, com a mística e o

---

<sup>21</sup> “O conceito de agricultura familiar é relativamente recente, pelo menos no Brasil. Tem, talvez, uns dez anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês” (DENARDI, 2001, p. 56)

universo simbólico que permeia esse cotidiano (MENDES e REIS, 2010, p. 02).

Ela representa um importante aspecto social a qual deve-se respeitar e apoiar, pois uma grande parcela da população brasileira sobrevive dessa atividade, envolvendo os produtos básicos que compõe nossa alimentação. Atender a demanda dessa importante parcela da população brasileira é um desafio gratificante e fundamental para uma sociedade mais justa e harmoniosa.

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família, e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local que assegura sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. Apresenta uma relação íntima entre terra, trabalho e família, onde a gerência, o trabalho são realizados pela família e os meios de produção lhes pertencem. Caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho (SILVA e MENDES, 2009, p. 11).

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, o conceito de agricultura familiar envolve:

Agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Segundo o INCRA (1996), a agricultura familiar atende a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Segundo Hernandez (2009, p. 73), nas relações internas entre os membros de uma família de agricultores familiares emergem duas questões básicas atreladas à lógica da economia capitalista: o processo de trabalho e as relações familiares nas propriedades. Na primeira questão, a produção da família está enraizada aos laços consangüíneos, a própria família desempenha as tarefas através de uma divisão feita por gênero e idade. A segunda questão refere-se à localidade do trabalho, sendo na própria propriedade da família, residindo em seu próprio estabelecimento. Assim, as relações internas da

agricultura familiar diferem do modo de produção capitalista. Esse último contrata as pessoas para a realização das tarefas, além de existir uma separação entre a propriedade e o trabalho.

A diversidade de relações construídas e constituídas no vivido do que se convencionou chamar de agricultura familiar baseia-se nas relações com o espaço e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo funcional entre a família e seu entorno sociocultural (TEDESCO, 1999, p.18)

Como ressalta Hernandez (2009, p. 74), a noção de agricultura familiar não é homogênea, fazendo emergir várias opiniões, cada qual com suas especificidades de acordo com as diversidades regionais relacionadas à condição dos produtores, a escassez de infra-estrutura, as proximidades com o mercado e as relações sociais que se estabelecem em torno da unidade familiar. Mas de todas essas opiniões, existe uma ideia em comum sobre a agricultura familiar, “a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar<sup>22</sup>” (DENARDI, 2001, p. 57).

Hernandez (2009, p. 73) ressalta que existem seis características definidoras do conceito de agricultura familiar que envolve aspectos da própria ocupação, do trabalho dos membros e a combinação entre administração e controle dos negócios do estabelecimento:

- 1) Os próprios proprietários é que são os gestores do estabelecimento;
- 2) Esses se encontram vinculados entre si por laços de parentesco ou casamento;
- 3) Os membros da família provêm capital para o empreendimento;
- 4) A família é quem realiza o trabalho na agricultura;
- 5) O patrimônio e a gestão do estabelecimento são transferidos de geração para geração, ao longo do tempo;
- 6) Os membros da família vivem no estabelecimento ou na unidade produtiva.

Melo (2002) especifica que o modelo da agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Embora as estatísticas oficiais não utilizem a classificação de agricultura familiar, a partir das características atribuídas a essa agricultura, podemos afirmar que nas unidades produtivas de até 100 hectares, há uma predominância de agricultores familiares.

Altafin (2008) ressalta que, com o processo de redemocratização do país, em

---

<sup>22</sup> E pensando numa análise a partir do conceito de gênero, não podemos nos esquecer que tradicionalmente a família é tida como o lugar da mulher. Por isso, a importância de se pensar esse espaço enquanto um espaço que envolve necessariamente as mulheres.

meados da década de 1980, uma realidade diferente emerge com a retomada da organização dos movimentos no campo, alguns com representação nacional e outros de ação apenas local ou micro regional, mas todos com foco em reivindicações trabalhistas, para a esfera de demandas por terra e por políticas agrícolas específicas. Com diferentes orientações, esses grupos organizados pressionam o Estado por políticas que os inclua no processo de desenvolvimento do país, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo.

É nos anos 90 que acontece certa inflexão com relação ao atendimento das necessidades específicas dos agricultores. Neste momento, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF,

A orientação da nova Constituição, de descentralização das ações estatais, introduziu novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso dos(as) beneficiários(as) aos recursos públicos. Nesse cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos(as) trabalhadores(as) rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (IBASE, 2006, p. 8).

Altafin (2008) diz ainda que, com todas essas lutas, a partir da década de 1990, observa-se a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representa a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar, exercendo um importante papel social na estrutura político-econômica do país, sugerindo formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade.

Melo (2002) relata que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, principalmente aqueles que cultivam para subsistência, em se estabelecerem economicamente são, dentre outras, o acesso à terra, às técnicas agrícolas modernas e ao crédito bancário, fatores que se não impedem, restringem a integração daqueles ao mercado e, conseqüentemente, a propriedade.

Altafin (2008) ressalta que o trabalho com a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, com o aproveitamento racional dos

recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio-cultural é importante. Nesse contexto, a agricultura familiar é reconhecida responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores, envolvendo principalmente à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização por alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, por produtos produzidos de forma artesanal, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza. Essa tendência tem resultado na valorização da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural. Essa é uma outra função atribuída à agricultura familiar, a sócio-cultural, significando o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade.

Considera-se que a agricultura familiar um importante fator para gerar emprego e renda dentro de um país, procurando estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que auxilie na fixação das pessoas no campo, já que o meio urbano não está comportando a migração descontrolada na direção campo-cidade, sendo fundamental promover e incentivar a agricultura familiar para que as pessoas rurais permaneçam no campo, sendo assim uma alternativa para evitar o desemprego rural. Evidencia-se assim a capacidade da agricultura familiar de contribuir para o desenvolvimento econômico do país e de melhorar as condições de vida das famílias, reduzindo as desigualdades, gerando melhores rendas, criando diversas ocupações produtivas dentro e fora das propriedades, diminuindo a migração campo-cidade, fortalecendo a competitividade da economia nacional.

O Governo Federal, ao incentivar a atividade familiar no campo, contribui para o aumento da produção, gerando renda para essas famílias e capital de giro, fortalecendo o meio rural e trabalhando para solucionar uma importante questão social e econômica vivida historicamente em nosso país. A política de crédito rural do PRONAF é uma dessas medidas, contribuindo positivamente para um processo mais efetivo dos financiamentos da agricultura familiar, mas persiste nossa interrogação para averiguar como essa política atinge as mulheres no campo.

Se a agricultura familiar dá a ideia de que a relação família-terra-trabalho é uma relação de complementaridade, não se pode negligenciar o fato que existe hierarquia entre os membros da família, ratificando o papel de cada um dentro do grupo: ao homem, cabe o trabalho rural, controlando a organização e os resultados

da produção; já as atividades da mulher e aos filhos são consideradas secundárias, apenas auxiliando o trabalho do esposo/pai. Assim, dentro da agricultura familiar, o modelo de família patriarcal ainda está muito presente, onde tanto o trabalho feminino quanto o masculino estão atrelados às regras do matrimônio, sendo considerado como um conjunto de obrigações estabelecidas entre os cônjuges, cada qual com suas atividades já determinadas antes do casamento, impedindo assim que a mulher tenha um contrato de trabalho formalizado juridicamente. Ao se casar, a mulher passa a ter vários deveres como esposa, incluindo-se aí a participação nas atividades de produção da propriedade, apenas auxiliando o marido, sem ter voz ativa sobre os rumos dados à produção e à terra.

É importante lembrar que os países desenvolvidos investem e incentivam a agricultura familiar, tendo-a como um fator fundamental do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. No próximo item passaremos a discutir mais detidamente o PRONAF.

### **2.3 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – E AS MULHERES RURAIS**

Verifica-se que são milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, envolvendo estabelecimentos familiares, onde a maioria da população se encontra ocupada na agricultura. As políticas voltadas para esse público deveriam fazer parte de um grande projeto nacional visando o desenvolvimento sustentável, onde os agricultores familiares pudessem ser estimulados a produzir cada vez mais e melhor, gerando trabalho para muitas famílias, que serão fixadas no campo tendo subsídios para a sobrevivência e apoio governamental, envolvendo uma questão de justiça social e equidade.

O Brasil, até a década de 1990, não tinha uma política agrária efetiva; *“no que tange às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, destacam-se hoje no país, a Previdência Social e o Pronaf. A previdência é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros”* (DENARDI, 2001, p. 57). Esta só acontece a partir da Constituição de 1988 que, em seu art. 195, § 8º, ressaltou que os idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural teriam direito à previdência social, em regime especial, comprovando sua situação de produtor,



parceiro, meeiro e arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (BRUMER, 2002).

Sabe-se que o Governo Federal vem realizando um esforço para ajudar esses produtores, envolvendo a oferta do crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, onde, de acordo com Portugal (2004), pretende-se fortalecer e estimular a agricultura familiar com o objetivo de superar um padrão de carência existente no meio rural em várias regiões do país, já que a agricultura familiar não pode estar fora do projeto nacional de crescimento sustentável envolvendo não só o aspecto econômico, mas também a dimensão sócio-cultural, principalmente para um trabalho de reinserção das pessoas do sexo feminino tanto na economia nacional como na sociedade em geral.

Esse programa passou a reconhecer as especificidades de uma nova categoria de trabalhadores, os agricultores familiares, tendo o objetivo de oportunizar crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que a muito tempo vinham sendo rejeitados pelas políticas governamentais.

Do ponto de vista operacional, o Pronaf é organizado com base em quatro linhas de ação: a) a promoção de negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, b) o financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, c) o financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural) e d) a profissionalização dos agricultores familiares (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, p. 164).

Segundo a pesquisa realizada pela FAO/INCRA (1994), citado por Hernandez (2009, p. 75), foi definida em relação à agricultura familiar uma tipologia de produtores, a partir da renda familiar: familiar consolidada, familiar em transição e familiar periférica. Explicando cada uma dessas tipologias, a familiar consolidada se refere ao agricultor que tem bom acesso ao mercado, com um sistema de produção bem desenvolvido; a familiar em transição, são os agricultores que ocupam uma situação intermediária, com acesso ao mercado em determinados momentos, possui um sistema de produção mediano, com algumas condições; e a familiar periférica, são os agricultores que não possuem condições apropriadas para competir no mercado nacional e nem internacional, apresentando um sistema de produção precário, sendo o grupo fragilizado de agricultores familiares. Através dessa tipologia, o PRONAF foi categorizado, delineado e operacionalizado,

objetivando dar apoio principalmente aos grupos que se encontram entre a familiar em transição e a periférica, devido a necessidade.

O PRONAF é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, e tem como objetivo dar suporte para que os agricultores familiares aumentem e diversifiquem sua produção, favorecendo o crescimento dos níveis de emprego e renda e, conseqüentemente, gerando bem-estar social e qualidade de vida, sendo uma forma de manter jovens e suas famílias no campo, evitando-se o êxodo rural, juntamente com os graves problemas sociais geradas por tal movimento.

Até agora, o Pronaf tem permitido a massificação ou socialização do acesso ao crédito de custeio para considerável número de agricultores familiares. Entre 1995 e 2000, houve uma significativa expansão no montante de recursos aplicados e, mais ainda, no número de contratos, notadamente a partir de 1998 (DENARDI, 2001, p. 58).

Esse programa procura investir na produção, industrialização e comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar através do acesso ao crédito, às pesquisas e às novas tecnologias, envolvendo também a parte de assistência técnica junto à pessoal especializado. Com isso, os agricultores e suas famílias passam a se profissionalizar, trazendo benefícios à própria família, inclusive a agregação de valor aos produtos rurais e a comercialização direta com o consumidor, o que garante aumento de renda para o produtor rural.

O PRONAF destina anualmente recursos para custeio e investimento, financia infra-estrutura e serviços municipais para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos, capacita e profissionaliza agricultores familiares com a promoção de cursos e treinamentos e financia a pesquisa e extensão rural com a destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares (MATTEI, 2001, p. 96).

Verifica-se que é um programa que dá a oportunidade para o agricultor familiar pleitear financiamento que poderá ser utilizado de várias formas, procurando realmente incentivar e fortalecer o setor, melhorando a qualidade de vida dessas famílias e colaborando para a perpetuação da agricultura. O programa tem como objetivo:

Investir na viabilização de condições de produção e na melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores familiares, fortalecendo a infra-estrutura física e social no meio rural; adequar o retorno dos investimentos à capacidade do pagamento dos agricultores familiares (PRONAF, 1996, p. 14).

Segundo o PRONAF (1996), o termo família se refere ao conjunto de pessoas que vivem em um mesmo local, casa, com o mesmo grupo consanguíneo, e que os adultos trabalham todos na propriedade da família. Essas famílias são apoiadas pelo programa com o intuito de fortalecer as atividades produtivas que geram renda para a mesma.

A mulher sempre exerceu papel fundamental ao lado do homem na hora de se recorrer aos financiamentos rurais, facilitando sua aprovação no programa devido a esse apresentar uma família, com mulher e filhos, mas sempre atuou apenas como coadjuvante. Com isso percebeu-se que, mesmo com os recursos destinados ao PRONAF, as mulheres rurais continuaram a ser excluídas. *“Os créditos destinados às mulheres não ultrapassaram 10% do total concedido”* (BRASIL, 2005, p. 17). Essas medidas pouco efeito tiveram devido à falta de estímulos para garantir sua efetivação. Assim, em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) cria o PRONAF-Mulher através da assinatura da portaria nº 121 de 22 de maio de 2001, destinando 30% dos recursos da agricultura familiar às mulheres desse ramo, funcionando assim *“como um sobreteto, ou seja, recursos a mais de crédito Pronaf para projetos de investimento da família que contemplassem atividades a serem desenvolvidas pelas mulheres”* (BRASIL, 2005, p. 26).

De acordo com a portaria citada acima, o PRONAF-Mulher foi criado devido à mulher estar sempre em massa dentro da linha de pobreza do país, feminização da pobreza, e isso acontece devido a falta de oportunidade dada a ela de acesso ao crédito, de obtenção de propriedade, de exclusão de herança, enfim, de sua participação como cidadã, com poder de decisão. A mulher, dentro do contexto brasileiro, se encontrava muito excluída do processo de concessão de terras e com um percentual muito baixo de oportunidades de acesso ao crédito, levando assim a ampliação do PRONAF para as mulheres.

No Plano de Safra 2004/2005, quando o Pronaf Mulher se transformou em uma linha específica, foram realizados 2486 contratos, totalizando um montante de R\$ 21.585.505,00 emprestados. Com a criação do Pronaf Mulher como linha

específica, houve melhor distribuição regional dos contratos: o Sul passou a responder por 50,9% das operações, seguido pela região Nordeste (21,4%) e o Centro-Oeste com 17% (BRASIL, 2005, p. 26).

Segundo Menegat e Farias (2010), o Ministério do Desenvolvimento Agrário mostrou, através do Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária – SIPRA, um crescimento das mulheres como titulares de sítios advindos da reforma agrária durante os anos de 2003 e 2007, de 24,1% passou para 55,8%. Também mostrou que o número de famílias chefiadas por mulheres durante esses mesmos anos passou de 13,6% para 23%, provando que as mulheres, dentro do meio rural, estão alcançando algum espaço e visibilidade – e mostrando também a existência de uma visão mais ampliada acerca das famílias, ao envolver diversos arranjos familiares<sup>23</sup>. Esse aumento pode ter sido incrementado, por um lado, devido aos diversos arranjos familiares da atualidade, como podemos verificar a entrevistada 2 e 7 do Capítulo III. Cada vez mais as mulheres estão tendo que assumir o controle de sua família para garantir seu sustento. Por outro lado, temos também o crescimento dos financiamentos disponibilizados as mulheres rurais como o PRONAF mulher, que a incentivam a investir em suas propriedades. Embora não possamos deixar de ressaltar que o apoio ainda está abaixo das necessidades das mulheres. O Pronaf é positivo, mas poderia ser ampliado e muito.

A criação do PRONAF-Mulher não deixa de ser uma forma de discriminação positiva para inclusão da mulher rural. Discriminação devido a ser um grupo com muitas dificuldades para conseguirem liberação de financiamento, resquícios do modelo de família patriarcal, mas positiva porque já que são discriminadas, devem ser, de alguma forma, incluídas, mesmo que para isso entre em evidência a discriminação.

Mas com o PRONAF-Mulher, alterações foram sentidas no sistema de financiamento, alcançando uma melhor distribuição do montante, mais igualitária e justa entre homens e mulheres. É um programa de fomento que procura incentivar a busca por melhoria dos sítiantes que tem como chefes sujeitos mulheres, com a intenção de propiciar visibilidade a esses sujeitos que sempre foram excluídos das questões rurais. Também contribuiu para que as mulheres passassem a ser reconhecidas como trabalhadoras rurais, buscando autonomia e independência,

---

<sup>23</sup> Uma discussão mais aprofundada nesse sentido será feita no capítulo três ao nos debruçarmos sobre a pesquisa.

alterando o quadro corriqueiro de manutenção da família patriarcal.

## **2.4 A SITUAÇÃO DA MULHER RURAL DENTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A situação das mulheres rurais ao longo dos anos foi construída por uma longa trajetória de lutas que vem desde o Brasil Colônia até os dias de hoje. Mas foi com o recrudescimento do Movimento dos Sem Terra – MST, por volta da década de 1980, que essas alcançam maior visibilidade, formando grupos organizados de lutas para reivindicar igualdade, procurando evidenciar a identidade delas como trabalhadora rural, abrindo caminhos para exercerem sua cidadania.

A agricultura familiar exerce papel fundamental na economia de uma parcela significativa das pequenas cidades brasileiras. Em muitos casos, é ela a responsável pelo bom desempenho dos negócios urbanos, pelo suprimento da demanda interna de alimentos e pela manutenção do homem no meio rural, envolvendo a contribuição de muitas mulheres. A imagem tradicional da mulher agricultora sempre foi desrespeitada, negligenciada e invisibilizada.

A divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (produção destinada para a comercialização) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (cuidado das crianças e do lar, preparação de alimentos), o que faz com que as atividades desenvolvidas pelas mulheres permaneçam invisíveis. Assim, a divisão do trabalho por sexo está relacionada com as representações sociais vinculadas a homens e mulheres ((HERNANDEZ, 2009, p. 29).

Souza, Rodrigues e Noda (2007) relatam que as desigualdades na divisão sexual do trabalho conferem uma das barreiras a serem superadas em relação ao gênero, pois na agricultura familiar a participação da mulher vem apresentando, nos últimos anos, um aspecto agregador em diferentes sentidos. No que diz respeito ao labor é facilmente verificável sua maior jornada de trabalho, assim, ela dedica tempo à agricultura, ao doméstico e aos filhos e filhas o que caracteriza uma tripla jornada.

Com a Constituição, não somente os homens rurais tiveram alguns direitos assegurados, mas as mulheres rurais também. A partir da década de 1990, vigoraram a aposentadoria para a mulher rural, salário-maternidade, auxílio-doença.

As trabalhadoras rurais, pela primeira vez na história brasileira, estavam sendo ouvidas na arena política, tendo direitos a ter direitos, que representou um processo árduo e difícil envolvendo vários anos de lutas pelos movimentos das mulheres rurais.

A legislação aprovada em 1988, além da aposentadoria, previa a concessão do salário-maternidade às mulheres trabalhadoras rurais, mas este item foi vetado pelo Presidente Collor por ocasião da regulamentação da legislação previdenciária em 1990. Posteriormente, graças às pressões exercidas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais junto aos parlamentares, seu direito ao salário-maternidade foi aprovado em agosto de 1993 e regulamentado um ano depois. Através deste benefício, quando têm um filho(a), as mulheres trabalhadoras rurais passam a receber um benefício equivalente a um salário-mínimo mensal, durante quatro meses (120 dias), benefício que, na Constituição de 1988, foi estendido de três para quatro meses para as trabalhadoras urbanas. (...) as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito à aposentadoria por idade, a partir dos 55 anos, independentemente de o cônjuge já ser beneficiário ou não, ou receberem pensão por falecimento do cônjuge (BRUMER, 2002, p. 58).

Os benefícios e igualdade perante a lei foram alcançados pelas mulheres somente devido a muitas lutas e pressões, sempre encontrando obstáculos na caminhada. E para que as mulheres rurais firmassem sua identidade como trabalhadoras do campo, também não foi diferente. Essas lutaram da mesma forma para se assumirem como provedoras e trabalhadoras rurais, procurando não negar sua cidadania e sua identidade, elas buscavam ganhar visibilidade tanto na vida dentro de suas famílias como na arena pública.

Os grupos de mulheres rurais formados para reivindicar seus direitos buscavam estabelecer igualdade social e política, procurando uma conscientização coletiva, através do grupo de convivência, e assim alcançando emancipação e conferindo visibilidade na sua participação na produção. Essa participação possibilitava a elas aderirem ao espaço público, tradicionalmente masculino, procurando instaurar interrogações sobre os papéis masculinos e femininos dentro da esfera privada, já que também contribuía para as tarefas da propriedade.

Nas origens da mobilização das mulheres trabalhadoras rurais está o movimento de mulheres, que começou a desenvolver-se no país no final da década de 70, primeiramente como um movimento nacional de luta para o retorno da democracia no país e, em segundo lugar,

como um movimento de luta pelos direitos das mulheres e pela eliminação de sua discriminação (BRUMER, 2002, p. 67).

Segundo Melo (2002), a ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho agrícola ou pecuário e, na ausência do pai, o filho ou outro membro da família, maior de idade e do sexo masculino, estará habilitado a assumir o seu lugar. Essa ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar nega a existência de famílias chefiadas pela figura feminina nesse modo de produzir. No entanto, esses grupos, formados por mães e filhos, sob a chefia familiar da mulher, vem crescendo em todo o país.

Ao longo da última década observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 19,7%, em 1993, a 28,8%, em 2006. Tal tendência vem sendo acompanhada com atenção por pesquisadoras do tema, posto ser um dado que, por um lado, aponta para contextos de precarização da vida e do trabalho feminino e, por outro, revela também sobre processos de (des)empoderamento das mulheres. No entanto, se tomarmos o recorte de localização do domicílio, percebe-se uma diferença que merece ser destacada. Muito embora se identifique uma tendência de aumento do número de famílias chefiadas por mulheres tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais, nestas as mulheres chefiam somente 14,6% dos lares, menos da metade dos 31,3% encontrados nas áreas urbanas. Além disso, enquanto o grau de crescimento neste caso foi de 9,6 pontos percentuais em treze anos, nas áreas rurais foi de somente 3,2 (BRASIL, 2008, p. 3).

As pesquisas que vem se dedicando às questões da mulher, especialmente os estudiosos da relação da mulher na agricultura familiar, bem como todos os processos por elas vividos, sinalizam que há uma crescente transformação no que diz respeito à sua participação ativa no campo, mas ainda é visível a sua subordinação (ALTAFIN, 2008).

O reconhecimento legal das mulheres na produção da agricultura familiar é um grande passo, mas além das leis é necessário um conjunto de ações paralelas que empoderem as mulheres para que possam usufruir os direitos conquistados. A burocratização que envolve os programas de crédito inviabiliza o acesso das mulheres (SALES, 2007, p. 441).

Souza, Rodrigues e Noda (2007), ressaltam que a participação da mulher em

espaços produtivos como a agricultura avança quanto à percepção subjetiva de seu reconhecimento, principalmente por elas mesmas, que passam a se ver como conhecedoras e manipuladoras do processo. Na agricultura familiar é comum a todos, inclusive a ela mesma, o papel de coadjuvante, a ajudante do marido, o que sustenta os estereótipos da divisão sexual do trabalho onde a mulher realiza o suposto “trabalho leve”, decorrência também do patriarcalismo ainda presente fortemente em nossa sociedade, principalmente no meio rural. Mas a sua participação no processo de produção da agricultura familiar é desde o início as mesmas atividades dos homens, além do trabalho doméstico e os cuidados com os filhos e filhas como desígnios “naturalmente” seus. Podemos lembrar aqui do historiador Thompson (1998, p. 14) e ver tal realidade como “*costumes remanescentes do passado*”. Por outro lado,

depois de um processo de avaliação, concluiu-se que as mulheres têm ainda pouca autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, uma vez que não dominam os espaços de gestão e comercialização da sua produção. A falta de documentação pessoal básica e de título de propriedade influenciam nas possibilidades de garantias como contrapartidas ao crédito. Além disso, instrumentos de operacionalização do próprio crédito tal como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), constitui uma barreira ao acesso ao crédito pelas mulheres, pois apenas um titular representa a família na contratação da operação de crédito (HERNANDEZ, 2007, p. 6).

As mulheres rurais, dentro de suas famílias, realizam todas as tarefas domésticas, auxiliam na atividade do campo, além de cuidarem de seus quintais, locais onde também desenvolvem atividades agrícolas como cuidar de suas hortas, dos animais de pequeno porte que servem para consumo. Mas essas atividades não são consideradas como atividades que trazem retorno monetário a família. Elas são consideradas atividades “de rotina”, tendo a mulher rural como única responsável.

De acordo com Melo (2002), o trabalho da mulher na agropecuária não é reconhecido, dificultando sua participação nas atividades remuneradas, que “naturalmente” são endereçadas aos produtores do sexo masculino. Percebe-se que vários estudos e pesquisas sobre agricultura familiar e mulher na agricultura destacam seu papel fundamental dentro e fora do grupo familiar, no entanto seu trabalho junto ao homem é visto como caráter secundário. Dificilmente a mulher procura por diárias nos serviços agrícolas, exceto em casos de extrema necessidade



como abandono ou doença do marido, desamparo da família e do INSS (Previdência Social) para as viúvas e idosas. Quando a mulher trabalha na diária, seu desempenho tem valor inferior ao do homem. A idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres, devido a violência simbólica sofrida por vários anos.

Segundo Brumer (2004), existem dois aspectos que podem explicar a divisão de trabalho estabelecidas entre homens e mulheres no meio rural. O primeiro revela que a unidade familiar de produção deve reunir esforços de todos os membros da família, homem, mulher e filhos, com vistas ao benefício de todos, visando o bem-estar. O segundo refere-se à ideia de família que segue a tradição paternalista e machista, em que as tarefas são todas divididas de forma hierárquica, onde a mulher realiza as tarefas domésticas e os homens são responsáveis pelo provimento da família. Para esta autora (2004, p. 212), as mulheres apresentam algumas qualidades que devem ser destacadas:

- A capacidade de executar tarefas repetitivas, tediosas e intensivas;
- A capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo (uma característica de grande parte das atividades executadas no âmbito doméstico);
- A possibilidade de associar ao trabalho suas responsabilidades na esfera da reprodução, trazendo os filhos junto com elas para a roça ou afastando-se de suas residências por pouco tempo;
- Devido a seus encargos na esfera doméstica, sua disponibilidade para envolver-se preferencialmente em trabalhos temporários, seja concentrados em determinados períodos durante o ano, seja ocupando apenas alguns dias da semana ou algumas horas durante o dia;
- Sua maior habilidade para execução de algumas tarefas que requerem dedos pequenos e ágeis, assim como a permanência em posição desconfortável (como trabalhar agachada) por bastante tempo;
- A aceitação de uma remuneração relativamente inferior à paga a homens ou a trabalhadores envolvidos em outras atividades;
- A maior docilidade (o que implica maior aceitação das exigências do trabalho e menor número de reivindicações).

Com isso, percebe-se que o perfil de trabalho das mulheres rurais foi traçado amparando-se em suas supostas “qualidades”, o que, dificulta a construção de uma relação mais autônoma entre homens e mulheres.

Cada vez está se tornando mais urgente que se crie um estatuto

para a produção familiar através do qual a esposa e os filhos maiores de 18 anos tenham direito a participar das decisões e da renda. A rigor, a esposa teria esse direito no Brasil, mas é prática corrente, por exemplo, os bancos exigirem só a assinatura do marido para qualquer financiamento e, mesmo quando é a mulher a dona da terra, a assinatura só dela não basta (PAULILO, 2004, p. 235).

Segundo Butto (apud PAULILO, 2004, p. 236) entre 1996 e 2002, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) teve entre seus beneficiários/as apenas 7% de mulheres. No ano de 1996, as mulheres representaram 12,6% do total dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Em 2002, foram para os homens 87% dos títulos distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 93% das terras do programa Cédula da Terra. Do total dos beneficiados pelo programa de aquisição de terras Cédula da Terra e Crédito Fundiário, apenas 7% eram mulheres. Percebe-se assim que a Medida Provisória nº. 121, de maio de 2001, que instituiu a cota mínima de 30% dos recursos destinados aos projetos e programas a serem distribuídos preferencialmente às mulheres, não foi suficiente para envolver as mulheres em seus direitos sobre a terra.

Quando se refere ao sistema previdenciário para agricultoras a situação também é bem desigual. Dados do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DESER/CUT) mostram que, enquanto para os homens existe um excluído da aposentadoria por idade para cada 47,3 já aposentados, entre as mulheres essa proporção é de uma não-aposentada para cada 14,4 aposentadas. Além disso, há um homem inválido excluído da aposentadoria por invalidez para 3,2 aposentados e uma mulher excluída para 1,4 aposentadas (PAULILO, 2004, p. 236).

As lutas dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) vêm tentando tomar medidas procurando inserir as mulheres no meio rural, promovendo campanhas para sindicalizá-las, tirar documentos de identidade, que muitas não possuíam, fazendo com que os nomes das esposas dos produtores rurais fossem colocados no Bloco do Produtor, onde são registradas todas as comercializações realizadas pela propriedade agrícola, para que elas pudessem ter acesso aos direitos trabalhistas (aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença).

Pelo fato de a última Constituição, promulgada em 1988, possibilitar à mulher rural o estatuto de 'produtoras rurais' e, com isso, dar-lhe acesso aos direitos trabalhistas, o número de mulheres

sindicalizadas aumentou significativamente na última década, já que são os sindicatos que trazem esclarecimentos e ajuda burocrática (PAULILO, 2004, p. 240).

Mas foi difícil até se conseguir cumprir a lei sindical estabelecida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que deveria disponibilizar 30% de mulheres nas direções sindicais, tendo pouco resultado, pois se sentiam intimidadas para tal.

Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como 'ajuda' às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início consideradas como 'dependentes', seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como 'autônomas', portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social (BRUMER, 2002, p. 53).

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que aconteceu em 2003, construiu a "Carta da Terra" que prevê como uma das finalidades da Reforma Agrária, *"garantir e promover o direito de diferentes etnias e grupos sociais, levando em consideração as relações de gênero, garantindo igualdade de oportunidades e de direito para mulheres no acesso à terra e a outras políticas públicas a ela relacionadas"* (SILVA, 2009, p. 2). Se ao longo dos anos, as mulheres foram destituídas de seus direitos, em relação à posse de terra, essa situação ficou mais evidente graças aos movimentos feministas e de mulheres em busca de igualdades.

Diversas são as formas de opressão de gênero que se projetam, sobretudo, sobre as mulheres. Uma delas é o direito desigual à terra. Nos dias atuais vários movimentos de mulheres e movimentos de luta pela terra, junto às suas coordenações de mulheres, lutam para transformar a sociedade a partir do entendimento de que a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo (SILVA, 2009, p. 5).

Desde o surgimento dos movimentos feministas e de mulheres, a questão do

trabalho feminino é um assunto importante, procurando sempre separar o trabalho doméstico das atividades das pequenas agricultoras, sem desmerecer nenhum, mas valorizando qualquer tipo de trabalho feminino. Os movimentos de mulheres desse setor passaram a lutar pelo reconhecimento da mulher na agricultora como produtora rural, não assinando mais “do lar”, procurando evidenciar suas verdadeiras identidades.

Assim, entendemos que um dos resultados da constante luta dos movimentos feministas e de mulheres pela demanda de reconhecimento do trabalho feminino foi sua inclusão como beneficiárias do PRONAF, especificamente na linha especial PRONAF –Mulher, que visa propiciar as condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e a aplicação do exercício da cidadania das mulheres, a partir da ampliação de sua autonomia, participação econômica e política, no seu contexto familiar e social (MDA/NEAD, apud HERNANDEZ, 2009, p. 18).

Mas mesmo com essa possibilidade, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para conseguir a liberação do crédito. A lógica da divisão sexual do trabalho ainda é muito forte dentro da sociedade, gerando discriminações contra as mulheres e dificultando o acesso ao crédito. Os obstáculos para a liberação do crédito enfrentados pelas mulheres são muitos, como ressalta Hernandez (2009):

- Dificuldades para receber assistência técnica devido a pouca sensibilidade dos agentes com as questões de gênero; esses são os responsáveis pela elaboração dos projetos produtivos junto a comunidade local e faz a ponte entre a instituição de crédito, não se preocupando muito com as transformações das relações sociais;
- Geralmente, essas instituições de crédito pretendem financiar grandes empreendedores, impondo com que as mulheres construam projetos bem elaborados e que realmente gerem lucros;
- O atraso na liberação dos recursos também é um obstáculo, pois esses, às vezes, são liberados já fora do calendário agrícola, diminuindo a oportunidade de entrada desse produto no mercado, correndo-se o risco de passar por intempéries como mudança no clima, estiagem prolongada, excesso de chuva;
- A documentação básica necessária para o acesso ao crédito também interfere, pois muitas não possuem alguns documentos necessários e se encontram excluídas da participação no crédito;
- O endividamento do marido atrapalha a liberação do crédito, pois o PRONAF é concedido em nome da unidade familiar, não somente do chefe de família;

- A Declaração de Aptidão, requerida para a liberação do crédito também é um obstáculo, sendo instituída com apenas um titular como representante da família, o que geralmente é o homem.

O Pronaf-Mulher, mesmo sendo um programa que procura contribuir para a autonomia das mulheres no âmbito da família, da comunidade e na esfera pública, contém falhas burocráticas do sistema, constituindo entraves para sua participação nas diversas atividades produtivas. São critérios de ordem estrutural que limitam e fragilizam sua entrada e permanência no programa, reforçando assim as desigualdades nas relações sociais. Esses programas são vistos como positivos para as mulheres rurais, já que são importantes estratégias de desenvolvimento e combate à pobreza, esperando-se uma mudança nas relações de gênero, dando-lhes oportunidades para aquisição de novos conhecimentos, aumento de capital social e cultural e, conseqüentemente, chegando-se ao seu empoderamento.

É possível apontar que o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres e de seu processo de empoderamento depende não apenas do fato de ter acesso ao crédito, mas também das condições que possibilitam desenvolvê-lo. Neste sentido, é importante considerar o papel (divulgação, capacitação, informação, intervenção) dos agentes externos envolvidos com o crédito, que cumprem a função de mediadores e podem ou não contribuir para a construção deste processo (HERNANDEZ, 2009, p. 26).

Por outro lado, as filhas das mulheres rurais, geralmente, não desejam permanecer no meio rural, sonhando em se estabelecer na cidade para estudar e trabalhar, procurando fugir da vida dura que sempre observaram em suas mães, avós. Dentro desse meio, apenas o trabalho masculino que sustenta a família é que tem visibilidade. Portanto, as moças tentam fugir, inclusive nem se interessam por rapazes que pretendem viver no meio rural.

É preciso acentuar que as conquistas das mulheres do campo que num primeiro olhar parecem mais visíveis nos aspectos econômicos e jurídicos, especialmente na inclusão dos nomes delas nas notas produtoras ou na visibilidade da seguridade social, representam o início de seu empoderamento e com ele a desmistificação da idéia natural de que a mulher do campo é feita para atuar na casa. Elas estão questionando a construção social baseada na desigualdade entre homens e mulheres e tornando-se elas próprias novas mulheres (MENEGAT, 2010, p. 08)

Essa luta repercutiu em âmbito nacional, fazendo com que os governos percebessem a questão das mulheres trabalhadoras rurais, implantando políticas públicas voltadas a elas, reconhecendo-as como atores sociais e ganhando visibilidade.

Concluindo, é fundamental lembrar que Carvalhópolis é um município que apresenta algumas mulheres que são consideradas como pertencentes ao grupo de agricultores familiares, estando ao lado de seus maridos ou sendo elas as próprias chefes de família gerenciando suas propriedades, procurando participar ativamente da produção dentro de suas propriedades, buscando visibilidade, poder de decisão e respeito com sua identidade de produtora rural, o que veremos no capítulo seguinte a partir da pesquisa realizada em Carvalhópolis.

## **CAPÍTULO III**

### **AS MULHERES DE CARVALHÓPOLIS**

Ao longo desse trabalho, relatou-se sobre a situação vivida pelas mulheres ao longo dos anos, junto ao surgimento dos movimentos feministas lutando por seus ideais e da entrada das mulheres no mercado de trabalho, enfocando principalmente a situação da mulher rural dentro da agricultura familiar. O objetivo, com isso, foi o de dar embasamento teórico para que a situação da mulher rural dentro da agricultura familiar do município de Carvalhópolis-MG fosse analisada, identificando a existência ou não de processos de empoderamento em seu cotidiano e como aconteceu esse processo.

A partir do Encontro de Agricultores Familiares realizado pela FADEMA, onde percebi uma participação expressiva de mulheres agricultoras do município de Carvalhópolis-MG, elas estão assumindo posições importantes na atividade rural, o que gera uma certa curiosidade acerca dessa participação feminina e de uma análise das relações de poder desenvolvidas nesse contexto.

Para colher tais informações foi levado em consideração as condições diversas a que essas mulheres estão inseridas, envolvendo seu ambiente familiar e o seu perfil como agricultoras.

Assim, nesse capítulo será apresentado a cidade de Carvalhópolis-MG, envolvendo um pequeno histórico, as atualidades e especificidades locais, observando a agricultura familiar dentro do município, já que essa é uma região predominantemente agrícola, e enfocando os resultados obtidos pela realização das entrevistas com as mulheres agricultoras familiares da cidade, analisando o olhar dessas para a sua situação como agricultora e dentro de sua família.

#### **3.1 A CIDADE DE CARVALHÓPOLIS-MG**

Carvalhópolis surgiu de um pequeno povoado, fundado pelo Coronel Antônio Cândido de Carvalho. Ele fez a doação de alguns hectares de terra de sua própria fazenda para a criação do mesmo. Nessa ocasião, foi realizada a 1ª missa para que ficasse registrada a data da iniciação das construções da igreja católica local, que foi

em 17 de maio de 1912, embaixo da árvore Copaíba, símbolo da cidade.

A partir de então, novas famílias foram construindo suas moradas ao redor da capela, formando assim o povoado dos Carvalhos. Mas o povoado foi crescendo, onde sentiu-se a necessidade de uma composição administrativa com mais afinco dentro desse espaço. Em 1923 o povoado dos Carvalhos é elevado a distrito de Machado-MG, com o nome de distrito Cana do Reino. Em 1953, através da lei estadual nº 1.039, de 12 de dezembro, as lideranças políticas do pequeno distrito lutaram para, mais uma vez, elevar o mesmo a município, mantendo-se o nome de Cana do Reino, desvinculando-se politicamente do município de Machado.

A mudança do nome de Cana do Reino para Carvalhópolis aconteceu somente em 1962, através da lei estadual nº 2.764, de 30 de dezembro. O nome referenda uma homenagem a família Carvalho, que iniciou a colonização do povoado.

Atualmente Carvalhópolis é um município situado ao sul de Minas Gerais, apresenta 81.101 km<sup>2</sup> (oitenta e um mil, cento e um) de extensão territorial, que faz limite com os municípios de Machado, Turvolândia e Poço Fundo, e possui 3.341 (três mil trezentos e quarenta e um) habitantes, sendo que 1704 (mil setecentos e quatro) são homens e 1637 (mil seiscentos e trinta e sete) são mulheres. Destes, existem 1232 (mil duzentos e trinta e dois) homens e 1227 (mil duzentos e vinte e sete) mulheres vivendo na área urbana e 472 (quatrocentos e setenta e dois) homens e 410 (quatrocentos e dez) mulheres vivendo na área rural, perfazendo um total de 2459 (duas mil quatrocentos e cinquenta e nove) a população urbana e 882 (oitocentos e oitenta e dois) a população rural (IBGE, 2010).

Economicamente, os principais produtos deste município são o café e a produção de leite. Essa produção é a grande geradora de emprego e renda. Como esse município é basicamente agrícola, verifica-se que muitas famílias retiram da terra seu sustento, principalmente através da produção de café, sendo que muitas são de agricultores familiares, conforme dados da EMATER local. Carvalhópolis apresenta cerca de 400 famílias cadastradas como agricultores familiares.

As principais festas folclóricas da cidade é a Festa de São Sebastião, que é o padroeiro da cidade, tendo o objetivo de arrecadar donativos para a igreja católica local, e a Festa de São Vicente de Paulo, famosa festa do asilo, que arrecada donativos para a manutenção do asilo da cidade. Nessas festas encontram-se barraquinhas vendendo objetos e comidas típicas da região, como biscoito de



farinha com pernil, caldo de feijão, pastel de fubá, acontecem também leilões de prendas e de animais, missa todas as noites antes da quermesse<sup>24</sup>, apresentações artísticas da região, alvoradas musicais, queima de fogos. Acontece também, todos os anos, no mês de maio, a tradicional Festa de Peão, que é uma comemoração organizada pela Prefeitura Municipal pelo aniversário do município.

O principal atrativo natural do município é uma queda d'água que tem cerca de três metros de altura e sessenta metros de largura, situada no bairro dos Macacos, que fica cinco km do centro da cidade, e o lago artificial na entrada da cidade, Parque Municipal Dona Jandira, construído em 2002, onde as pessoas passeiam, realizam piqueniques com as crianças, realizam atividades esportivas como corridas e caminhadas, sentam-se para conversar e refrescar a mente ao final das tardes.

Sua educação é composta por escolas públicas municipais e estaduais atendendo a população desde a creche, de 0 a 5 anos, até o ensino médio. Além das propriedades rurais do município como forma de sustento familiar, a população de Carvalhópolis encontra suas atividades produtivas nos serviços da Prefeitura Municipal, escolas, pequenas indústrias, que encontramos de facção, fabricação de produtos derivados do leite - laticínio, fábrica de doces, fabricação de tijolos e blocos; existem também muitas pessoas que sobrevivem da prestação de serviços, envolvendo o trabalho em propriedades rurais para os cuidados e a colheita do café, milho, extração do leite da vaca, realização de serviços domésticos e pajem de crianças; o comércio local é pequeno, são poucas famílias que sobrevivem dessa atividade, mas está constituído de cinco mercados, uma loja de aviamentos e papelaria em geral, seis lojas de vestuários, três casas de materiais de construção, três padarias, quatro oficinas mecânicas, seis salões de beleza, duas sorveterias, dois postos de gasolina, uma agência do Correio e uma do Banco Bradesco, todos os comércios espalhados pela cidade, sem estar concentrado em um espaço único e sendo o necessário pelo tamanho da população local.

No município de Carvalhópolis, o rural e o urbano se entrelaçam, sendo difícil delimitar o que faz parte do mundo rural e do mundo urbano, principalmente porque não existem diferenças marcantes. Como já ressaltado, o município é pequeno, e

---

<sup>24</sup> Palavra de origem francesa que significa festas realizadas em diversas épocas e com barracas vendendo comidas típicas da região, bebidas, jogos com prêmios. Está relacionada a festas da igreja católica, envolvendo a comemoração ao dia do padroeiro ou aniversário da paróquia.

por isso muitas pessoas consideram que ainda vivem na ruralidade, sendo esse espaço valorizado pela maioria da população, seja porque muitas famílias retiram seu sustento desse local, seja porque o tem como um espaço de lazer ou descanso familiar.

É um município pequeno, mas aconchegante, com uma população hospitaleira, tendo suas especificidades. Dentre elas, a religiosidade da população na igreja católica ainda é bem presente no município, pois as comemorações religiosas como Semana Santa, Corpus Christi fazem parte das festividades da população. A formação da cidade ao redor da igreja matriz e da praça, locais de destaque nas cidades mineiras, também é uma especificidade. Outra ainda se refere a curiosidade das pessoas da cidade para o conhecimento das pessoas diferentes que por lá aparecem, sendo uma característica forte das cidades pequenas.

Como podemos observar nos dados citados acima, a população rural de Carvalhópolis representa 30%, e a maioria destas famílias fazem parte do grupo que sobrevive tirando o seu sustento da própria propriedade, como agricultores familiares.

As famílias de agricultores familiares de Carvalhópolis ainda procuram manter as relações de patrilinealidade vivas em seu seio, objetivando a continuidade da unidade de produção. Todos da família trabalham juntos e quando se casam, no caso dos filhos homens, permanecem nas terras da família, constroem suas casas na propriedade, trabalhando e auxiliando o pai, que ainda representa o chefe da família.

Nas propriedades rurais desse município, encontramos algumas características comuns a todas elas: tem fogão a lenha, mesmo que pouco utilizado, possuem horta e pomar perto da casa, o estábulo fica próximo para a retirada do leite, ao redor do terreiro existe criação de galinhas, porcos, existe uma plantação de hortaliças perto da moradia, etc.

Os principais produtos produzidos pelos agricultores familiares de Carvalhópolis são café, que é o grande forte da região e quase todas as propriedades rurais possuem; o milho, o arroz e o feijão. Uma grande parte dessas famílias também sobrevive com a venda do leite retirado de suas criações de gado, a venda de produtos fabricados na própria propriedade, como queijo, ovos e frango caipira e com a venda da produção colhida.

## **3.2 REFLEXÕES METODOLÓGICAS: A APROXIMAÇÃO AO PROJETO E SUJEITOS DA PESQUISA**

### **3.2.1 A busca pelos sujeitos da pesquisa**

Para buscar as informações necessárias para a realização da pesquisa, o primeiro passo foi realizar uma visita a EMATER local do município para recolher dados das trinta mulheres que participaram do “I e II Encontro de Agricultores Familiares” promovidos pela FADEMA nos anos de 2009 e 2010. Expliquei os propósitos de minha pesquisa ao responsável pelo departamento, que se mostrou muito interessado em colaborar.

Inicialmente ele me relatou o número de famílias cadastradas nesse departamento como agricultoras familiares, informando também o número de famílias que já foram beneficiadas com os créditos rurais do pronaf e do pronaf mulher. Explicou também que existe apenas um cadastro registrado no nome da mulher na EMATER local, sendo que os demais estão todos registrados no nome do homem da família, que geralmente é o marido. Isso reforça que as relações de gênero ainda se encontram muito presentes nessa localidade, evidenciando que a mulher continua escondida atrás da figura masculina.

Das quatrocentas famílias cadastradas como agricultoras familiares, foi possível verificar que existem trezentos e vinte e sete famílias que já retiraram as linhas de crédito do PRONAF oferecidas pelo Banco do Brasil, com a intenção de investir na propriedade através de benfeitorias, compra de equipamentos ou investimentos na safra. Dessas, apenas oito famílias retiraram as linhas de crédito do PRONAF mulher, registrando os mesmos em seus nomes.

### **3.2.2 A construção dos instrumentos da pesquisa**

Ao iniciar o trabalho de pesquisa, pude perceber que, antes da realização do trabalho de campo, existiam alguns aspectos conceituais que seriam relevantes para o desenvolvimento da dissertação; assim, procurei fazer um levantamento bibliográfico e histórico dos mesmos para dar corpo ao trabalho e justificar a idéia

central, o empoderamento da mulher na agricultura familiar, estando essas dispostas nos capítulos I e II.

A partir de então passei a pensar na pesquisa de campo, decidindo realizá-la através da aplicação de uma entrevista com as mulheres agricultoras familiares de Carvalhópolis. Para finalização do roteiro de entrevista, conforme anexo II, procurei incorporar perguntas que me levassem ao alcance dos objetivos do trabalho, de acordo com as questões norteadoras, visando o conhecimento real da vida dessas mulheres, seu cotidiano, suas atividades diárias.

### **3.2.3 O primeiro contato com as entrevistadas**

Após conseguir a relação com os nomes, endereços e telefone das trinta mulheres agricultoras familiares de Carvalhópolis-MG, realizei o primeiro contato com elas utilizando telefone celular e também contatos pessoais. Procurei selecionar essas mulheres, além da participação nos Encontros de Agricultores Familiares realizados pela FADEMA, no Campus Machado, também de acordo com as atividades desenvolvidas em suas propriedades, escolhendo aquelas que realmente participam das práticas produtivas. Isso foi possível devido ao conhecimento prévio que eu já possuía das pessoas da cidade, pois, como já relatei, o município é pequeno e todos se conhecem, principalmente por minha família ter uma tradição histórica e política dentro do município: meu avô foi prefeito por três vezes, meu pai vereador em três mandatos. Creio que esse fato possibilitou tanto que as entrevistadas tivessem maior confiança para expor suas vidas e atividades na entrevista, me recebendo bem em suas residências, quanto constringendo também algumas das mulheres que foram procuradas por mim e que não me deram retorno positivo para participar da entrevista.

O objetivo desse contato inicial foi o de apresentar, de forma clara, a proposta da pesquisa e fortalecer a confiança entre entrevistada e pesquisadora para a realização, posteriormente, da entrevista. Consegui entrar em contato com dezesseis mulheres para a realização das entrevistas, mas finalizei com dez.

A receptividade nesses contatos iniciais foi grande e a maioria se mostrou interessada em colaborar, mas na hora de assinarem o termo de consentimento, apenas dez assinaram, sendo que duas não aceitaram participar e as demais

disseram que precisariam conversar com seus esposos, e não me deram retorno posterior. À medida que fui tendo o primeiro contato com essas mulheres e recebendo confirmação positiva, já fui também fazendo as visitas e realizando as entrevistas.

### **3.3 OS RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

#### **3.3.1 O perfil das mulheres entrevistadas**

A partir das entrevistas realizadas, tracei o perfil das mulheres procurando observar as informações repassadas e baseando-me em seus relatos, conhecendo e respeitando suas realidades. Essas informações estão dispostas no quadro 2.

Quadro 2

Entrevistadas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Iniciais nome</b>	EPC	MCSC	MDC	ALPC	CFC	LASC	MCC	LHAC	CMAC	MAMC
<b>Idade</b>	42	46	51	36	49	41	42	52	58	48
<b>Conjugalidade</b>	casada	viúva	casada	casada	casada	casada	Separada	casada	casada	casada
<b>Grau de escolaridade</b>	Ensino médio	Ensino fundam.	Ensino fundam. incompleto	Ensino médio	Ensino médio incompleto	Ensino médio	Ensino médio	Ensino fundam	Ensino fundam incompleto	Ensino médio
<b>Cor</b>	branca	parda	branca	branca	branca	branca	Branca	branca	branca	branca
<b>Ocupação</b>	Agricult.	Agricult.	Agricult.	Queijeira	Agricult.	Quitand.	Agricult.	Agricult	Dolar	Pamonheira
<b>Tempo como agricultora</b>	Desde quando casou (17 anos)	Desde quando casou (20 anos)	Desde quando casou (28 anos)	Desde quando casou (11 anos)	Desde quando casou (26 anos)	Desde quando casou (10 anos)	Desde quando recebeu herança (22 anos)	Desde quando casou (31 anos)	Desde quando casou (36 anos)	15 anos
<b>Componentes família</b>	4	3	4	3	5	3	2	5	6	4
<b>Número filhos</b>	2	2	2	1	3	1	1	3	3	2
<b>Faixa etária filhos</b>	15 e 12	19 e 16	26 e 18	10	25, 21 e 18	13	20	29, 25 e 19	35, 30 e 21	26 e 21
<b>Renda familiar</b>	1.500,00	2.000,00	2.500,00	2.500,00	3.000,00	1.500,00	3.000,00	3.500,00	3.500,00	2.300,00
<b>Nasceu em Carvalhópolis</b>	Sim	não	sim	não	sim	sim	Sim	sim	não	sim

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que a faixa de idade das mulheres entrevistadas está entre trinta e seis a cinquenta e oito anos, sendo que oito delas são casadas, uma é viúva e uma é separada, mostrando que a conjugalidade ainda se firma nos casamentos tradicionais, registrados em cartório.

Com relação ao grau de escolaridade, cinco mulheres completaram o ensino médio e uma não completou, duas completaram o ensino fundamental e duas não completaram, levando-nos a perceber que, observando suas idades, quanto mais jovem é a pessoa, maior é seu grau de escolaridade. Tal fato nos leva a crer que a importância dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 para a conclusão da educação básica vem surtindo efeito.

Quanto à categoria cor, nove das entrevistadas se auto-declararam como branca e apenas uma mulher se declarou como parda, o que abre a seguinte conclusão: as mulheres agricultoras familiares de Carvalhópolis-MG são, no geral, mulheres de pele clara. Analisando a etnia do município através do conhecimento prévio que possuo do mesmo, observa-se que a população constitui-se, basicamente, de pessoas brancas. O que percebo empiricamente<sup>25</sup> é que as mulheres negras de Carvalhópolis, em sua grande maioria, não são agricultoras familiares pertencentes a uma família que possui propriedade rural, mas trabalham para terceiros, na lavoura de café, como bóias-frias, ou como empregadas domésticas, em busca de salário para ajudar nas despesas familiares. Esse aspecto reforça como a diferença de cor, gênero e classe social precisam ser analisadas conjuntamente, não apenas no município, mas na sociedade em geral.

Todas essas mulheres entrevistadas fazem parte de famílias de agricultores familiares, mas nem todas se declararam como agricultoras: uma se declarou queijeira porque faz queijos para vender na cidade; outra se declarou quitandeira porque vende roscas caseiras, outra se declarou do lar porque considera que sua contribuição maior é dada cuidando dos afazeres domésticos, dos animais de pequeno porte e da horta da família; e outra disse ser pamonheira porque vende pamonhas doces e salgadas em mercados, vendas e para pessoas em particular.

Com relação ao tempo dessas mulheres na ocupação relatada, uma delas disse que passou a ser agricultora após receber herança de terras de sua família. Outra disse que auxilia nas atividades da propriedade, mas também faz pamonhas

---

<sup>25</sup> Embora sejam necessários estudos mais aprofundados para comprovar essas observações.

há quinze anos para vender. As demais passaram a exercer a profissão após o casamento.

A família dessas mulheres segue a tendência nacional e internacional de pequenas famílias, pois não são numerosas e não ultrapassam a seis componentes. Tem ao máximo três filhos, estando esses na faixa etária entre doze a trinta e cinco anos e, geralmente, os filhos homens mais velhos trabalham com seus pais na propriedade, e a filha mulher auxilia nas tarefas de casa. Essa situação continua a reproduzir os papéis de gênero dentro de nossa sociedade e também reforçam a questão da patrilinealidade.

A renda mensal dessas famílias compreende entre R\$1.500,00 a R\$3.500,00, advinda da venda dos produtos gerados na propriedade, sendo que o principal é o leite ordenhado da criação de gado todos os dias e os frutos do café colhidos anualmente.

Com relação a naturalidade dessas mulheres, apenas três não são naturais de Carvalhópolis, relatando que se mudaram para o município devido ao casamento, para acompanhar seus esposos que já possuíam propriedades rurais e já eram agricultores.

### **3.3.2 Diário de campo**

Para realização das entrevistas, eu, a pesquisadora, fui até a propriedade de cada entrevistada, adentrei os lares dessas mulheres, visualizei um pouco de suas vivências e obtive algumas informações, que relatarei a seguir. É bom evidenciar que, como já relatei, essas mulheres entrevistadas já possuíam um conhecimento de minha pessoa devido a tradição familiar que possuo na cidade, o que facilitou a realização das entrevistas e a aceitação de imediato para me receberem em suas casas.

#### **ENTREVISTADA 1**

O contato inicial com EPC foi realizado através do celular. Expliquei a ela os objetivos de minha pesquisa, garantindo-lhe privacidade com as informações. Ela me atendeu com boa vontade e disse que eu poderia ir até sua casa. No dia



seguinte fui até sua propriedade, que fica no Bairro dos Macacos. Ao chegar em sua casa, às 9h da manhã, ela estava alimentando seus frangos e pintinhos no galinheiro. Fiquei um pouco com ela lá conversando e pude perceber que suas atividades são rotineiras, todos os dias faz a mesma coisa.

Ela terminou seu serviço e me convidou para entrar em sua casa. Sentamos na sala, uma casa simples, mas com tudo necessário, me ofereceu um café, pois são pessoas muito hospitaleiras, e começamos a conversar. Antes de entrar na entrevista em si, falamos um pouco de nossas vidas pessoais, expliquei a ela o que eu estava fazendo, quais eram os meus objetivos como pesquisadora e ela assinou o termo de consentimento.

Iniciamos a entrevista e nesse momento seu esposo chegou por perto, me cumprimentou e foi para o lado dos quartos. Percebi que EPC ficou acanhada de falar. Então eu puxei um outro assunto para que ela se desinibisse. Mas logo seu esposo saiu e foi para o cafezal. Ficamos somente eu e ela em sua residência. Seus filhos estavam na escola. Ela ainda ressaltou: *“ainda bem que J foi para o café, assim posso falar a vontade, fica escutando tudo que a gente fala e dando palpite ainda”*. Nós duas rimos da situação.

Iniciamos a entrevista e ela ficou bem à vontade, após a saída de seu marido, para falar.

## ENTREVISTADA 2

O contato inicial com MCSC aconteceu dentro da quitanda no centro da cidade onde ela vende suas verduras. Conversei com ela explicando os objetivos de minha pesquisa e pedindo sua colaboração, já que é uma produtora rural conhecida na cidade. Ela disse que eu poderia ir até a sua casa em qualquer dia da semana que não fosse terça-feira ou sexta-feira porque é o dia em que faz entregas de verduras nas quitandas e no mercado municipal em Machado.

Na semana seguinte fui até a sua casa. Observei que perto de sua residência existiam outras casas, o que ela me disse que é de seu sogro e de seus cunhados. Essa família forma uma rede familiar junto a família do sogro, com casas próximas e partilhando o mesmo quintal. Todos moram por perto e cuidam do cafezal da família. Apesar de ser agricultora, ela não ajuda no cafezal por falta de conhecimento no assunto, mas tem uma parte na produção representando herança de seus filhos

devido ao falecimento de seu marido.

MCSC tem uma estufa nos fundos de sua casa, que é onde mantém uma plantação de hortaliças, muito bonita, e é de lá que retira a sobrevivência de sua família, pois ficou viúva a dez anos e resolveu fazer alguma coisa para não ficar dependendo da família de seu marido, mesmo estes nunca a ter desamparado.

Ela estava dentro da estufa cuidando de suas verduras, o que parece fazer com prazer. Seu filho C estava junto com ela e sua filha F estava lavando roupas.

Convidou-me para conhecer sua estufa, e foi me falando um pouco sobre sua vida. Relatou-me que, quando seu esposo faleceu, sofreu muito, principalmente preocupada com o que iria fazer para sustentar sua família, mas como ela tinha uma linda horta, pequena, mas que supria toda família de seu marido, seu sogro a incentivou a ampliar os negócios. Foi onde fez o financiamento do PRONAF mulher. Ela produzia suas verduras e saía de carro vendendo para as pessoas, foi montando sua freguesia dessa forma. Hoje ela só entrega em alguns lugares, duas quitandas em Carvalhópolis e para três barracas do mercado municipal de Machado. E ela considera que isso está razoável, pois se as encomendas aumentarem, acha que não conseguiria dar conta dos pedidos, teria que ampliar os negócios, e não se encontra em condições para isso ainda.

Tem muita consideração por seu sogro que nunca deixou que nada faltasse a sua família e a incentivou a montar a horta para o sustento da mesma.

Esta família mora em uma boa casa, com uma varanda ao redor da mesma, um carro em perfeito estado na garagem, uma saveiro, sendo o carro que ela utiliza para fazer as entregas das verduras.

Após uma volta dentro da estufa e uma pequena conversa sobre sua vida, me convidou para irmos sentar em sua sala para a realização da entrevista. Ofereceu-me um café, agradei e iniciamos a entrevista.

### ENTREVISTADA 3

O contato inicial com MDC aconteceu por telefone celular. Liguei para ela e perguntei se poderia ir até a sua casa fazer uma entrevista com ela e que estava pesquisando sobre mulheres agricultoras familiares, expondo os objetivos da pesquisa. Ela concordou e disse que eu poderia ir sim.

No dia seguinte, levantei cedo e fui até a sua propriedade. Quando cheguei lá,

ela estava em sua cozinha, ao lado do fogão a lenha, acabando de colocar o feijão para cozinhar. Convidou-me para entrar mais adentro da casa, na sala, e me serviu uma xícara de café. Então eu fui explicar a ela pessoalmente os propósitos de minha pesquisa. Ela achou ótima e disse que estamos precisando de gente assim mesmo, para que as pessoas possam conhecer a realidade da mulher rural, que é uma realidade diferente e pouco reconhecida perante a sociedade.

Observei que a sede dessa propriedade fica bem ao centro de um grande cafezal, e a casa é bem grande e arejada, rodeada por varanda. Aos fundos da casa tem um pequeno pomar e uma pequena granja.

MDC estava sozinha em sua casa e disse que seu esposo estava no cafezal roçando o café, pois está quase perto da colheita, os frutos estão quase bons e que lá pelo final do mês de maio iniciam a colheita. Ela ainda ressaltou: *“nessa época não temos tempo nem para piscar, é o tempo todo na colheita, porque esse é nosso ganha pão”*.

Assim, iniciamos a entrevista.

#### ENTREVISTADA 4

O primeiro contato que fiz com ALPC foi por telefone. Consegui seu celular na EMATER e liguei. Expliquei a ela o que eu desejava e ela disse que eu poderia ir até seu sítio para conversarmos melhor. Marcamos numa terça-feira.

Quando cheguei lá, era umas 8h da manhã, e ela estava em sua cozinha fazendo queijo e seu marido estava com ela, ajudando. Ela me disse que faz mais ou menos uns dez kg de queijo a cada terça-feira e sexta-feira para suprir as encomendas, e seu marido realiza as entregas em três mercados da cidade.

Eles moram em uma casa simples e pequena, com móveis antigos e sobrevivem da venda de leite que retiram do gado e da venda dos queijos fabricados por eles.

ALPC e seu marido estavam apertando a massa do queijo para dessorar<sup>26</sup>. Ela parou o que estava fazendo e foi se sentar comigo na mesa da copa para iniciarmos a entrevista. Seu esposo continuou fazendo os queijos sem dar opinião em nossa conversa.

---

<sup>26</sup> Tirar o soro de.

## ENTREVISTADA 5

Através do celular fiz o primeiro contato com CFC, que expliquei a ela a intenção de minha pesquisa. Ela foi muito gentil e pediu para que eu fosse até sua propriedade para conversarmos melhor.

Cheguei lá e ela me recebeu muito bem. Ela estava jogando água em sua horta e veio me receber na porta do carro. Estacionei meu carro e fui em sua direção. Ela me abraçou e convidou para entrar. Fomos até a sua sala e nos sentamos no sofá. CFC me serviu um café e ofereceu bolachas de nata que ela mesma fez.

Essa família mora numa casa grande e de modelo antigo, com móveis rústicos, ela me disse que seu esposo herdou a casa de seus pais e que tem muito cuidado porque existem heranças sentimentais envolvidas na casa, lembranças da família dele para todo lado. Tem certas coisas que ela nem mexe porque são relíquias de família mesmo.

Sentamo-nos na copa da casa, ao centro de uma grande mesa de madeira e Iniciamos a entrevista.

## ENTREVISTADA 6

O primeiro contato realizado com LASC foi através de uma encomenda de rosca que minha mãe fez. No dia que ela foi fazer a entrega para minha mãe, conversei com ela e expliquei os objetivos de minha pesquisa. Ela se prontificou em ajudar e disse que era somente marcar o dia e ir até seu sítio. Marcamos para uma quinta-feira, uma semana após ela ter feito as entregas de rosca a minha mãe.

Cheguei em seu sítio era umas 10h da manhã, e LASC estava na cozinha amassando rosca. Sua cozinha é grande e tem uma grande mesa ao centro para que ela possa fazer suas roscas. Ela estava de touca e avental para manter a higiene de seus produtos. Ela também tem alguns aparelhos que facilitam seu trabalho, como uma bateadeira e um liquidificador industrial.

LASC lavou suas mãos para me cumprimentar e me chamou para irmos até a sala, dizendo que ficaríamos mais confortáveis para a entrevista.

Após experimentar um delicioso pedaço de rosca com café, iniciamos a entrevista.

## ENTREVISTADA 7

O primeiro contato com MCC foi realizado através do celular. Liguei para ela e expliquei os motivos de minha pesquisa. Ela marcou para eu ir até seu sítio no dia seguinte. Perguntei se poderia ir no horário da ordenha e ela disse que sim.

No dia seguinte, cheguei ao sítio às 7h. Fui direto para o estábulo e lá estava ela, seu filho e um homem de seus cinquenta anos mais ou menos junto às vacas, fazendo a ordenha. Ela começou a conversar comigo e pediu para que eu esperasse um pouco para realizarmos a entrevista, pois iríamos para dentro de sua casa.

Enquanto isso, ficamos conversando, ela me falou um pouco sobre sua vida. Disse que as terras ali é uma herança que recebeu de seu pai, quando ele morreu. Ela se separou faz oito anos porque seu marido bebia muito e deixava o serviço por conta dela e também descobriu que ele tinha uma amante. Então resolveu se separar. Ele foi embora para outra cidade e ela passou a tomar conta de tudo no sítio, com ajuda de seu filho. A herança que havia recebido de seu pai continuou sendo dela, está atualmente em seu nome, após a família terminar o inventário.

Ela tem duas irmãs que também receberam herança, mas venderam sua parte. Apenas ela ficou tomando conta do sítio, que disse já estar acostumada a levantar cedo e ordenhar as vacas.

Colocam sempre uma música em um rádio no fundo do estábulo para distração, e sempre estão conversando sobre tudo que acontece na cidade e no mundo. Ela ainda me perguntou se eu queria tomar um copo de leite na hora. Agradei, pois não gosto de leite puro. Ela sempre leva a garrafa de café quentinho para lá para poder tomar com leite retirado na hora. Todos tomam e eles já tem suas canecas num canto do estábulo, perto da pia, o que me pareceu ser uma rotina.

MCC comentou também que antes de se separar de seu marido, eles também tinham cafezal ali, mas depois ela achou difícil tocar as duas atividades, café e leite, então, como já estava acostumada a ordenhar as vacas, resolveu ficar somente com a produção de leite e arrendou seu cafezal para um senhor na cidade, onde ela tem 30% do lucro anualmente. Depois de terminado a ordenha, já era umas 9h da manhã, fomos para sua casa e seu filho e o camarada<sup>27</sup> ficaram limpando o estábulo, raspando o chão para retirar o esterco que juntam em um canto. Ela disse

---

<sup>27</sup> Ajudante das atividades rurais.

que esse esterco, quando seco, é jogado na plantação de café. Vi quando o caminhão de leite passou e seu filho e o camarada despejaram no mesmo o leite retirado naquele dia.

Ao entrar em sua casa, percebi que é uma casa com cômodos e janelas grandes, bem arejada, rodeada por uma varanda de fora a fora, seus móveis são novos, é bem organizada e limpa. Ela pediu para que eu me sentasse a sala e a aguardasse uns minutos para que pudesse tomar um banho e retirar o cheiro de estábulo. Passados uns dez minutos ela voltou e iniciamos a entrevista.

#### ENTREVISTADA 8

O contato inicial realizado com LHAC foi no mercado da cidade, quando fui fazer compras. Ela estava fazendo entregas de ovos e como o funcionário da EMATER local havia me passado o seu nome, não precisei nem ligar, conversei com ela lá mesmo, pessoalmente. E ela disse que aceitava participar de minha pesquisa sim, reforçando que eu poderia ir até a sua casa a hora que eu quisesse.

Então fui lá numa segunda-feira de manhã. Cheguei em sua propriedade era umas 9h da manhã e ela, seu marido e seus filhos estavam na granja, cuidando dos frangos e dos ovos.

Ela me convidou para dentro da granja e me mostrou tudo, a separação das galinhas, frangos e pintinhos, onde colocam o trato, a engenharia do abastecimento de água para todos os segmentos, o depósito de pentes de ovos, o local onde matam e despenam os frangos para a comercialização, uma espécie de cozinha com alguns utensílios próprios.

Depois fomos nos sentar na varanda de sua casa, em um amplo banco de madeira e iniciamos a entrevista.

#### ENTREVISTADA 9

O contato inicial com CMAC foi realizado através de celular, onde consegui através de seu cadastro na EMATER local. Liguei e conversei com ela explicando os objetivos da pesquisa com clareza. Ela disse que eu poderia ir em sua residência quando eu quisesse. Então marquei a visita para o dia seguinte.

Cheguei em sua casa por volta das 8h da manhã e ela estava no chiqueiro

cuidando dos porcos, que disse que uma vez por mês seu marido e seus filhos matam um deles, arrumam as carnes e colocam no freezer para que a família possa ir comendo.

Ela relatou também que muitas coisas que são cultivadas lá na propriedade é apenas para o consumo da família. Por exemplo, as verduras da horta, os frangos, os porcos, ovos, queijo que ela faz. O sustento da família vem da venda do leite retirado das vacas todos os dias e do café que colhem anualmente.

CMAC fez questão também de me mostrar a sua horta, onde parece ter muito orgulho e com variados tipos de hortaliças e verduras.

Fomos para dentro de sua casa, que é grande, espaçosa, bem organizada e limpa. Ela me apresentou sua filha e sua nora e me levou para tomar um café com bolo em sua cozinha. Depois fomos até a sala e iniciamos a entrevista.

#### ENTREVISTADA 10

O primeiro contato com MAMC foi realizado pelo telefone, onde encomendei algumas pamonhas e ela entregou em minha casa. Quando me fez a entrega, eu conversei com ela e falei sobre minha pesquisa. Ela se propôs a ajudar e disse que eu poderia ir até a sua propriedade o dia que eu quisesse, era só ligar e avisar.

Então, passando três dias, eu fui até sua propriedade. Cheguei lá por volta de 9h da manhã e ela estava em uma cozinha que tem para fora da casa fazendo queijos, por sinal uma grande cozinha, com fogão a lenha, panelas enormes que ela me disse que são para cozinhar as pamonhas, várias bacias de plástico grandes, uma máquina que ela disse que retira os cabelos e mói o milho.

MAMC lavou suas mãos e veio me cumprimentar. Ela foi muito agradável, fez questão de me mostrar toda sua casa, estava tudo limpo e organizado. Sua filha estava na cozinha, arrumando para iniciar o almoço. Perguntou-me se gostaria de tomar um cafezinho, e eu agradei.

Depois fomos nos sentar na sala de sua casa, onde iniciamos a entrevista.

### 3.3.3 Dimensões de análise das entrevistas

As mulheres entrevistadas relataram que as terras onde a família trabalha e

reside pertencem a eles próprios, sendo que das dez mulheres entrevistadas, apenas uma delas tem as terras da propriedade registradas em seu nome porque recebeu herança de sua família e está na situação conjugal separada. As demais famílias tem a propriedade registrada no nome do homem, seja ele esposo ou sogro. Percebe-se, assim, que a tradição de se registrar as terras da família em nome do homem ainda permanece viva nas famílias de agricultores de Carvalhópolis, mesmo que a existência da titularidade conjunta já esteja prevista na Constituição Federal de 1988, resguardando a esposa de agricultores familiares.

A titularidade conjunta já estava prevista na Constituição Federal de 1988, mas sua implementação ocorria precariamente. Ainda em 2003, o Incra publicou portaria e instrução normativa tornando obrigatória a inclusão do nome da mulher na titulação da terra, estabelecendo mecanismos para inclusão do nome da mulher no caso de terras já tituladas em nome do homem e indicando preferência para a mulher em caso de separação (CINTRÃO e SILIPRANDI, 2001, p. 196).

Com relação as decisões sobre as práticas produtivas da propriedade da família, sete mulheres relataram que participam dessas decisões, que o marido sempre pede opinião e nunca faz nada sem conversar com elas ou com toda a família. Expuseram ainda que consideram que suas opiniões são aceitas porque são definidas de comum acordo, sempre acatando o que foi acordado. Quando a família é grande, resolvem tudo juntos, respeitando a opinião de todos. A entrevistada 2 disse que auxilia nas decisões da propriedade junto com seu sogro e cunhados, pois é viúva. A entrevistada 5 afirmou que as vezes auxilia nas decisões, quando seu marido pede sua opinião, pois não entende muito sobre o assunto. A entrevistada 7 disse tomar as decisões junto a seu filho porque a família compõe-se somente dos dois membros: mãe e filho. E a entrevistada 9 disse que prefere deixar os homens da casa decidir o que é melhor para a propriedade, ela apenas concorda. Pude concluir, então, que a mulher vem aos poucos participando mais das decisões de sua propriedade, vem contribuindo com sua opinião e não fica mais alheia aos acontecimentos que colaboram para o sustento de sua família. Como vimos com Deere e Léon (2002), o empoderamento pode ser considerado como uma mudança radical nos processos que reproduzem historicamente a posição subordinada da mulher. Uma das maneiras de verificar esse empoderamento pode ser através da participação das mulheres no planejamento e desenvolvimento das atividades em



que homens e mulheres estão inseridos. Ainda que embrionariamente, percebe-se que essa participação começa a se construir. E podemos nos perguntar se essa participação é tão embrionária assim. As relações de gênero no campo não podem ser problematizadas sem as devidas relativizações – como todo conceito, na verdade. Ele tem que ser pensado a partir da realidade vivenciada.

Não temos dúvida em afirmar a importância ainda hoje de uma visão patriarcal que perpassa as relações – seja no campo, seja na cidade. Mas não podemos pensar o mundo rural como mero reflexo do urbano. Conhecer as relações que se desenvolvem neste espaço é fundamental para qualquer estudo e requer aprofundamentos que não cabem nessa dissertação. O que tenho certeza é que a necessidade de se aprofundar esse estudo é algo que fica para o futuro.

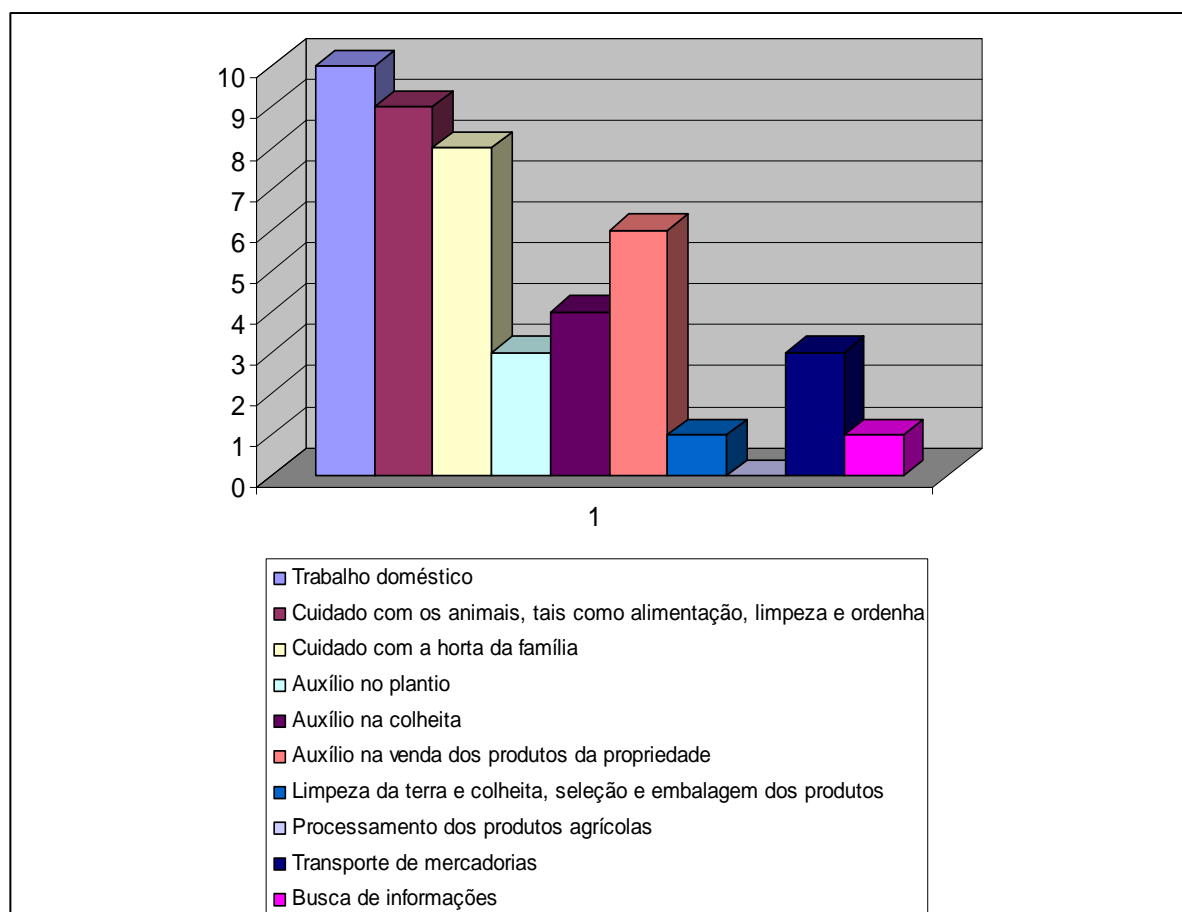
Podemos deixar a título de reflexão a pergunta se essa participação detectada é realmente tão recente. Lembramos aqui de mulheres como Ana Paes d'Áltro ou Ana Pimentel. A primeira “nasceu provavelmente na Bahia, mudando-se para Pernambuco onde foi senhora de engenho. Descrita por fontes da época como uma mulher poderosa, bonita e sedutora, figura emblemática e controversa do domínio holandês no Brasil”. A segunda era “procuradora do donatário da Capitania de São Vicente, seu marido Martim Afonso de Sousa, coube-lhe a administração da capitania a partir de 1534. Implantou, entre outras coisas, o cultivo de laranja, arroz, trigo e a criação de gado, tendo grande importância na construção do Brasil Colonial”<sup>28</sup>. As referências completas acerca da vida dessas mulheres podem ser encontradas no *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, que foi publicado em 2000. O que importa reter é que as relações de gênero não podem ser captadas em uma “camisa de força” – essas relações, as vezes, tomam as mais variadas formas e nestas, as mulheres nem sempre possuem uma posição tão submissa.

Voltando as nossas entrevistadas, todas disseram auxiliar nas atividades de produção da família, realizando diferentes atividades dentro da propriedade, conforme o gráfico abaixo.

---

<sup>28</sup> Essas referências podem ser encontradas em <http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=139> (acessado em 15/08/2012). Para um maior aprofundamento, vale a pena conhecer o livro (que não foi trabalhado para essa dissertação): *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil, Editora Zahar, 2000.

**Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas pelas mulheres**



Analisando o gráfico 1, podemos observar que todas as mulheres realizam os trabalhos domésticos em sua casa, permanecendo ainda a tradição de que elas devem cuidar dos animais de pequeno porte e da horta da família. No entanto, as demais atividades desenvolvidas por elas envolvem tarefas advindas dos produtos comercializados pela propriedade, como também o trabalho no campo (plantio, colheita, etc) que, teoricamente, ficaria a cargo dos homens. Com esses dados confirma-se a idéia de que as mulheres continuam a realizar várias jornadas em suas propriedades, sendo as atividades domésticas, os cuidados com a família e as atividades rotineiras de dentro da propriedade rural. Como vimos, essa não é uma realidade recente. Estudos mostram que muitas das vezes, a mulher atuou ao lado do homem ou o substituindo na ausência deste. Em tempos de crise, é comum assumir a produção da família, vendendo seus quitutes e suas prendas, bolos, bolachas, roscas, costurando, enfim, para auxiliar nas despesas da mesma. E vem fazendo isso até hoje, com podemos observar nas entrevistadas dessa pesquisa. Percebe-se assim que muitas mulheres, por várias situações, foram e são as

grandes responsáveis pela produção de sua propriedade ou de sua família, cumprindo o papel de administradoras de seus lares.

Contudo, achei interessante o depoimento da entrevistada 9 que, ao perguntar se ela auxilia nas atividades de produção da família, respondeu-me o seguinte:

*“Claro, eu que faço a comida pra eles, faço as quitandas pra tomar café, deixo a roupa deles sempre limpinha, a casa arrumadinha pra eles, enfim, estou colaborando de alguma forma. Se não tivesse eu, como iam fazer com esses tipos de serviço”.*

Em outra fala, quando perguntei se ela gera algum produto para a venda dentro de sua propriedade, ela ainda afirma:

*“Não, mas o que faço é muito mais porque só não recebo por isso, mas se não tivesse a mim, teriam que pagar outra pessoa, então ajudo a economizar. Mas dos frangos eu que cuido, temos ovos daqui mesmo, eu faço queijo para o nosso consumo, crio os frangos para a gente fazer sempre, só para o nosso consumo mesmo, faço as quitandas para tomar café, bolos, bolacha de nata, rosca. Isso já ajuda economizar e muito porque daí fica mais em conta. Se fôssemos pagar a padaria, ficava muito mais caro. E sempre com minha filha e minha nora me ajudando. Essas coisas é só para o consumo da gente mesmo. Não vendo pra fora. Mas já estou colaborando e muito”.*

Através do depoimento dessa entrevistada, percebi que existem mulheres que valorizam o trabalho doméstico e que consideram suas atividades visíveis e importantes perante a família. Ou seja, reconhecem a importância deste espaço como um espaço de produção – de cuidados, de afetos – mas também da produção propriamente dita. Isto pode nos fazer refletir para a questão da importância do papel da mulher como unicamente a de “rainha do lar”, sendo aquela que não deixa que nada falte a sua família, que realmente cuida de seus entes com carinho e dedicação e que se senti valorizada em seu trabalho.

Como ressalta Hernandez (2007), a divisão sexual do trabalho sempre foi naturalizada, sendo uma construção sociocultural que atribuiu papéis diferenciados a ambos os sexos, cabendo aos homens o trabalho tido como produtivo e as mulheres o trabalho reprodutivo, considerado como improdutivo porque não geraria lucros para a família. Mas com o depoimento dado acima, podemos verificar a

desconstrução dessa situação, mostrando que existem pessoas que valorizam o trabalho doméstico, percebendo-o como trabalho produtivo, sem necessitar que se pague pessoas de fora da família para realizá-los, o que significa uma forma de colaborar na economia familiar. É interessante pensar como, a partir de sua realidade, essa mulher desconstrói toda essa linha de raciocínio tendo como parâmetro, sua experiência empírica.

Quanto perguntei as entrevistadas sobre quem é o responsável pelo contato com o exterior em sua propriedade (contato com extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativas, firmas vendedoras de insumos e compradores), sete mulheres declararam ser o homem, o esposo, esse responsável, uma disse ser ela mesma, outra disse ser o marido e ela juntos, e outras duas disseram ser o sogro, que ainda é o chefe geral das famílias que vivem por perto dele, no caso a família dos filhos homens que se casaram. Então, dentro das propriedades rurais de Carvalhópolis, essa atribuição continua sendo responsabilidade da maioria dos homens agricultores familiares. Mas dessas dez, as mulheres estão presentes fazendo essa relação em três casos (o que equivaleria, se pudéssemos falar em porcentagem, ao valor de 30% - um valor considerável): uma ela mesma e em dois casos junto com o marido.

Observei também, através das entrevistas, que os recursos originados com a venda da produção da propriedade são administrados geralmente pelo homem junto a sua esposa, cinco entrevistadas relataram esse fato. Apenas três entrevistadas disseram ser o homem quem administra esses recursos em sua propriedade e duas entrevistadas disseram ser a mulher porque a situação conjugal delas é viúva e separada. Tais relatos demonstram que as mulheres de alguma forma estão influenciando nos processos de tomadas de decisões. Um estudo mais aprofundado poderia nos dizer mais fielmente se esta realidade é efetivamente recente em nossa população rural, ou antes, é decorrência de um processo histórico onde as mulheres sempre estiveram presentes. Mas isso é um assunto que não podemos aprofundar aqui, mas que aponta para a possibilidade de estudos futuros.

As mulheres que se encontram a frente de suas propriedades só estão nessa condição devido a algum fato que ocorreu dentro da estrutura familiar: a entrevistada 2 ficou viúva e a 7 separou-se. Mas concretamente, o que encontramos é que quando existe a presença do homem dentro da família, é ele, na maioria dos casos, o representante da mesma.

Nas famílias das mulheres entrevistadas, verifiquei que elas se empenham na

produção de algo para aumentar ou complementar a renda familiar. Duas entrevistadas possuem granjas e vendem seus ovos na cidade e para pessoas em particular; uma entrevistada produz queijo frescal duas vezes por semana e seu esposo realiza as entregas nos mercados da cidade; três mulheres criam e vendem frangos caipiras; uma mulher fabrica roscas caseiras quando recebe encomendas; uma tem uma horta e vende verduras nas quitandas da cidade e no mercado municipal da cidade de Machado duas vezes por semana; outra faz pamonhas para vender todas as quintas-feiras, e entrega em alguns mercados da cidade e à domicílio; três mulheres não geram produtos em sua propriedade para serem vendidos, mas além de realizarem o serviço doméstico e auxiliam nas tarefas da propriedade. Nas entrevistas realizadas em que as famílias produzem algo para ser vendido a terceiros, o esposo realiza atividades de apoio a esposa, seja auxiliando na produção, seja vendendo o produto na cidade, seja fazendo a entrega das encomendas. Isso nos mostra que, de certa forma, em algumas relações, o papel principal dentro da produção é desenvolvido pela mulher, sendo o homem o “auxiliar”.

Na hora de tomar decisão sobre a venda dos bens produzidos pelas entrevistadas, seis delas afirmaram ser o casal quem o faz; duas são as próprias mulheres, um é o homem e uma disse que produz somente para o consumo da casa. Com relação aos recursos obtidos pela venda desses produtos, nove mulheres relataram que esses são utilizados por toda a família, revertidos em forma de produtos para o consumo da mesma; e, como já foi dito, uma não produz nada para vender, apenas para o consumo da casa.

Dos cursos que são oferecidos na região para os agricultores familiares, seis entrevistadas disseram que elas participam junto com o marido, duas disseram que apenas elas participam e duas participam toda a família, marido, mulher e filhos, o que leva-me a crer que as mulheres estão cada vez mais procurando se aperfeiçoar para atuar melhor no meio rural, procurando se capacitar para apoiar de forma correta as decisões da propriedade. Segundo dados da EMATER local, esses cursos são realizados constantemente e oferecidos a toda população rural, não tendo custos nenhum, apenas devendo os interessados realizar a sua inscrição. Os cursos que já foram oferecidos são os seguintes:

- Doces caseiros e cristalizados;

- Produção de leite;
- Fabricação de derivados do leite;
- Cuidados no armazenamento do café;
- Informática básica voltada para o agricultor.

Considerando as especificidades do espaço privado e do espaço público para as mulheres na atualidade como referenciado no Capítulo I, as mulheres entrevistadas de Carvalhópolis não se intimidam em dizer que frequentam espaços públicos diversos dentro do município, seja ao lado de seus esposos, seja com os filhos ou sozinhas. Elas realizam suas tarefas do espaço privado, como as atividades domésticas, os cuidados com a família, as tarefas específicas de sua propriedade, mas também estão realizando tarefas fora desse espaço, no público, quando vão ao banco realizar transações em suas contas conjuntas, quando vão fazer entregas de suas encomendas, quando vão comprar matérias-primas para fazer seus produtos, quando participam de cursos. Enfim, essas mulheres frequentam os espaços públicos em diversas situações e se consideram aceitas.

Contudo, os imóveis da família geralmente se encontram registrados no nome do esposo ou outra pessoa, como o sogro. Apenas três mulheres entrevistadas possuem algum imóvel em seu nome, reforçando a ideia de que as relações de gênero ainda são fortes e bem presentes nesse meio rural. A propriedade ainda é algo prioritariamente dos homens. Basta pensarmos na etimologia das palavras patrimônio e matrimônio.

As contas no banco também são, geralmente, conjuntas com os maridos. Sete mulheres disseram ter conta conjunta com seus esposos onde eles são os titulares, duas apenas tem conta em seu nome, sendo somente elas as titulares, e uma não tem conta em seu nome. Esse fato mostra, mais uma vez, que a mulher rural vem conquistando espaços – ainda que seja em contas conjuntas – adquirindo a confiança de seus conjugues, pois atualmente elas estão ao lado deles. Pude perceber isso nas entrevistas, onde várias mulheres relataram que vão sempre ao banco realizar as transações bancárias da propriedade a pedido do marido.

Todas as entrevistadas responderam que a família já fez algum tipo de financiamento para investir na propriedade rural, sendo que oito famílias retiraram crédito rural do PRONAF e três do PRONAF mulher. Esses financiamentos realizados pelas famílias de agricultores familiares são incentivados por diferentes

pessoas: duas entrevistadas disseram ser o próprio casal quem incentiva, duas foi o sogro, duas a EMATER da cidade<sup>29</sup>, três o próprio marido e uma a própria mulher. Geralmente esses financiamentos foram feitos no nome do marido, sete mulheres relataram esse fato; e apenas três mulheres realizaram financiamento em seu nome. O contato com o banco também foi realizado, em oito entrevistas, pelo marido, e em duas pela mulher. Nesse aspecto, a tradição do homem como representante legal da família permanece, pois a maioria dos financiamentos foi registrada em seu nome.

No entanto, na hora de decidir o que será feito com esses recursos, quatro entrevistadas falaram que o casal é que toma essa decisão. A entrevistada 2 disse ser ela própria quem gerencia essa decisão por ser viúva, mas sempre pedindo a opinião de seu sogro e de seus cunhados. A entrevistada 5 e 6 disse ser seu esposo. A entrevistada 7 disse ser ela e o filho, pois são somente os dois na família. A entrevistada 8 disse ser toda a família, pai, mãe e filhos. E a entrevistada 9 disse ser seu esposo e seus filhos, pois somente escuta e acata as decisões. Na maior parte das vezes, como se percebe, existe a escuta das mulheres. E é importante ressaltar que havendo – mesmo que em estado bem inicial – algum processo de empoderamento por parte das mulheres, as relações patriarcais são ameaçadas, como já nos relembra Castels (1999): essa autonomia relativa, essa quebra de privilégios pode ir, aos poucos, desconstruindo a dominação masculina – por isso, a importância de se ressaltar constantemente a força potencialmente revolucionária desse fenômeno. Não quero dizer que a dominação masculina ou o patriarcalismo tenham sido exterminados, mas apontar transformações em nossa realidade. Esse fenômeno, como já salientei antes, nos remete também ao conceito de violência simbólica (BOURDIEU, 2005). Vimos com Deere e León (2002) que o empoderamento pode ser uma forma de desconstrução dessa violência ao criar uma consciência, mesmo que mínima, da discriminação de gênero. Não posso dizer que essas mulheres tenham efetivamente construído uma visão crítica de gênero, muito ao contrário, suas falas reproduzem muitas vezes a força desse conceito. Mas essas vivências e saídas, segundo Perrot (1999), podem potencialmente trazer mudanças no cotidiano das mulheres.

Quando referenciei como acontece esse processo de tomada de decisão, a entrevistada 1 e 10 disseram que é geralmente quando a família está jantando

---

<sup>29</sup> Um dado interessante porque demonstra a importância dessa instituição na criação de redes de atendimento e proteção a essas famílias.

porque é a única hora que sobra tempo para conversar. A entrevistada 2 relatou-me que *“sempre que preciso tomar uma decisão, vou até a casa de meu sogro e converso com ele. Ele já é mais de idade e está sempre em casa mesmo. Então qualquer hora que eu vou lá, consigo conversar com ele”*. A entrevistada 3, 5 e 8 disseram que esse momento é a noite, quando a família assiste televisão. A entrevistada 4 disse ser a hora que ela e seu esposo estão produzindo seus queijos, pois estão juntos, trabalhando e conversando.

Sabe-se que, com o advento da sociedade capitalista, muitos efeitos foram sentidos na sociedade, inclusive a separação do espaço público com o privado. Como ressalta Paulilo (2004, p. 243), *“o capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção”*. Mas analisando a fala acima, percebe-se que, em pleno século XXI, estamos retornando a junção do espaço público com o privado, como espaços que se entrelaçavam.

A entrevistada 6 relatou que *“eu e meu marido estamos o dia todo juntos, então quando temos que conversar sobre algo, resolvemos a qualquer hora do dia”*. A entrevistada 7 disse que ela e seu filho conversam sempre quando é preciso. A entrevistada 9 explicou que toda vez que seu marido precisa tomar alguma decisão sobre a propriedade, reúne todos na varanda e conversam.

Percebi assim que a maioria das mulheres agricultoras familiares de Carvalhópolis entrevistadas estão ao lado de seus esposos participando das decisões da propriedade rural, seja das decisões do que realizar com os recursos originados da venda dos produtos que elas produzem ou auxiliam na produção em suas propriedades, seja do que fazer com os recursos retirados pelos financiamentos. Elas estão participando ativamente da geração de renda para o sustento de suas famílias e, portanto, das decisões em geral, estão buscando novos conhecimentos para atuarem com destreza e conhecimento de causa em suas propriedades, procurando sair da invisibilidade.

Atualmente elas continuam a realizar as atividades tidas como “de mulheres”, mas estão participando mais ativamente do setor produtivo, tendo vez, voz, dando opiniões, fazendo com que suas idéias sejam escutadas e aceitas, fazendo-se respeitar tanto no meio urbano como no meio rural.

Quando perguntei as entrevistadas se as possibilidades de crédito rural oferecidas pelo Governo Federal trouxeram modificações para a propriedade e para a vida da família e de que forma, todas elas confirmaram que sim, porque utilizaram



o crédito para melhoramentos dentro da propriedade, aumentando a produção e procurando o retorno financeiro. A entrevistada 2 ainda disse:

*“muito, pois somente pude investir na produção de hortaliças devido a esse crédito que peguei do pronaF mulher, onde eu pude trabalhar, ganhar meu sustento e de minha família, principalmente depois da morte de meu esposo, onde fiquei desesperada e com medo de passar dificuldade porque ele mexia com café, e eu tinha apenas uma hortinha aqui em casa”.*

Todas as entrevistadas afirmaram que as políticas e os financiamentos disponibilizados aos agricultores familiares pelo Governo Federal vem sendo importantes e fundamentais para a melhoria da propriedade e da renda da família, sendo um aspecto positivo e que contribui para a qualidade de vida dessas famílias.

A partir das entrevistas, foi possível perceber que as possibilidades de crédito disponibilizadas pelo Governo Federal, como o PRONAF e o PRONAF mulher, constituíram em um instrumento fundamental para o desenvolvimento rural das famílias das mulheres entrevistadas, integrando essas famílias de agricultores para que possam competir no mercado globalizado. Verifiquei que o acesso ao crédito vem sendo democratizado, principalmente observando o número de famílias no município de Carvalhópolis que tiveram acesso a ele – de quatrocentas famílias cadastradas na EMATER, trezentos e vinte e sete já retiraram as linhas de crédito do PRONAF – garantindo assim uma visibilidade maior para esses produtores – e a efetividade dessas políticas.

Com o PRONAF mulher, verifiquei que o programa possibilitou o reconhecimento do trabalho das mulheres rurais, estimulando-as para que se sintam como participantes ativas da lucratividade de sua propriedade. Essa percepção eu tive na fala da entrevistada 2, que relatou que *“essa ajuda do Governo Federal foi muito importante pra mim porque sem ela eu não teria condições de montar a estufa e a horta, ficaria muito caro. Agora digo com orgulho que eu trabalho e sustento minha família”.* Como apontam Cintrão e Siliprandi:

É importante considerar que as reivindicações crescentes dos movimentos de mulheres nos últimos anos, associada à existência de um governo permeável a estas reivindicações, levaram à criação de programas e ações governamentais voltados para a promoção de

uma maior equidade de gênero (2011, p. 188)<sup>30</sup>.

Indaguei as entrevistadas também sobre como são divididas as tarefas da propriedade e o que elas consideram como tarefa masculina e feminina. Ficou claro que todas elas consideram que tarefa feminina envolve principalmente as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, e tarefa masculina são as atividades pesadas da propriedade, as atividades rurais propriamente ditas, mas todas informaram que além de suas obrigações como donas de casa, ainda auxiliam nas tarefas rurais. Ou seja, as tarefas femininas somente as mulheres realizam, mas as tarefas masculinas também contam com sua participação. Como no relato da entrevistada 1 que disse que

*“normalmente eu realizo as tarefas de casa, cuidado das crianças, cuidado e replanto a nossa horta, trato dos frangos e pintinhos. Essas tarefas considero feminina. Meu marido levanta 5h da manhã e vai tirar leite, depois vai cuidar do café, temos uma pequena lavoura de café. Essas são tarefas masculinas. Mas na época da “panha” de café é diferente, porque eu e ele vamos pra lavoura colher nosso café. Nessa hora preciso ajudar mais, pra economizar nos gastos”.*

Já a fala da entrevistada 4 é bem interessante porque reforça a dupla jornada feminina no meio rural, que disse *“as tarefas de casa eu faço, mas as tarefas da roça, eu ajudo meu marido em tudo. Ajudo a tirar o leite, apartar a vaca, dou trato, além de fazer o queijo para vender duas vezes na semana. Então, tarefa feminina é tudo, masculina é apenas aquelas da roça”.* Falas como essa reforçam a ideia de que o papel das mulheres vem mudando, mas o papel dos homens não vem acompanhando na mesma proporção essas transformações.

Observando essas respostas, verifiquei que essas entrevistadas contraditoriamente acostumaram com a naturalização de seus papéis pela sociedade, conformando-se com as diferenças nas relações de trabalho existentes em seu cotidiano, sendo essas, na verdade, relações de gênero. Elas “não se importam” de não receber ajuda de seus esposos nas atividades domésticas, mas criam seus filhos seguindo esses mesmos parâmetros: os filhos homens ajudam os pais e as filhas mulheres ajudam as mães; ou seja, perpetuam as desigualdades de gênero. Mostraram também que a divisão das tarefas da propriedade continua a ser desenvolvida seguindo o modelo tradicional, as tarefas femininas e masculinas não

---

<sup>30</sup> Embora seja sempre importante enfatizar que a ampliação dessas políticas é fundamental.

sofreram alterações, permanecendo como antigamente, tarefas domésticas são consideradas atividades da mulher e tarefas referentes à propriedade são consideradas atividades do homem. A contradição pode ser vista na forma como muitas dessas mesmas mulheres estão presentes no que seria o universo masculino. Esse aspecto nos remete à Costa (2000), que ressalta que o modelo de família patriarcal está presente no cotidiano do mundo doméstico, e essa discriminação nas relações de trabalho não são praticadas de forma explícita, mas são asseguradas através dos privilégios masculinos.

É importante refletir, após essa análise, sobre os movimentos feministas e seus dilemas, que durante muito tempo, segundo Hernandez (2007), veio lutando, inicialmente pela igualdade de direitos e depois pela emancipação das mulheres e sua participação política, procurando incorporá-las no processo de desenvolvimento da cidadania e exigindo demandas por direitos sociais e políticos.

Sobre as discriminações sofridas no meio rural, oito das entrevistadas relataram que nunca sofreram nenhum tipo de discriminação. A fala da entrevistada 4 retrata bem essa questão onde ela diz que *“não, acho que aqui não tem isso não, porque é uma cidade praticamente onde quase todo mundo lida na roça, o povo está acostumado com mulher trabalhando na roça”*. Podemos nos perguntar: mas estão acostumados ao homem ajudar na casa?

Apenas duas entrevistadas referendaram ter sofrido algum tipo de discriminação, mas que não se importam, pois estão trabalhando, como retrata a fala da entrevistada 2: *“já sofri sim, principalmente quando vou até a cidade de Machado vender minhas verduras, muitos homens no mercado me olham torto, achando que lá não é lugar de mulher, mas eu nem ligo, e sigo em frente vendendo meus produtos, preciso trabalhar para sustentar minha família”*.

Através dos depoimentos das entrevistadas, entendi que na cidade de Carvalhópolis as mesmas não conseguem perceber discriminação contra a mulher rural, principalmente porque muitas mulheres trabalham no meio rural, seja como agricultora, seja na colheita do café, como bóias-frias. O que acontece são fatos esporádicos de discriminação e que terminam não sendo percebidos como tal. Mas o interessante é enfatizar que já existe uma certa naturalização da existência das mulheres em atividades que seriam dos homens, mas o inverso não é verdadeiro.

Mas é importante refletir sobre a divisão do trabalho dentro de suas propriedades, como já referendado mais acima. Isso não seria um tipo de

discriminação? Essas mulheres realizando as tarefas da propriedade, além de suas tarefas domésticas não seria uma forma discriminatória? E o homem trabalhando somente nas atividades rurais, deixando as demais por conta da mulher também não seria uma forma de discriminação? Observando as falas das entrevistadas, percebi que elas não conseguem visualizar esse aspecto como discriminação. Mas não deixa de ser uma forma de violência simbólica que, segundo Welzer-Lang (2001), é uma violência pouco percebida, sem agressões físicas, mas que age sutilmente e com naturalidade na vida das mulheres. Como se percebe, se existem rupturas – como nos espaços de tomada de decisões, por exemplo – ainda convivemos, contraditoriamente, com muitas continuidades, como na divisão de tarefas dentro do lar.

Em relação à rede de apoio, ao perguntar as entrevistadas a quem elas recorrem em momentos de dificuldades (família, igreja, amigos, parentes, etc) e porquê, cinco mulheres afirmaram recorrer a própria família porque está próxima, residem na mesma cidade. A entrevistada 2 disse recorrer a família do falecido marido porque é sua única salvação, sua família mora em outro município e não tem como deixar o trabalho na propriedade para ficar indo até a casa de seus pais. As entrevistadas 5 e 8 recorrem à igreja, a Deus. Uma delas ainda disse: *“gosto muito de ir a igreja rezar, recorro a Deus porque só ele nos dá forças para enfrentarmos os obstáculos da vida”*. E duas entrevistadas relataram que não tem para onde correr, recorrem um ao outro mesmo, como retrata a fala da entrevistada 4: *“na verdade, eu e meu marido contamos um com o outro apenas, recorreremos a nós mesmos, eu a ele e ele a mim”*. Percebi assim que, para essas mulheres, a família ainda continua sendo o grande apoio na hora das dificuldades, mesmo com todas as modificações nas estruturas familiares na contemporaneidade. Isso pode apontar, por um lado, no estreitamento das redes de proteção social, uma vez que a família aparece como elemento central e amigos e vizinhos quase não são citados. Talvez isso ocorra porque se trata de um ambiente rural e as casas são distantes umas das outras. Assim, a importância das famílias se torna ainda maior. Por outro lado, essas falas também podem demonstrar que para essas pessoas existe a ausência do poder estatal – uma vez que ele não foi citado. Isso fica bem claro nas falas acima relatadas, embora, de forma contraditória, a importância do PRONAF e da EMATER apareçam em suas falas.

Procurei entender também, através das entrevistas, a opinião dessas

mulheres rurais sobre o que elas consideram ser uma mulher bem sucedida e se aspiram isso para suas vidas. As respostas foram parecidas – e correspondem a um certo estereótipo de “sucesso”. Todas concordaram que uma mulher bem sucedida seria aquela que é estudada, tem uma profissão e um bom emprego, tem um bom salário, é dona de sua vida, é independente. A fala da entrevistada 5 mostra bem essa opinião consensual: *“seria uma mulher com um bom emprego, que se sustenta sozinha, que não precisa de ter um marido para viver, é dona de seu nariz”*. Mas na hora de confirmar se aspiram isso para suas vidas, muitas disseram que já aspiraram alcançar o sucesso, mas agora já é tarde, já estão com a vida e a família organizada, não tem como voltar no tempo. Outras disseram que estão felizes em sua vida no meio rural. Percebe-se que ser bem sucedida, significa o alcance da liberdade econômica, onde a mulher somente pode ser bem sucedida a partir da análise de sua autonomia financeira. E como elas não possuem essa autonomia, não se consideram bem sucedidas, mas se consideram felizes. Mas poderíamos nos perguntar: se são felizes, por que não se consideram bem sucedidas? Creio que o estereótipo construído por elas de mulher bem sucedida bloqueou a visualização de que também podem ser consideradas – ao menos relativamente – bem sucedidas por viverem bem e felizes no meio rural. A própria noção de ser bem sucedida deve ser vista de forma processual. O sucesso é, antes de tudo, visto como econômico. O que é compreensível, uma vez que vivemos numa sociedade capitalista.

Indagando as entrevistadas sobre o que significa ter poder para elas, referenciaram que quem tem o poder geralmente são as pessoas que tem dinheiro, que tomam decisões finais, que mandam e os outros obedecem, são pessoas que tem autoridade sobre uma determinada situação. A fala da entrevistada 6 mostra bem essa definição: *“ter poder significa mandar e desmandar nos outros, ter autoridade, falar e as pessoas seguirem aquilo que eu falo, principalmente quando se tem dinheiro”*. Essa definição estereotipada que essas mulheres apresentam de poder se deve a tradição cultural advinda do modelo de família patriarcal, onde a figura masculina sempre esteve à frente de qualquer tipo de poder, e estão acostumadas a relacionar essa ideia as pessoas que detém principalmente o poder financeiro.

Ao refletir sobre se elas consideram possuir algum tipo de poder, a entrevistada 1 disse que seu marido é quem toma a decisão final. Contudo, afirma também que essa já foi tomada junto com ela, contando com sua opinião. A

entrevistada 2 disse que considera-se com poder em sua casa, ela quem toma as decisões, mas ainda se sente insegura e pede opinião da família de seu marido falecido. A entrevistada 3 disse que tem poder sim, tanto ela quanto seu marido tomam decisões através do diálogo, em comum acordo. A entrevistada 4 considera que não tem poder, pois todas as decisões são tomadas por seu marido. As entrevistadas 5 e 9 relataram que dentro de suas casas elas detêm poder sim, pois todos seguem o que elas falam, seus filhos as obedecem e as respeitam. A entrevistada 6 disse ter poder apenas sobre sua casa e seu filho, mas sobre as definições da propriedade não. A entrevistada 7 afirmou ter poder porque em sua propriedade ela é quem toma as decisões. Sua fala retrata isso: *“eu tenho esse poder porque aqui no sítio tudo que falo meu filho e o meu camarada fazem. Lógico que eu peço a eles para fazer as coisas para mim, com educação, mas é uma forma de mandar”*. A entrevistada 8 e 10 também se consideram com poder, de acordo com suas falas:

*“eu tenho um pouco de poder sim, porque eu que vou até o banco, eu que deposito dinheiro na conta, eu que recebo dos nossos fregueses, a parte de finanças da granja sou eu quem faço”*.

*“aqui em casa eu tenho um certo poder sim. O meu marido me escuta muito. De certa forma e com jeitinho, eu consigo tudo com ele, então tenho poder. E com meus filhos também porque eles me obedecem, o que eu falar está falado, desde quando eles eram novos. Nisso meu marido nem se intromete”*.

O conceito de poder para as mulheres entrevistadas está atrelado a ideia de ter autoridade para mandar em alguém e esse obedecer, evidenciando que elas se sentem com poder em determinadas situações, e que muitas vezes o poder é conjunto, o casal toma as decisões. Elas não referendaram, em nenhum momento das entrevistas, que apresentam poder fora de suas casas, a todo momento relacionaram o seu poder apenas ao espaço da casa e da propriedade rural, sendo um poder que é reconhecido por elas, onde se consideram como “administradoras do lar”. Como ressalta Rocha-Coutinho (1994), a autoridade masculina está bem definida por nossa sociedade, é um tipo de poder que encontramos “naturalmente” no interior das relações. Mas existem outras formas de poder, principalmente o que as mulheres vieram “tecendo por trás dos panos” durante vários séculos, procurando derrotar o autoritarismo masculino através do jeitinho feminino. *“Nem vítimas nem*

*algozes, acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina”* (p. 19).

Perguntei as entrevistadas sobre se elas se sentem reconhecidas em seu trabalho. Seis entrevistadas relataram que sim, que não recebem salário, mas tudo que precisam seus maridos lhes proporcionam, dentro do possível. A entrevistada 10 ainda relatou que *“não tenho salário fixo, mas vendo minhas pamonhas e o dinheiro a gente gasta aqui em casa mesmo, as vezes compro uma coisinha aqui, outra ali pra mim, mas no geral é pra família mesmo que gastamos o dinheiro”*. Já duas entrevistadas afirmaram que se sentem reconhecidas como agricultoras porque são registradas na EMATER local. Apenas duas relataram que não se sentem reconhecidas, principalmente porque só servem de apoio, ajudando no trabalho da propriedade sem receber nada em troca, somente aquilo que seria obrigação do marido dar a elas mesmo, suprir suas necessidades básicas. Então verifiquei que a maioria das mulheres entrevistadas se sentem reconhecidas em seu trabalho e consideram que são valorizadas, mesmo não recebendo salário fixo no final do mês. Nos relatos é visível esse reconhecimento, pois seus esposos contam com elas para a produção que gera a renda para o sustento da família, elas trabalham ao lado de seus esposos e contribuem para a melhoria da situação financeira da família. E aquelas que são chefes de família, no caso da entrevistada 2 e 7, elas ratificaram esse reconhecimento, principalmente porque são valorizadas por toda a cidade, devido a situação familiar vivida.

Como disse, não é fácil definir empoderamento. Se voltarmos à reflexão de Stromquist (apud HERNANDEZ, 2009) vemos que este autor traz alguns parâmetros para pensarmos o processo de empoderamento; um deles seria a construção de uma auto-imagem positiva – o que efetivamente encontramos nessas mulheres. Outro parâmetro apontado pelo autor é a participação no processo de tomada de decisões – o que também podemos perceber nas falas dessas mulheres<sup>31</sup>.

Observando a rotina diária dessas mulheres, percebi que todas levantam cedo, realizam suas tarefas domésticas e suas rotinas com os afazeres da propriedade, seja cuidando dos animais de pequeno porte, seja cuidando da horta, seja auxiliando nas atividades ao lado do marido, seja realizando atividades que são

---

<sup>31</sup> Os outros dois parâmetros apontados pelo autor, desenvolvimento de um pensamento crítico e a construção de uma coesão de grupo, parecem estar, dentro do grupo estudado, ainda muito embrionário.

designadas a elas próprias, como a quitandeira, a pamonheira, a queijeira. Apenas a entrevistada 7 que, ao levantar, vai direto para a ordenha das vacas, pois relatou-me que *“esse é nosso sustento, é do leite que vendemos para a fábrica que vem nosso ganha pão. Então pego firme nessa tarefa desde cedo. Depois de entregar o leite para o caminhão é que vou realizar as demais tarefas aqui da propriedade, principalmente lá dentro de casa”*. As rotinas dessas agricultoras são parecidas, mas cada qual dentro da especificidade de sua propriedade. Todas elas entendem que fazem papel de “coadjuvante” de seus maridos, sendo apenas a entrevistada 2 e 7 que se veem cumprindo o que seria o papel de chefes de família.

No entanto, a partir das entrevistas realizadas, percebi que elas estão, cada vez mais, participando das decisões relacionadas com a propriedade, com sua família e, principalmente, tomando decisões sobre seus corpos, assumindo o controle de suas próprias vidas. Elas ainda colocam algumas das necessidades de sua família acima das suas mas, no geral, não estão deixando de realizar suas vontades por causa dos maridos, como pude observar na fala da entrevistada 5:

*“eu estou com vontade de ir na reza na cidade, eu ligo pra uma amiga que mora próximo a minha casa e vejo se ela vai também. Daí eu peço carona a ela e apenas aviso meu marido. Ele não gosta muito, mas eu não estou nem aí, vou assim mesmo. Já deixo a janta pronta. Só deixo de ir se for em horário que tenho que fazer alguma coisa para meus filhos”*.

Essa fala é importante de ser problematizada. Em nossas vidas os processos sociais não caminham em linha reta, apresentando “curvas”, avanços e recuos, bem como aspectos contraditórios. Como a entrevistada 5 afirma, ela não deixa de fazer o que quer, contudo: essa sua “liberdade” se afirma para ir a igreja, e para isso ela não só tem que ter a companhia de uma amiga, mas também avisa e vai em horários que não vá ferir as atividades que tem que desenvolver para os filhos. Com essa fala não estou querendo desmerecer sua atuação, mas apenas enfatizar os aspectos contraditórios que perpassam em suas falas. Ou seja, dentro de um recorte das relações de gênero na agricultura familiar de Carvalhópolis onde busquei as subjetividades das relações existentes no meio rural dessas mulheres entrevistadas, percebi que elas estão procurando contribuir mais para a produção econômica familiar, e que ainda investem no projeto de vida coletivo familiar em detrimento de seus projetos de vida individual, pensando sempre no bem familiar, mas também



estão realizando seus desejos e vontades, mesmo que tais vá contrariar ou não seus esposos, como especificado no relato acima.

As mulheres agricultoras familiares de Carvalhópolis não estão mais somente sendo “do lar”, mas estão realizando outras atividades dentro de suas propriedades rurais, procurando contribuir para a melhoria da renda familiar, algumas são as chefes de sua própria família, e lutam com dignidade para manter seu sustento. Segundo Cintrão e Siliprandi (2011), elas estão aparecendo mais no cenário público como produtoras e não apenas como esposas de agricultores.

Apesar de existir alguns entraves para seu empoderamento, as mulheres rurais de Carvalhópolis entrevistadas apresentam uma boa autoestima, principalmente aquelas que obtiveram créditos para a família em seu nome, sendo reconhecidas como agente econômico. Como ressalta Cintrão e Siliprandi (2011, p. 204), *“a mudança na relação com os bancos, a possibilidade de sair do espaço privado, a experiência de gerenciar recursos em seu próprio nome e o orgulho que as mulheres sentem por contribuir para a renda da família não devem ser desconsiderados”*.

Volto a lembrar aqui do que diz Perrot (1999), onde ela ressalta que as saídas das mulheres do meio privado para enfrentar o meio público contribuiu para modificar suas vidas, aprendendo a conviver em novos ambientes sociais, transformando suas realidades e ampliando a consciência de gênero, auxiliando na construção de uma visão diferente de mundo. O processo de empoderamento das mulheres agricultoras familiares de Carvalhópolis vem se desenvolvendo lentamente, é um processo que vem acontecendo de acordo com as diversas circunstâncias vivenciadas por elas.

Concluindo esse capítulo, podemos lembrar a reflexão de Macedo Filho e Regino (2006) ao afirmarem que o empoderamento das mulheres derivaria da reformulação e desconstrução dos esquemas políticos e sociais atuais. Para essa desconstrução seria fundamental a participação em movimentos e organizações da sociedade civil. Essa dimensão de empoderamento não foi detectada nas entrevistas realizadas. Essas mulheres participam pouco de associações e mobilizações de modo a poder levar as questões do mundo privado para o mundo público. Mas talvez isso seja dificultado por suas inserções no mundo rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do nascimento, as pessoas vão sendo criadas, educadas, formadas de acordo com o pensamento da sociedade, de acordo com aquilo que a mesma considera próprio de homens e de mulheres, separando os comportamentos de um ou de outro sexo, enfocando as relações de poder, os lugares que poderão ocupar, enfim, o papel da família do sujeito nessa formação é fundamental. Para dar conta desse processo, é que se constituiu o conceito de gênero – que trabalhamos nessa dissertação.

O reconhecimento da mulher como sujeitos sociais e de direitos aconteceu a pouco tempo. A partir daí, o perfil da mulher no mundo veio sendo modificado ao longo da história. As diferenças observadas da mulher do início do século XX para as mulheres de hoje, século XXI, são enormes, embora ainda possamos detectar muitas continuidades.

As conquistas alcançadas pelos movimentos feministas envolvem todos os campos da vida social, sendo destaque o mercado de trabalho, que as mulheres vem conquistando de uma forma sutil, obtendo seu reconhecimento profissional. Atualmente elas trabalham como os homens, ocupam cargos antes somente ocupados pelos homens, entram nos vários guetos de profissões e ainda realizam as tarefas tradicionais de sua vida doméstica. O sucesso feminino veio, gradativamente, saindo da invisibilidade e sendo colocado no topo da vida pública, e no meio rural também não foi diferente.

Esta pesquisa representa o primeiro trabalho voltado ao estudo das relações de empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de Carvalhópolis. Acredito que ele poderá incitar muitas mulheres que vivem no meio rural a se considerarem como parte integrante de sua propriedade, sendo uma pessoa importante que auxilia nas decisões da mesma e contribui economicamente para o gerenciamento familiar.

As mulheres de Carvalhópolis mostraram que existem novas especificidades no meio rural. Elas não são somente aquelas que desenvolvem as atividades domésticas, cuidam dos filhos e realizam as tarefas rotineiras da propriedade, mas estão desenvolvendo outras atividades além dessas, procurando colaborar para complementar a renda familiar, ou melhor, estão contribuindo ativamente da

produção econômica familiar.

Essa realidade vem transformando as relações de gênero dentro dessas famílias, modificando também a organização do trabalho dentro delas. As mulheres estão mais ativas e produzindo mais para a unidade familiar e, conseqüentemente, participando mais na hora das decisões porque se sentem no direito de opinar, pois contribuem economicamente.

Mas a lógica produtiva e reprodutiva das famílias de agricultores familiares ainda fundamenta-se na divisão sexual do trabalho, onde cada um, homens e mulheres, devem desenvolver algumas tarefas que lhes são próprias, e essa idéia veio perpassando gerações e gerações, na forma de crença, hábitos, definindo-se claramente que homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e mulher pelo reprodutivo. Esse aspecto ficou bem claro na hora que se perguntou as entrevistadas sobre o que é papel masculino e feminino dentro da propriedade. Esse conceito ainda está arraigado em suas origens.

Apesar de seu trabalho ainda ser considerado como secundário e ela ainda ser considerada como coadjuvante dentro da propriedade, essa dinamização do trabalho rural feminino, fazendo ela também parte da produção familiar, e não somente da reprodução, vem lhe atribuindo um certo empoderamento dentro de sua propriedade, construindo assim um novo paradigma para a visualização da mulher rural, tirando-a da invisibilidade.

Concluiu-se então que o processo de construção das identidades pessoais dessas agricultoras familiares vem acontecendo de forma positiva, onde elas estão participando de forma mais ativa dos processos decisórios de suas propriedades, e também procurando melhorar os conhecimentos referentes ao meio rural, objetivando ocupar os espaços e resultando assim em mudanças no desenvolvimento de processos de empoderamento, que ficam bem visíveis porque percebe-se a elevação da autoestima, a preocupação em adquirir novos conhecimentos e, conseqüentemente, melhorar suas habilidades práticas, envolvendo conhecimentos das políticas de crédito, assumindo-se como trabalhadoras rurais, além de uma melhoria em sua consciência crítica, mesmo que a questão da cultura patriarcalista ainda esteja bem presente nas relações familiares.

As condições que favoreceram a participação das mulheres na agricultura familiar em Carvalhópolis e a existência de processos de empoderamento no

cotidiano destas se encontram relacionados a vários fatores, segundo análise dos dados coletados nas entrevistas. Esses fatores são os seguintes:

- Possibilidade de saírem do espaço privado e vivenciar o espaço público;
- Possibilidade de contribuir com a renda familiar através da venda de produtos produzidos por elas próprias;
- O alcance do crédito do PRONAF mulher por algumas delas;
- A movimentação de contas bancárias junto ao conjugue através das contas conjuntas;
- A participação na tomada de decisões com relação à propriedade da família, etc.

Esses fatores contribuíram para a melhoria da autoestima dessas mulheres e também para que passassem a se considerar como agentes econômicos ativos dentro de sua família, dando-se valor e saindo, principalmente, da invisibilidade de seu trabalho, o que veio aumentando seu poder de decisão e de autonomia e, conseqüentemente, modificando seu status dentro da família.

A maioria dessas mulheres entrevistadas não tem acesso direto ao dinheiro da família porque, indiretamente, seu trabalho ainda é considerado como uma ajuda. Mas os resultados indicam que existem avanços na vida dessas mulheres rurais, diminuindo a invisibilidade de seu trabalho.

Volto a enfatizar que para o empoderamento da mulher temos que percorrer um longo caminho. Este não ocorrerá da noite para o dia, mas envolve um longo trabalho para a criação de uma consciência de gênero e uma autoimagem positiva. Como afirmamos anteriormente, o sentido de empoderamento que queremos guardar como significativo para esse projeto é aquele de pessoas obtendo poder e coordenando suas próprias vidas. E nesse sentido, entendemos que essas mulheres vem avançando na construção desse poder e nas possibilidades de organização de suas vidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. & VEIGA, J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: FIPE/IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão N.º 641).

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. EMBRAPA, 2008. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2009.

ARAÚJO, Clara. **As mulheres e o poder político** – desafios para a democracia nas próximas décadas. O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010 (Org.) CEPIA. Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 90-139.

BONI, Valdeti; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)> Acesso em 19 dez 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Cap. III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. 1988.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres** -- Brasília : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ª ed. IPEA, 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa\\_Retrato\\_das\\_Desigualdades.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf)> Acesso em 17 nov 2011.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>> Acesso em 22 mar 2011.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>> Acesso em 25 jul 2011.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Da família patriarcal à família contemporânea**. Revista Jurídica Cesumar, v.4, n. 1 – 2004. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/.../article/.../428>> Acesso em 14 jun 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Coleção Bahianas, v 2. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2000. Disponível em: <[http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf)> Acesso em: 01 out 2010.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. SILIPRANDI, Emma. **O progresso das mulheres rurais**. O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010 (Org.) CEPIA. Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 188-229.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2\\_n3/revista\\_agroecologia\\_ano2\\_num3\\_parte12\\_artigo.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf)> Acesso em 22 mar 2011.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>> Acesso em 15 fev 2012.

FALCÃO, Roberta B. de Medeiros; ALMEIDA, Nilce Mari P. de (Orgs). **A Mulher do Semi-Árido Nordestino, a Agricultura Familiar e o Sindicalismo: Uma Discussão em Seminário**. PROASNE – BRASIL, 2003. Disponível em: <<http://proasne.net/DialIntdaMulher1.pdf>> Acesso em: 01 set. 2009.

FARAH, Marta F. Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, jan-abr, ano 2004, vol. 12, nº001. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 47 – 71.

FAZENDA, Isabel. **Empowerment e participação, uma estratégia de mudança.** Centro Português de investigação e história e trabalho social. 2006. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>> Acesso em 22 mai 2011.

FLEURY, Sonia. **La expansión de la ciudadanía:** In Inclusion Social e Nuevas Ciudadanias: condiciones para la convivencia y seguridad demacratias. Pontifícia Universidad Javerian, Colômbia: Ed. Pontifícia Universidad de Javerian. p.176-194. 2003.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF 10 anos depois:** resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. XLIV Congresso SOBER, 2006. Disponível em: <[http://www.sober.org.br/.../avaliaca\\_pronaf\\_versao\\_\\_2\\_10\\_anos\\_3\\_48.doc](http://www.sober.org.br/.../avaliaca_pronaf_versao__2_10_anos_3_48.doc)> Acesso em 28 nov. 2010.

GOLDANI, Ana Maria. **Família e gêneros:** uma proposta para avaliar (dês)igualdades. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. Belo Horizonte: Abep, 2000. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2\\_1.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf)> Acesso em 24 fev 2011.

HERNANDEZ, Carmen Ozório. **Movimento de mulheres e políticas para agricultura familiar:** políticas para mulheres rurais ou com perspectiva de gênero? EMBRAPA, 2007. Disponível em <[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/67.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/67.pdf)> Acesso em 22 mar 2011.

HERNANEZ, Carmen Ozório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero:** um meio de empoderamento para as mulheres rurais? Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, 248 f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES ECONÔMICAS – Ibase. **Relatório PRONAF:** resultados da etapa Paraná. 2006. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/pub\\_pronaf\\_final4.pdf](http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf)> Acesso em 7 dez 2010.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996.

LAVINAS, Lena (Coord.). **Anais do Seminário mulher rural:** identidades na pesquisa e na luta política. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

LEÓN, M. **El empoderamiento de las mujeres:** encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. La ventana, (13), 94-106, 2001. Disponível em: <<http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventana/Ventana13/vetana13-4.pdf>> Acesso em 15 fev 2012.

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F.A. **O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural.** 10p., 2006. Disponível em <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/01%20GT%20Renato%20Macedo%20Filho,%2>

OFabiane%20Alves%20Regino.pdf> Acesso em 27 jun 2011.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas.** UFSC/Economia: Texto para Discussão nº 05, 2001.

MELO, Lígia Albuquerque. **Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar.** Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_Gen\\_PO9\\_Albuquerque\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_PO9_Albuquerque_texto.pdf)> Acesso em 01 set. 2009.

MENDES, Débora Mate; REIS, Marlo dos. **Juventuda da agricultura familiar.** Revista Fazendo Gênero/UFSC, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278303008\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278303008_ARQUIVO_FazendoGenero.pdf)> Acesso em 02 ago 2011.

MENEGAT, Alzira Salete. **Retrato da vida de mulheres assentadas.** Revista Fazendo Gênero/UFSC, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277479845\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277479845_ARQUIVO_FazendoGenero.pdf)> Acesso em 02 ago 2011.

MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima L. de. **PRONAF Mulher: perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul.** VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Alzira-Salette-Menegat.pdf>> Acesso em 17 nov 2011.

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Com licença, eu vou à luta! O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social – UFF, 2005.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18º ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária.** Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. V. 5, n. 2, Niterói:EdUFF, 2005, p. 157-177.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio.** Algumas questões de gênero da agricultura familiar. Cadernos de Pesquisa nº 21. PPGSP/UFSC: 2000. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>> Acesso em 13 jun 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise.** Revista Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.



PERROT, Michelle. **“Sair”, História das Mulheres no Ocidente**, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1999.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da Agricultura Familiar**. EMBRAPA, 2004. Disponível em < <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em: 31 ago. 2009.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4ª ed. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, 1994.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-graduação, 2005. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>> Acesso em 24 mar 2011.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

SALES, Celina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Revista Estudos Feministas, maio-ago, vol. 15, nº 002, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, p. 437-443.

SANTANA, Ana Bela Maurício de. **Mulher mantenedora / homem chefe de família: uma questão de gênero e poder**. Revista Fórum Identidades, 2010. Disponível em: <[http://200.17.141.110/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_8/FORUM\\_V8\\_05.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_05.pdf)> Acesso em 7 mai 2012.

SANTOS, T. **Carreira profissional e gênero: a trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SILVA, Adiliane Valéria B. F. da. **Relações desiguais de gênero: uma análise sobre o difícil e desigual direito à terra por parte das trabalhadoras rurais**. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt5/501.pdf>> Acesso em 24 mar 2011.

SILVA, Juniele M.; MENDES, Estevane de P. Pontes. **Agricultura Familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município de Catalão (GO)**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p. 1 – 28. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva\\_JM.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_JM.pdf)> Acesso em 23 nov. 2010.

SOUZA, Lígia C. de; RODRIGUES, Priscila F.; NODA, Hiroshi. **Participação da mulher na sustentabilidade da agricultura familiar na localidade de Jandira, Iranduba, Amazonas**. EMBRAPA, 2007. Disponível em: <[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/130.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/130.pdf)> Acesso em: 01 set. 2009.

SWAIN, Tania Navarro. “Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em

revistas 'femininas'", *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol 15, n. 3, 2001.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 2001, p. 460-482. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>> Acesso em 21 mar 2011.

# ANEXOS

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidada a participar da pesquisa intitulada de “**O empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de Carvalhópolis – MG**”, desenvolvida pela Mestranda Débora Jucely de Carvalho, da Universidade Federal Fluminense – UFF, em ocasião do Curso de Mestrado em Política Social.

Sua participação não é obrigatória e ocorrerá através de entrevista semi-estruturada. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação comigo, a pesquisadora, ou com a universidade que represento.

Comprometo-me a utilizar os dados obtidos somente como elemento de análise para a minha Dissertação de Mestrado e em futuros trabalhos acadêmicos, ressaltando que será resguardada a identidade da entrevistada, a confidencialidade das informações e das demais envolvidas no estudo.

130

Declaro que entendi a proposta da pesquisa e aceito participar da mesma. Esclareço também que:

- ( ) Permito a referência a meu nome como um dos seus sujeitos pesquisados.
- ( ) Não permito a referência a meu nome como um dos seus sujeitos pesquisados.

Carvalhópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012

---

Entrevistada

## ANEXO II

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA:

- a. Nome:
- b. Idade:
- c. Estado civil:
- d. Grau de Escolaridade:
- e. Cor:
- f. Ocupação:
- g. Número de componentes na família:
- h. Numero de filhos:
- i. Faixa etária dos filhos:

1. A propriedade é da família?

( ) sim ( ) não

2. Em nome de quem está a propriedade?

( ) homem ( ) mulher

3. Você participa das decisões sobre as práticas produtivas da propriedade de sua família?

( ) sim ( ) não

4. Você se sente aceita em suas opiniões?

( ) sim ( ) não

5. Você auxilia nas atividades de produção da família?

( ) sim ( ) não

6. Assinale as possíveis atividades desenvolvidas:

( ) trabalho doméstico

( ) cuidado com os animais tais como alimentação, limpeza e ordenha

- cuidado com a horta da família
- auxílio no plantio
- auxílio na colheita
- auxílio na venda dos produtos da propriedade
- limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos
- processamento dos produtos agrícolas

7. Quem é o responsável pelo contato com o exterior em sua propriedade (contato com extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativas, firmas vendedoras de insumos e compradores):

- homem     mulher     homem e mulher

8. Quem administra os recursos originados com a venda da produção:

- homem     mulher     homem e mulher

9. Quem toma as decisões da esfera doméstica (decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, compras...):

- homem     mulher     homem e mulher

10. Você gera algum produto para a venda dentro de sua propriedade?

- sim     não

Se sim, assinale os tipos de produto abaixo que você gera para a venda:

- ovos
- queijo
- frango caipira
- lingüiça
- rosca caseira
- artesanato em geral
- outros

11. Quem toma a decisão referente a venda de bens produzidos por você (ovos, queijo, frango caipira...):

- homem     mulher     homem e mulher

12. Os recursos obtidos pela venda desses bens (ovos, queijo, frango caipira...) são usados por quem?

(  ) homem    (  ) mulher    (  ) homem e mulher

13. Você tem algum imóvel, carro da família em seu nome?

14. Tem conta no banco? Conjunta ou não?

15. Já fez algum empréstimo em seu nome para a propriedade? Qual?

16. Como você avalia a preocupação hoje com a criação de políticas de amparo à agricultura familiar? Trouxe modificações para sua vida?

17. Descreva sua rotina diária.

18. Como são divididas as tarefas dentro de casa?

19. Você participa de alguma associação/sindicado/ONG, etc?

20. Você se sente discriminada no meio rural?

21. Se sim, como você percebeu essa discriminação?

22. Quais as ações sofridas por você que confirmam essa discriminação?

23. A quem você recorre em momentos difíceis (família, igreja, amigos, parentes, etc)?

24. Conhece o PRONAF? Sua família já foi beneficiada com esse programa?

25. Você já participou do PRONAF-mulher?

26. É beneficiária de algum programa social como o bolsa-família? Qual?

27. Você acha que a participação nesses programas trouxe modificações em sua vida cotidiana?